

Revista de Letras UTAD

- Ciências da Cultura



Vol.2
N.º1

Série III
Fev.
de 2025

Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Escola de Ciências Humanas e Sociais

utad UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

Revista de Letras

UTAD

– Ciências da Cultura

Série III

Vol.2, n.º1

Fevereiro de 2025

REVISTA DE LETRAS UTAD

– Ciências da Cultura

Direção: José Barbosa Machado

Editoras: Thais Gaia Schüler e Susana Pimenta

Revista de Letras UTAD / edição da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras Artes e Comunicação. – Série III, vol.2, n.º1 (fevereiro de 2025) – Vila Real, UTAD, Portugal.

Paginação e *design*: José Barbosa Machado

Imagem da capa: Serra do Marão

Site: <https://revistadeletras.utad.pt>

Artigos submetidos a *peer review*.

eISSN: 2975-8955 pISSN: 0874-7962

Índice

ARTIGOS	5
<i>O Douro digitalizado: estratégias de inovação digital nos museus do vinho e da vinha</i> Bárbara Santos Matias Orquídea Maria Moreira Ribeiro	7-41
<i>O arquétipo da nova mulher no Estado Novo português e brasileiro</i> Wilson Ribeiro Lins Maria Fabíola Fonseca Mourão Teixeira	43-63
<i>“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, de Hilda Correia, ou o arquétipo da mulher ideal no Estado Novo</i> Cláudia Guiomar Marinho Fernando Alberto Torres Moreira	65-87
<i>Homens poeticamente maternos ou (re)considerações sobre o género em Valter Hugo Mãe</i> Mafalda Sofia Borges Soares	89-107
<i>Experiências urbanas: um olhar em projetos de intervenção, no cenário da cultura pós-moderna</i> Cláudio Donizett Silva	109-126
<i>Alvão: uma serra que é mais do que recursos naturais</i> Carlos Andres Ortega García Orquídea Maria Moreira Ribeiro	127-150
RECENSÕES	151
<i>António Cirurgião: Memórias Pessoais</i> José Barbosa Machado	153-155

ARTIGOS

O DOURO DIGITALIZADO: ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO DIGITAL NOS MUSEUS DO VINHO E DA VINHA

Bárbara Santos Matias (UTAD)

Orquídea Maria Moreira Ribeiro (UTAD / CICANT / CEL)

ABSTRACT

The impact of digitalization on the cultural heritage sector and, in particular, on museums, has been the subject of growing interest from the scientific community, driven by the escalation of the *Covid-19* pandemic, but also by the outbreak of military conflicts, the impact of climate change and the tectonic shifts in visitors behaviors – which have shaken the pillars of a cultural sector that is searching for reinvention, promotion, valorization, participation, and safeguarding. In this article, the transformations that digital technology has stimulated in museums, in the light of the new dynamics of cultural heritage digitalization will be addressed, making wine museums about Douro a case study, considering the growing number of units established in the oldest demarcated wine region, classified as a World Heritage Site. The aim of this article is to identify and analyze the digital innovation strategies present in Douro wine museums and feature them in the framework of a participatory, co-created, experiential, and multisensory museology.

Keywords: Digitalization; Museums; Wine Museums; Douro.

RESUMO

O impacto da digitalização no setor cultural e, em particular, nas unidades museológicas, tem merecido um crescente interesse da comunidade científica, impulsionado, sobretudo, pela escalada da pandemia de *Covid-19*, mas, também, pelo espoletar de conflitos militares, pelo impacto das alterações climáticas e pelas mudanças tectónicas nos comportamentos dos visitantes – que abalaram os pilares de um setor cultural hoje em busca de reinvenção, promoção, valorização, participação e salvaguarda. Abordam-se neste artigo as transformações que o digital tem estimulado nas unidades museológicas, à luz das novas dinâmicas de digitalização do património cultural, fazendo dos museus dedicados à temática da vinha e do vinho do Douro caso de estudo, considerando o crescente número de unidades implementado na mais antiga região vinícola demarcada, classificada como Património Mundial da Humanidade. Os objetivos deste artigo são identificar estratégias de inovação digital presentes nas unidades museológicas dedicadas ao vinho e à vinha do Douro e relacioná-las com os preceitos de uma museologia participativa, cocriada, experiencial e multissensorial.

Palavras-chave: Digitalização; Museus; Museus do Vinho; Douro.

Recebido em 11 de outubro de 2024.

Aceite em 15 de dezembro de 2024.

DOI: [10.58155/revistadeletras.v2i1.553](https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.553)

«O Douro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza.»

Miguel Torga, *Diário XII*

Introdução

Termo de largo espectro, que tem vindo a ser utilizado para enquadrar novos produtos, serviços e narrativas no património cultural, muitos fatores têm contribuído para acentuar a necessidade de digitalização do património cultural: do impacto das alterações climáticas (Baharuddin *et al.* 2023), aos conflitos armados (Sokil *et al.* 2024), da pandemia de *Covid-19* (Sarraf 2021) à necessidade de adaptação a públicos cada vez mais exigentes (Suroto *et al.* 2020).

No universo museológico, a aplicação de estratégias de inovação digital tem capacidade de impactar diferentes áreas, como a gestão, comunicação, educação, exposição, gestão de coleções e envolvimento do público (Carvalho e Matos 2019), passando dos bastidores ao palco expositivo. Uma visita pode, inclusivamente, começar antes da chegada ao museu e prolongar-se para lá da presença no espaço físico, através dos contributos das redes sociais e dos *websites* institucionais.

Partindo do reconhecimento do atual impacto da digitalização no setor cultural e, em particular, nos museus, considerou-se pertinente abordar as transformações que a implementação de estratégias de inovação digital tem estimulado nos museus dedicados à temática do vinho e da vinha do Douro e relacioná-la com os preceitos de uma museologia participativa, co-criada, experiencial e multissensorial.

Para este trabalho foram selecionados três museus implementados na Região Demarcada do Douro: Centro Interpretativo da Quinta de Ventozelo; Museu do Vinho de S. João da Pesqueira e Museu do Douro –, e três unidades museológicas que retratam a região, ainda que localizadas na cidade de Gaia: *The Wine Experience (WOW)*; Museu das Caves Cálem e Museu da 1.^a Demarcação. Os métodos de recolha de dados escolhidos foram a observação direta, em visitas realizadas às unidades museológicas, e a análise documental, incluindo os *websites* e redes sociais dos museus em estudo e notícias.

Foram também analisadas algumas das tecnologias disponibilizadas nestas unidades, numa adaptação do quadro teórico desenvolvido por Pine e

Gilmore (1998) e ajustado à investigação em enoturismo por Quadri-Felitti e Fiore (2012), que agrupa as propostas enoturísticas enquanto experiências de entretenimento, estéticas, escapistas e educativas.

1. O Papel das Políticas Públicas

De acordo com Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes e José Luís Garcia, no livro *Cultura e Digital em Portugal* (2016), se processo há, na esfera cultural e artística, que hoje precisa de ser compreendido e interpretado é a digitalização, “pelas mudanças radicais que tem estado a impulsionar no fazer das obras de arte, no ethos artístico, nos modos de produção e difusão e na própria relação dos indivíduos com as obras” (Martinho *et al.* 2016: 9).

Ainda que o processo de digitalização do património cultural tenha começado pelos arquivos e catálogos (através de *softwares* como o *MuseumSoftware*, *Adlib* e *Museumplus*) (Belhi *et al.*), e merecido atenção pelo seu potencial na salvaguarda, gestão e preservação, atualmente, o digital é um campo também explorado para a caminhada do visitante, colocando-o no centro de diferentes estímulos multissensoriais, numa ótica de participação/cocriação, educação/entretenimento, promoção/valorização.

A mudança de paradigma em torno da digitalização do património cultural tem, também, passado pela implementação de políticas públicas que aceleraram o processo. Na sequência da publicação da “Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural” (2001) e da “Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” (2003) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “as instituições da memória – que incluem museus, bibliotecas e arquivos – tornaram prioritária a digitalização de coleções e manifestações da cultura e do património, encetadas paulatinamente a partir dos anos 2000” (Velhinho e Almeida 2023).

Destacam-se, neste ímpeto, algumas diretrizes internacionais, como a primeira “Agenda Digital para a Europa”, em 2010, que sublinhou que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são fundamentais para alcançar os objetivos da União Europeia (UE); e a segunda “Agenda Digital para a Europa” (2020-2030), que abordou as alterações proporcionadas pelas tecnologias e o papel vital dos serviços e mercados digitais. Realce, também, para os “Princípios de Sevilha”, em 2011, focados na aplicação de novas tecnologias ao património arqueológico e retificados em 2017 com vista a ofe-

recer aplicações práticas dos princípios da “Carta de Londres”, em 2009, esta centrada no crescente número de tecnologias de visualização computadorizada aplicado na investigação, divulgação e preservação do património cultural.

Já a “Declaração do Funchal”, emitida pela Aliança Europeia do Conselho Internacional de Museus (ICOM Europa) e pela Federação Mundial de Amigos de Museus (WFFM), por ocasião do Ano Europeu do Património Cultural (2018), incentiva à aplicação das novas tecnologias, especialmente no domínio da digitalização.

Mais recentemente, em 2021, a “Carta de Porto Santo” reconhece que os territórios digitais devem ser compreendidos como mais um meio, e um meio com possibilidades próprias, para ampliar essa participação e produção cultural.

2. A Digitalização no Contexto Museológico

No próximo ano, 2025, o tema “The Future of Museums in Rapidly Changing Communities” presidirá à 27.^a Conferência Anual do ICOM, anunciou esta entidade no seu portal oficial. Por esta razão, o próximo número da revista *Museum International*, a publicar no verão de 2025, terá por tema “Youth, Intangible Heritage and New Technologies in Museums”. Não obstante, surgiram já na década de 90 artigos como “The Wired Museum: Emerging technology and changing paradigms” (1997), de Katherine Jones-Garmil e Maxwell Anderson, e “Virtual and the Real: Media in the Museum” (1998), de Ann Mintz e Selma Thomas, publicados pela American Association of Museums e considerados pioneiros no estudo da digitalização em espaços museológicos.

Internacionalmente, nas últimas décadas ganhou ímpeto a teorização acerca do fenómeno (Geismar 2018; Marty e Jones 2008), ressaltando-se que a linha descritiva de projetos relacionados com a aplicação de tecnologias nos museus tem sido a constante na bibliografia: desde a experiência com um *robot-guia*, feita por Wolfram Burgard *et al.* em 1999 ou, mais recentemente, a publicação “Engaging Museum Visitors with AI: The Case of Chatbots” de Giuliano Gaia, Stefania Boiano e Ann Borda, em 2019, cujo foco é a conceção e implementação de um projeto-piloto no núcleo museológico Case Museo di Milano, a fim de encontrar novas e interessantes formas de envolver os adolescentes enquanto visitantes através da utilização de tecnologias como o *chatbot* e plataformas de *gamificação*.

No contexto do trabalho museológico, Sejul Malde, Anra Kennedy e Ross Parry (2019), em “Understanding the digital skills & literacies of UK

museum people”, defendem que o digital pode ser entendido de quatro formas: a) é algo que usamos, uma ferramenta, seja software ou hardware; b) é um processo, a criação e implementação de uma estratégia; c) é aquilo que criamos, um bem de origem digital; d) é uma condição cultural, envolvendo museus, públicos e comunidades (Malde *et al.* 2019: 23).

Na atualidade, com a aplicação dos avanços tecnológicos, os museus estão “inteligentes” (Choi e Kim 2021), intangíveis e com exposições sem lugar¹ (Barranha *et al.* 2015), e mais próximos dos seus visitantes, com quem agora estabelecem diferentes níveis de relação e a quem oferecem informação e entretenimento diferenciados, como resume Helena Barranha, em “Património e tecnologias digitais – Entre a generalização e a especificidade” (2022): “Numa época em que o entendimento do património é cada vez mais abrangente, cruzando dimensões materiais e imateriais, estáveis e efémeras, o digital permite acrescentar múltiplas camadas de significado e possibilidades de interpretação” (2022: 8).

Esta corrida à digitalização foi, em grande medida, catalisada pelas transformações ambientais, sociais e económicas decorrentes da pandemia de *Covid-19* (Boufounou *et al.* 2022), que colocaram os museus em destaque na lista das instituições culturais afetadas pelas medidas de contenção do vírus.

Dos 961 museus que participaram num relatório sobre o impacto da *Covid-19* publicado pela Rede de Organizações de Museus Europeus (NEMO), 60% reportaram perdas de mais de 20 mil euros por semana desde o encerramento dos espaços e 4 em 5 museus inquiridos estavam a apostar na digitalização (NEMO 2020).

Criado pela *Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2019*, de 18 de fevereiro, com a missão de identificar, conceber e propor medidas que contribuam para a sustentabilidade, a acessibilidade, a inovação e a relevância dos museus sob dependência da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)² e das Direções Regionais de Cultura, para o Grupo de Projeto Museus no Futuro seria imprevisível que o ano de 2020 incluísse a imposição de uso de máscaras aos visitantes dos Museus, Palácios e Monumentos (MPM) (Camacho *et al.* 2020). Todavia, a versão final do “Relatório do

¹ Referência ao projeto *unplace*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (EXPL/CPC-EAT/1175/2013), que discute a noção de “museografia intangível” no domínio das exposições de arte contemporânea produzidas especificamente para contextos virtuais e em rede.

² Agora Património Cultural IP.

Grupo de Projeto “Museus no Futuro”, apresentado já no final do primeiro ano de pandemia e olhando para 2030, antecipou uma transformação dos MPM no sentido de alargar e de diversificar as formas de acesso e o envolvimento dos públicos, com o digital e o físico cada vez mais interligados.

De referir também, em 2021, o levantamento “Inovação Digital nos Museus Portugueses” de Dora Santos-Silva, M. M. A. Flores e Maria João Centeno sobre o estado de inovação digital nos museus portugueses, feito junto de 17 unidades museológicas da DGPC e que concluiu que há potencial para oferecer mais serviços online, sendo que a inovação tecnológica nem sempre é acompanhada pela inovação narrativa (Santos-Silva *et al.* 2021).

Importa salvaguardar que os consumos e as práticas culturais que utilizam novos suportes e meios estão ainda longe de alcançar satisfatoriamente os diferentes segmentos de público – e a pandemia veio acentuar esta problemática. Tânia Leão *et al.*, em “Em suspenso: reflexões sobre o trabalho artístico, cultural e criativo na era Covid-19” (2020), reconhecem as limitações no acesso, afirmando que “há muito que os investigadores na área dos média digitais alertam para os constrangimentos socioeconómicos que resultam em desigualdades de acesso, sobretudo aqueles relacionados com o diferente nível de literacia dos utilizadores” (2020: 17).

3. Os Novos Papéis dos Museus

A missão e objetivos da museologia eram, tradicionalmente, preservar, interpretar e disseminar coleções (Silva, Esteves e Morais 2024). Hoje, o discurso museológico tem como foco a educação, participação e a cocriação (Neuhof 2016), sendo que a integração digital veio contribuir para aprimorar estas valências, “com a expectativa de oferecer diferentes tipos de experiências a um público diversificado” (Silva *et al.* 2024: 222).

Na atualidade, não basta disponibilizar os conteúdos aos visitantes, é necessário que estes possam interagir com eles, tendo uma participação ativa, um contributo que os transforme em produtores de conteúdos, em vez de meros consumidores (Simon 2010).

Neste campo, tem ganhado notoriedade na bibliografia o estudo da experiência do visitante. No livro *Realidade Aumentada em Exposições de Museu. Experiências dos Utilizadores* (2018), Diana Marques reconhece que “uma parte significativa do planeamento estratégico atual das instituições culturais é compreender e melhorar a experiência do visitante – o que motiva o indivíduo a visitar um museu, que fatores influenciam o seu grau de

satisfação com a visita, que informação retém, como melhorar a sua visita” (2018: 7). A autora aborda a digitalização como uma das vias de melhorar essa experiência.

Se pretenderem manter uma relação com o público, exige-se hoje que os museus concentrem esforços no desenvolvimento de estratégias de inovação, que incluem a aposta Realidade Virtual e Aumentada, interatividade, redes sociais e presença *online* com curadoria. Como nota Maria Van Zeller em *Jogos com Realidade Aumentada nos Museus* (2022), este tipo de projetos acontece “no decorrer de estratégias digitais, em parceria com equipas da área das tecnologias de informação e comunicação” (2022: 30).

Não obstante, no estudo da digitalização em ambientes museológicos considera-se válido referir não só o prisma do visitante, mas também o dos técnicos destas unidades, problematizando sobre a sua capacitação para lidar e explorar as potencialidades das novas tecnologias.

A implementação de estratégias de inovação digital em ambiente museológico implica uma especialização científica e uma articulação de equipas e valências para dar resposta às expectativas dos visitantes, cruzando nomeadamente as áreas da museologia, da informática e da gestão (Kostadinova 2020).

Sobre o prisma dos profissionais de museologia sublinha-se os resultados do projeto europeu *Mu.SA – Museum Sector Alliance*, que decorreu entre 2016 e 2020 com financiamento do programa Europeu Erasmus+/Alianças de Competências Setoriais. A investigação resultou na definição de quatro perfis emergentes: o de Gestor de Estratégia Digital, o de Curador de Coleções Digitais, o de Programador de Experiência Digital Interativa e o de Gestor de Comunidade Online, que foram atualizados e revistos de acordo com as necessidades atuais dos profissionais de museu.

4. O Douro e os seus Museus

Assumindo como premissa que os museus da vinha e do vinho em Portugal “contribuem para o conhecimento e a afirmação da herança e da identidade enológica da região que representam”, nas funções dos museus da vinha e do vinho, em “Os museus do vinho em Portugal: comunicar o passado e compreender e (re) construir a herança cultural vitivinícola” (2018), Ana Isabel Inácio destaca duas funções fundamentais:

- 1) a promoção da cultural local com relevância para as comunidades e populações de proximidade, ou seja, integrando produtos

culturais, mas desempenham também funções e apresentam potencialidades turísticas, revelando-se componentes fundamentais de produtos turísticos, nomeadamente enoturísticos e gastronómicos, ou até de turismo cultural, entre outros;

2) a valorização, explicação, interpretação, criação, exposição de identidades e diversidades locais e regionais para quem visita estas regiões, proporcionado o seu entendimento (2018: 191).

No Douro, os museus vínicos (ou centros de visitas ou centros de interpretação) acabam muitas vezes por estarem integrados nas ofertas enoturísticas das grandes quintas da região, sendo que a sua recente multiplicação também se deveu a uma resposta dessas unidades ao mediatismo e interesse turístico conquistado após a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva (2001) pela UNESCO.

A paisagem cultural vinhateira duriense mistura-se com o conceito de *terroir*, definido pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho - OIV (OIV 2010), como “um conceito que remete a um espaço no qual se desenvolve um conhecimento coletivo das interações entre o ambiente físico e biológico e as práticas enológicas aplicadas, proporcionando características distintas aos produtos originários deste espaço” (OIV *apud* Bellé *et al.* 2022: 981). Ambos são, segundo Ana Lavrador Silva, M. João Fernão-Pires e Fernando Bianchi de Aguiar, no artigo “Portuguese vines and wines: Heritage, quality symbol, tourism asset” (2018: 39), conceitos “multifacetados, sistémicos e dinâmicos”.

Aqui enquadrada surge também a conceção de *winescape*¹, ou paisagem vinhateira, em português, introduzida pela primeira vez por L. Peters, em 1997. Segundo Ray Johnson e Johan Bruwer (2007: 277), uma *winescape* inclui “vinhas, adegas e outras estruturas físicas, vinhos, paisagens naturais, pessoas, património e a sua arquitetura”.

Recentemente, a *winescape* ganhou novos horizontes pela intervenção das estratégias digitais, estas impulsionadas pelo confinamento exigido em tempos de pandemia. Emergiu, então, a *digital winescape* (Alebaki *et al.* 2022), refletindo os esforços de digitalização ocorridos nas propostas enoturísticas.

No campo das experiências enoturísticas, Portugal é um caso de estudo

¹ Na sua tese de doutoramento “Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu” (2018), Natália Fauvrelle (2018) traduz a palavra inglesa para enopaisagem, ainda que reconheça que paisagem vinhateira é o termo mais comumente utilizado em português.

e a região do Douro a mais madura em termos de organização da oferta. Na região vitivinícola desenvolveram-se nos últimos anos diferentes modalidades de enoturismo, sendo que as visitas às Caves e Adegas são as mais reconhecidas (Inácio 2007). A relevância das Caves do Vinho do Porto, simultaneamente como produto e destino enoturístico, “decorre do seu património histórico e cultural e da sua proximidade à cidade do Porto” (Ramos *et al.* 2018: 681). Nestas Caves instalaram-se, mais recentemente, unidades museológicas, na sua maioria interativas e multissensoriais, que complementam a oferta cultural dos grandes grupos dos Vinhos do Porto e Douro.

Tabela 1. Museus do vinho e da vinha no/sobre o Douro.

Unidade	Localidade
Enoteca da Quinta da Avessada	Favaios
Museu Fernanda Ramos Amorim	Covas do Douro
Núcleo Museológico de Favaios – Pão e Vinho	Favaios
Caves 1890 da <i>Graham's</i>	Vila Nova de Gaia
Museu do Vinho de S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira
Museu da Quinta do Bomfim	Pinhão
Centro de visitas da Quinta da Roêda	Pinhão
Museu Adriano Ramos Pinto	Vila Nova de Gaia
Centro Interpretativo da Quinta de Ventozelo	Ervedosa do Douro
Museu de Sítio de Ervamoira	Vila Nova de Foz Côa
Oficina Vinária	Torre de Moncorvo
Museu das Caves de Santa Marta	Santa Marta de Penaguião
Museu do Vinho do Porto	Porto (encerrado)
Adega das Giestas Negras	Galafura
Museu do Douro	Régua
<i>The Wine Experience (WOW)</i>	Vila Nova de Gaia
Centro Interpretativo Porto & Douro (IVDP)	Porto (encerrado)
Centro de Visitas e Caves <i>Taylor's</i>	Vila Nova de Gaia
Museu da 1.ª Demarcação	Vila Nova de Gaia
Museu das Caves Calém	Vila Nova de Gaia

Fonte: Adaptado de Fauvrelle, 2018.

Natália Fauvrelle recorda na sua tese de doutoramento “Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu” (2018) que, em Portugal, o percurso dos museus dedicados à cultura da vinha começou a ser traçado “quer a partir das coleções das Casas do Povo, quer a partir de projetos de base comunitária com forte ligação à ecomuseologia”, referindo como exemplos o Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo ou

o Museu de Escalhão. O próprio Museu do Douro¹, explica, criado pela Lei 125/1997694 e, por isso, caso pioneiro em Portugal, construiu a sua coleção incorporando um acervo de etnografia, reunida pela Associação Cultural Alto Douro, de Peso da Régua (Fauvrelle 2018: 142).

5. Enoturismo, Experiências Multissensoriais e Inovação Digital

O enoturismo é classificado como uma forma de turismo de interesse especial (Hall *et al.* 2000) que inclui visitas a vinhas, adegas, festivais e espetáculos de vinho em destinos de enoturismo. De um ponto de vista académico, os estudos sobre o enoturismo surgiram entre 1990 e 2000 (Getz 2000; Getz e Brown 2006) focando-se em três importantes temas: as estratégias dos destinos (Hojman e Hunter-Jones 2012), os atores da indústria do enoturismo (Dawson *et al.* 2011) e os comportamentos dos enoturistas (Carlsen e Boksberger 2015).

Já o conceito de “turismo de *terroir*” (Holland *et al.* 2014) tem vindo a permitir a identificação de diferentes tipologias de enoturistas, “enquanto uns demonstram um interesse mais geral em explorar as características do território, o que inclui a paisagem e a cultura, outros mostram uma curiosidade especial pelas propriedades” (Liberato *et al.* 2023: s/p).

O enoturismo tem alargado a sua oferta aos museus e centros de interpretação do vinho e da vinha, à arquitetura e atividades de lazer das/nas adegas, à gastronomia e ao alojamento e, ainda, à paisagem. Este crescimento do enoturismo como alavanca para as regiões produtoras de vinho e zonas rurais (Novais e Antunes 2009) tem despertado grande interesse entre os investigadores, tendo em consideração a quantidade de trabalhos científicos dedicados a esta temática nos últimos anos (Gómez *et al.* 2019; Leri e Theodoridis 2019; Thanh e Kirova 2018).

Na última década tem também aumentado a bibliografia produzida em órbita da teoria da Imagem do Destino Enoturístico (IDE) – que estuda as crenças, perceções, pensamentos, sentimentos, ideias, expectativas e conhecimentos sobre um destino enoturístico, ou seja, região vitivinícola ou paisagem vinhateira que é projetado pelas entidades gestoras do destino e percebido pelos enoturistas (Bruwer Gross e Lee 2016).

Já mais recentemente, há investigadores que se debruçaram sobre a

¹ Em 2007, foi apresentada publicamente a Rede de Museus do Douro (MuD) com a missão de aliar diferentes estruturas museológicas num projeto cultural comum. O principal dinamizador desta rede é o Museu do Douro.

dimensão experiencial do enoturismo (Carmichael 2005; Cohen e Ben-Nun 2009; Pikkemaat *et al.* 2009; Quadri-Felitti e Fiore 2012, 2013).

Entre os modelos analisados, o modelo de economia da experiência de B. Joseph Pine e James H. Gilmore (1998) destaca-se pela sua conceção operacional. Este modelo de economia da experiência tem quatro dimensões, ou quatro E's – experiências educacionais, estéticas, de entretenimento e escapistas –, e mais recentemente ganhou atenção na investigação sobre enoturismo (Quadri-Felitti e Fiore 2012; Quadri-Felitti e Fiore 2013).

A natureza da prova de vinhos explica o crescente volume de investigação multissensorial sobre enoturismo (Brochado *et al.* 2021). A Experiência Sensorial do Vinho (ESV ou *Wine Sensory Experience* (WSE), em inglês) é um construto do enoturismo e do marketing validado pela comunidade científica, que tem impulsionado a investigação sobre a temática (Santos *et al.* 2021).

A ESV envolve experiências mais complexas do que apenas a degustação de vinhos e, ainda que vários estudos analisem dados em torno de apenas um sentido, como visão (Mateucci 2013), paladar (De Jong e Varley 2017) ou audição (Pilcher *et al.* 2009), alguns investigadores têm adotado a abordagem multissensorial (Dias *et al.* 2017; Isaccson *et al.* 2009; Meacci e Liberatore 2018).

Os cinco sentidos interagem entre si, oferecendo aos turistas experiências holísticas e memórias claras e únicas e desenvolvem uma imagem multissensorial de cada destino (Xiong *et al.* 2015). Se se associar a estas experiências as novas tecnologias, é possível proporcionar aos turistas/visitantes uma ligação emocional forte, estrutural para a memória sobre o destino visitado (Huang *et al.* 2013).

Os museus desempenham um papel particularmente educativo no que diz respeito aos turistas que visitam, pela primeira vez, um destino, até porque é através destes que se estabelece “uma ponte de herança cultural entre a geração anterior e as gerações vindouras” (Suroto *et al.* 2020: 170) e a tecnologia poderá ter aqui um papel de relevo.

Inácio (2018) menciona, a propósito dos processos de digitalização nos museus da vinha e do vinho do Douro, que várias das unidades existentes “utilizam recursos eletrónicos e os novos media como suportes na organização do seu discurso, dando em alguns casos uma vertente lúdica e interativa aos espaços, mais próxima e apelativa dos públicos mais jovens” (2018: 195).

O Douro tem sido particularmente profícuo no lançamento de experiências de digitalização em torno do seu património vínico e, quer a co-

municação social, quer a comunicação institucional das empresas de enoturismo da região, têm traçado a cronologia desse investimento crescente de entidades públicas ou de iniciativas privadas.

De acordo com a informação disponibilizada no *website* que reúne as experiências enoturísticas do grupo *The Fladgate Partnership*, a Quinta do Panascal foi, em 1992, uma das primeiras propriedades do Douro a abrir as portas aos visitantes, disponibilizando uma visita educacional em sistema de áudio-*tour* que permitia um contacto direto com o vinhedo localizado no vale do Távora, a entrada nos lagares seculares da quinta e também desfrutassem da *winescape*. O áudio-*tour* está atualmente disponível em nove idiomas.

Em 2021 a Quinta do Pôpa, em Adorigo-Tabuaço, reabriu o seu enoturismo com a proposta de visitas virtuais, anunciada no seu *website*. Gratuita, a visita virtual permitiu, numa primeira fase, fazer um *tour* pela adega, sala de cascos, garrafeira, e até fazer compras na loja de vinhos, passando depois a incluir a possibilidade de fazer uma *tour* virtual pelas vinhas.

Desde 2023, segundo a revista *Press Tur* (2023), a Quinta da Roêda, no Pinhão, tem vindo a promover o seu “Quinta da Roêda *Discovery Tour*”, com guia *online* que pode ser descarregado com o *wifi* do seu centro de visitas, e com a possibilidade de passear entre as vinhas e parar nos pontos de interesse para saber mais sobre o vinho do Porto.

Também em 2023, a Sogrape, através da marca *Sandeman*, lançou a “Sandeman & Douro Metaverse Experience”, uma visita totalmente imersiva, onde os espaços mais emblemáticos da Quinta do Seixo, em Valença do Douro-Tabuaço, foram recriados numa realidade paralela, permitindo, a quem visita as Caves *Sandeman*, em Gaia, explorar esta quinta de referência na região do Douro e onde nascem os Vinhos do Porto *Sandeman*. Tendo sido a primeira marca de vinhos em Portugal a entrar no *metaverso*, noticiou o *Jornal de Negócios* (2024), que a *Sandeman* foi reconhecida com o Prémio Nacional de Inovação em duas categorias: “*Web 3.0*” e “Grande Empresa”.

Em 2024, e de acordo com a revista *Evasões* (abril 2024), as visitas à Quinta do Vallado, na Régua, passaram também a incluir uma experiência de realidade virtual que transporta o visitante para junto dos trabalhadores que cortam os cachos e os transportam para a adega, acompanhando todo o processo.

Já o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) lançou, em 2024, uma visita realidade virtual 360° ao edifício do Porto, na Rua Ferreira Borges, oferecendo uma abordagem realista e imersiva aos diferentes espaços e, a partir de cada um deles, permitindo conhecer a história e o *terroir* da mais

antiga região demarcada e regulamentada do mundo e das Denominações de Origem Porto e Douro.

Em 2024, os 19 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) juntaram-se para apresentar o “*Discover Douro*” que reúne toda a informação turística da região num portal e aplicação móvel.

6. Métodos e Objetivos

Para este trabalho foram selecionados três museus implementados na Região Demarcada do Douro: Centro Interpretativo da Quinta de Ventozelo; Museu do Vinho de S. João da Pesqueira e Museu do Douro –, e três unidades museológicas com conteúdos sobre a região, mas situados na cidade de Gaia, que alberga as Caves das principais marcas de Vinho do Porto: *The Wine Experience (WOW)*; Museu das Caves Calem e Museu da 1.ª Demarcação.

Estes espaços foram selecionados por integrarem o digital nas suas coleções, nas ferramentas de acesso a informação complementar (como áudio-guias, *QR codes*, etc.), nos processos (digitalização do acervo para fins de salvaguarda); nos ambientes (disponibilização de visitas virtuais); e nas práticas (interação pré/pós visita mediada através de tecnologias; por ex. publicações nas redes sociais; *newsletters*; conteúdos no *website*, no *Google Arts & Culture*).

Trata-se de um estudo de caso e, tendo em conta os objetivos da investigação, foi seguida uma abordagem qualitativa.

Os métodos de recolha de dados escolhidos foram a observação direta, em visitas realizadas às unidades museológicas, e a análise documental, incluindo os portais institucionais e redes sociais dos museus em estudo e notícias publicadas, havendo ainda conversas informais com colaboradores dos museus em estudo para esclarecer alguns pormenores relativos à informação recolhida.

Foram analisadas depois algumas das tecnologias disponibilizadas nestas unidades, aplicando o quadro teórico desenvolvido por Pine e Gilmore (1998) e adaptado à investigação em enoturismo por Quadri-Felitti e Fiore (2012), que agrupa as experiências enoturísticas nos quatro “E’s: Entretenimento; Estética; Escapista; Educativa.

O objetivo geral deste artigo é identificar estratégias de inovação digital presentes nas unidades museológicas dedicadas ao vinho e à vinha da região do Douro e relacioná-las com os preceitos de uma museologia experiencial, participativa e cocriada.

Os objetivos específicos são a) analisar o contributo das estratégias de inovação digital nas experiências enoturísticas presentes nessas unidades, aplicando o quadro teórico desenvolvido por Pine e Gilmore (1998) e adaptado à investigação em enoturismo por Quadri-Felitti e Fiore (2012); b) perceber qual o impacto da digitalização na participação ativa dos visitantes.

A hipótese subjacente é de que a digitalização das unidades museológicas do vinho e da vinha da região do Douro contribui positivamente para o enriquecimento da experiência multidimensional e para a participação ativa do visitante.

Figura 1. Os quatro E's da experiência enoturística.



Fonte: Adaptado de Pine e Gilmore 1998; Quadri-Felitti e Fiore 2012.

Pine e Gilmore (1998) conceptualizam a natureza multidimensional da experiência do consumidor e posicionam os quatro E's em quadrantes formados pela interseção de dois contínuos de experiência: participação do consumidor (ativa ou passiva) ao longo do eixo horizontal e ligação do consumidor (absorção ou imersão) ao longo do eixo vertical (Figura 1). A participação ativa acontece "quando os clientes afetam pessoalmente o espetáculo ou o acontecimento" e a participação passiva é "quando os clientes não afetam nem influenciam diretamente o espetáculo" (Pine e Gilmore 1999: 30). A imersão é descrita quando há envolvimento físico ou virtual no evento, espetáculo ou ambiente, enquanto a absorção se refere ao envolvimento do intelecto do consumidor (Pine e Gilmore 1998, 1999). Em particular, as

experiências mais ricas são as que englobam aspetos dos quatro E's, alcançando o *sweet spot*, que equilibra elementos de participação ativa e passiva do consumidor e em que os clientes são simultaneamente absorvidos e imersos (Pine e Gilmore 1998).

Ainda que não tenha sido desenvolvido para experiências no contexto museológico, considera-se pertinente aplicar esse *framework* às experiências sensoriais mediadas por tecnologias nos museus víquicos, uma vez que a maioria oferece ativações desse nível aos seus visitantes.

7. Museus

7.1 The Wine Experience

No que aos museus víquicos diz respeito, os cinco maiores à escala global contam com um português, o *World of Wine (WOW)*, em Vila Nova de Gaia (Turismo de Portugal 2022).

Ainda que o *The Wine Experience* não se dedique exclusivamente à Região do Douro, parte do seu acervo, com destaque para as fotografias que integram e complementam os espaços expositivos, remete para as quintas que o grupo *Fladgate Partnership* detém na Região Demarcada, como a Quinta da Roêda, localizada no Pinhão, pelo que – a par do seu posicionamento de destaque na oferta de museus víquicos em Portugal – se considerou pertinente incluí-lo nesta pesquisa.

O projeto *WOW*, um investimento da *Hilodi/Fladgate Partnership* e financiado pelo COMPETE2020, abriu portas na cidade de Gaia em 2020. Reconhecido em 2024 com o “Potencial Interesse Nacional” (PIN) pelo impacto significativo na região Norte, no mesmo ano, o *WOW* arrecadou cinco prémios de enoturismo, incluindo a “Missão Cultural”, pelos *Wine Travel Awards 2024*, e “Melhor Enoturismo Urbano”, pelos Prémios Nacionais de Enoturismo da Associação Portuguesa de Enoturismo (APENO).

De acordo com a informação disponibilizada no seu *website*, a visita ao *The Wine Experience*, um dos museus do quarteirão cultural *WOW*, começa por explicar em que zonas do globo estão reunidas as condições essenciais para a produção da vinha e que condições são essas; segue-se um núcleo dedicado aos tipos de solo, a enxertia e a constituição da uva e da vinha, passando pela vindima, a produção na adega, a tanoaria e o engarrafamento. O ciclo de vida completo, da uva à garrafa, é descrito de uma forma formativa e lúdica. No segundo piso do museu, o foco está em Portugal e nas regiões viti-

vinícolas portuguesas. O *The Wine Experience* inclui ainda várias experiências multissensoriais e imersivas, sendo um dos projetos de digitalização desenvolvidos pela empresa GEMA Digital/Altice¹, e inclui uma parede interativa; movimento e vídeo; projeções; *design* de som; um globo interativo; soluções multimédia; instalações interativas; gráficos de parede; soluções fotográficas e cenografia.

O *The Wine Experience* envolve os visitantes através da visão, do olfato e do paladar e cruza esses sentidos pela intervenção da tecnologia, criando uma exploração multissensorial. A visita ao museu é complementada com áudio-guia, disponível em português, inglês, espanhol e francês. Este museu não tem *website* próprio, estando integrado no portal institucional do WOW, este com subscrição de *newsletter* e perfil nas seguintes redes sociais: *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn*, *Youtube* e *TikTok*.

Figura 2. Experiência educativa no *The Wine Experience* (visitado a 9 de junho de 2024).



Fonte: Autoras.

Ainda que as diferentes salas expositivas do *The Wine Experience* sigam uma curadoria digital que merece destaque nos estudos da digitalização em ambiente museológico, destaca-se o jogo interativo que permite que o visitante conheça, respondendo a um conjunto de questões num ecrã tátil, qual

¹ Informação recolhida em <https://gema.pt/work/wow-the-wine-experience/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

a casta que se adequa ao seu perfil. Este jogo promove o sentido de autonomia e a participação ativa do visitante, ainda que este possa estar incluído num grupo, e promove uma experiência educativa porque o visitante melhora os seus conhecimentos/competências sobre as diferentes castas.

7.2 Museu da 1.^a Demarcação

De acordo com a sua página oficial, o Museu da 1.^a Demarcação abriu portas em 2018. Preserva parte do acervo (a restante está depositada no Museu do Douro) da Companhia instituída a 10 de setembro de 1756, por Alvará Régio de El-Rei D. José I, sob os auspícios do seu Ministro do Reino, Sebastião de Carvalho e Mello, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal – a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, também denominada Real Companhia Velha.

O espaço museológico premiado pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) (“Prémio Filme”) em 2019, tem como missão partilhar o acervo documental e artístico, reunido e preservado ao longo de mais de 260 anos.

Estabelecendo-se como uma identidade institucional, o museu é também resultado de um trabalho de inventariação, catalogação e digitalização desenvolvido pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE).

A exposição permanente do Museu da 1.^a Demarcação inclui os seguintes núcleos expositivos:

1. Da Razão (Origens da Real Companhia Velha Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro).
2. Personalidades (Dedicada às personalidades que marcaram o percurso da Real Companhia Velha, destacando Marquês de Pombal e D. José I).
3. A Companhia Majestática (Onde é apresentada a Real Companhia Velha enquanto instituição privilegiada e majestática, com as suas prerrogativas e privilégios).
4. A Obra - Transformação do Território (O discurso expositivo evidencia agora os projetos de âmbito territorial levados a cabo pela Companhia).
5. A Obra – O Ensino (Onde é abordado o papel vital da Companhia ao alicerçar as origens do ensino superior técnico no Porto).
6. Abrangendo o Mundo (O destaque recai sobre o mapa-mun-

do, onde através de um conjunto de gavetas, este suporte interativo permite conhecer a história das relações internacionais que desde cedo marcaram a atividade da Companhia, nos quatro cantos do mundo).

7. Identidade (A exposição permanente termina com uma área dedicada à imagem corporativa e identitária da Real Companhia Velha).¹

O Museu da 1.^a Demarcação tem *website* próprio e tem perfil na rede social *Facebook*.

Figura 3. Experiência educativa no Museu da 1.^a Demarcação (visitado a 8 de junho de 2024).



Fonte: Autoras.

Destaca-se na estratégia de digitalização do Museu da 1.^a Demarcação, o livro interativo infantil que apresenta a História da Real Companhia Velha. Este é um dos diversos suportes multimédia que se encontra na exposição permanente patente no Museu da 1.^a Demarcação e é uma experiência educativa que permite que os mais jovens ativamente e de forma imersiva conheçam os acontecimentos que marcaram o percurso histórico da empresa.

¹ Informação recolhida em <https://museurealcompanhiavelha.pt/exposicao/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

7.3 Museu das Caves Cálem

Detidas pelo grupo *Sogevinus* as Caves Cálem, em Vila Nova de Gaia, inauguraram o seu museu em 2017, um espaço que a empresa destaca no seu portal *online* pela sua interatividade e tecnologias de última geração, onde a sessão de cinema 5D, que transporta o visitante no centro de uma vindima ou num barco no rio Douro, é um dos principais atrativos.

O museu nasceu num antigo armazém de *stocks* e inclui, entre outras propostas multissensoriais, uma mesa de aromas, que permite que os visitantes descubram qual o aroma associado aos diferentes tipos de Vinho do Porto. No espaço é também possível conhecer as diferentes tonalidades de Vinho do Porto, num apelo visual. O museu explica como é produzido o néctar, informa sobre as diferentes castas do Vale do Douro, retrata os trabalhos de tanoaria e o transporte. Através de um ecrã gigante e tátil é ainda possível conhecer a história da empresa.

O Museu das Caves Cálem é referenciado nos *websites* da *Sogevinus*, no portal *online* dedicado às experiências turísticas do grupo e nos perfis das Caves Cálem nas redes sociais, não tendo *website* ou perfil único.

Figura 4. Experiência educativa no Museu das Caves Cálem (visitado a 8 de junho de 2024).



Fonte: Autoras.

Numa experiência educativa, que permite que o visitante escolha e tenha autonomia para aceder a diferentes níveis de informação, destaca-se a proposta digital que reflete as alterações na topografia do vale do Douro e o seu impacto na paisagem classificada como Património Mundial da Humanidade. No Museu das Caves Cálem é possível conhecer essas mudanças de forma interativa, com a informação projetada num mapa de cortiça do Vale do Douro a três dimensões (3D) e complementada com o auxílio de um ecrã tátil, com textos em português, inglês, espanhol e francês.

7.4 Museu do Douro

De acordo com o seu *website*, o Museu do Douro, na Régua, criado pela *Lei 125/97*, “foi concebido como um museu de território, polivalente e polinuclear, vocacionado para reunir, conservar, identificar e divulgar o vastíssimo património museológico e documental disperso pela região”.

É constituído por um espaço central – Área de Exposições – onde está situada a exposição permanente “Douro: Matéria e Espírito”. Na envolvente deste espaço expositivo situa-se o Restaurante, a Loja, o Centro de Informação (Arquivo e Biblioteca) a Sala de Leitura, o Centro de Conservação e Restauro, o *Wine Bar* e Esplanada no Jardim com vista para o rio Douro. No espaço contíguo encontra-se outro edifício de arquitetura moderna revestido com painéis de xisto preto, onde está situado o Serviço Educativo.

O acervo do Museu do Douro está disponível *online* desde 2002, e desde agosto de 2019, está disponível a visita virtual 360º e, mais recentemente, foi também apresentado o resultado da parceria com a plataforma *Google Arts & Culture*, que oferece uma visita virtual.

Os recursos audiovisuais são também utilizados para partilhar processos museológicos que o público normalmente não conhece, como o Serviço de Conservação e Restauro.

Em 2018, a visita ao museu foi enriquecida com áudio-guias. O recurso insere-se do Programa Douro INclusivo e tornou os conteúdos acessíveis a diferentes tipos de públicos. Os equipamentos podem ser alugados no Museu, mas a *app* pode ser descarregada gratuitamente para telemóveis e disponibiliza informação em texto, áudio e vídeo. A informação está disponível em português, inglês, francês, espanhol, alemão, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual Internacional e em audiodescrição (Vieira *et al.* 2022).

O Museu do Douro tem *website* próprio e perfil nas seguintes redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *X*. A *newsletter* do Museu do Douro é disponibilizada no *software* de criação e distribuição de conteúdos *Issuu*.

Figura 5. Experiência educativa e escapista no Museu do Douro (visitado a 15 de abril de 2024).



Fonte: Autoras.

Numa experiência educativa e escapista, que transporta o visitante para outras paragens – e lhe fornece informação que permite a criação de um roteiro com visitas complementares –, destaca-se nos equipamentos disponíveis no Museu do Douro um ecrã tátil que reúne informação sobre as quintas do Douro, que permite que o visitante escolha ativamente qual o nível de informação a que pretende aceder. Através desta tecnologia, os visitantes do Museu do Douro adquirem novos conhecimentos ou competências e, simultaneamente, é-lhes feito um convite para visitar outro lugar.

7.5 Museu do Vinho de S. João da Pesqueira

Inaugurado a 14 de dezembro de 2014, simbolicamente no dia de aniversário da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, o Museu do Vinho de S. João da Pesqueira, de gestão municipal, cuja temática se foca no vinho e na vinha, dá ênfase aos produtos e ativida-

des da região do Douro, tendo sido vencedor de uma Menção Honrosa para “Melhor Museu Português” nos Prémios APOM em 2015.¹

Dando cumprimento ao desígnio do “museu de território” e membro da Rede de Museus do Douro (MuD), o Museu do Vinho de S. João da Pesqueira apresenta três núcleos expositivos dedicados ao território (piso 0), às paisagens da vinha (piso 1) e aos lugares do vinho (piso 2).

A par dos três núcleos dedicados à exposição permanente, o Museu do Vinho tem também um espaço destinado ao serviço educativo, uma sala de provas, um *wine-bar* e loja. No espaço adjacente, que acolhe exposições temporárias, pode explorar-se um armazém original com os lagares centenários.

O Museu do Vinho de S. João da Pesqueira não tem *website* próprio, mas uma página no portal *online* do município de S. João da Pesqueira. Atualiza, contudo, um perfil próprio nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*.

Figura 6. Experiência educativa no Museu do Vinho de S. João da Pesqueira (visitado a 15 de abril de 2024).



Fonte: Autoras.

Ainda que o Museu do Vinho de S. João da Pesqueira inclua nos seus núcleos expositivos diferentes equipamentos interativos e de projeção, des-

¹ Este museu tem a assinatura do gabinete de arquitetura 405, dos arquitetos Anabela Coelho e João Abreu.

taca-se neste estudo, pela experiência educativa que oferece aos visitantes, o ecrã tátil que dá destaque àqueles que construíram a paisagem vinhateira do Alto Douro Vinhateiro. O visitante pode selecionar, entre um conjunto de questões, quais pretende ver respondidas – em formato vídeo – pelos enólogos das quintas vitivinícolas localizadas no concelho.

7.6 Centro Interpretativo da Quinta de Ventozelo

De acordo com a informação disponibilizada no *website* da Quinta de Ventozelo, esta está localizada em solo cultivado pelos monges de Cister, impulsionadores da agricultura local e fundadores do vinho do Porto, que povoaram a região na Idade Média. A primeira referência histórica a Ventozelo data de 1288. Em 2014, a Quinta de Ventozelo foi adquirida pelo grupo *Gran Cruz* (agora *GranVinhos*), que, para aproveitar o potencial da propriedade, apostou no enoturismo e no turismo da natureza.

Num dos edifícios mais importantes da Quinta, contruído no século XVIII, encontra-se um espaço que convida a uma interpretação do território duriense, partindo da Quinta de Ventozelo – o Centro Interpretativo de Ventozelo. Através de experiências sensoriais e lúdicas, este Centro Interpretativo trata a paisagem, as culturas do vinho e do azeite, a fauna e a flora e a história da quinta. Inclui, entre outros espaços, um auditório, e para toda a quinta, está disponível uma *app* com um áudio-guia integrado para *GPS* (*Global Positioning System*).

Para implementar este Centro Interpretativo contribuíram o Museu do Douro, o Atelier João Borges, o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), entre outros.

O Centro Interpretativo de Ventozelo é incluído no *website* da Quinta e nos perfis desta nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, não tendo *website* ou perfil próprios.

Figura 7. Experiência estética e escapista no Centro Interpretativo de Ventozelo (visitado a 1 de abril de 2024).



Digital Winescape Experiência Estética/Escapista

Fonte: Autoras.

Incluiu-se para análise esta “janela” tátil que se abre para a paisagem de Ventozelo por ser um exemplo prático de um dos conceitos abordados neste artigo, o de *digital winescape*. Neste ecrã é possível selecionar diferentes pontos de interesse da paisagem e aceder à informação correspondente num segundo ecrã. Esta experiência estética e escapista pode ser complementada com a entrada numa cabine dos “sons de Ventozelo”, onde o visitante pode escutar os sons da quinta, num apelo multissensorial.

Considerações finais

Os museus são um destino de lazer e atração turística (Navarrete 2019) e as propostas do enoturismo, tão influenciadas pelos sentidos (Getz 2000), têm ganhado novos aliados na digitalização.

Nos museus do vinho e da vinha, o digital é um campo explorado para a caminhada do visitante, colocando-o no centro de diferentes chamadas multissensoriais. Associar os sentidos às potencialidades da digitalização contribui para que o visitante crie uma ligação emocional mais forte à oferta e destino enoturísticos.

Atualmente, as estratégias de curadoria digital em ambiente museológico são uma garantia de relevância dos museus junto das novas gerações de visitantes, num equilíbrio entre entretenimento, educação, escapismo e estética, possibilitando a participação e cocriação, aprimorando a experiência do visitante e apostando numa comunicação de dois sentidos com o seu público, transformando os visitantes em produtores de conteúdos.

Nos últimos anos, o Douro tem sido particularmente profícuo no lançamento de experiências de digitalização sobre o seu património vínico e, quer a comunicação social quer a comunicação institucional das empresas de enoturismo da região, têm traçado a cronologia desse investimento crescente. No contexto dos museus dedicados à temática do vinho e da vinha no e sobre o Douro, o “turismo de *terroir*” dialoga assim com uma nova “museografia de *terroir*”, que tem vindo a explorar a “*winescape*” classificada Património Mundial da Humanidade pela via da digitalização.

Este artigo resulta de uma fase preliminar de recolha de dados numa investigação que pretende ser complementada com outras metodologias e pesquisas sobre as tendências de digitalização nos museus, particularmente naqueles dedicados à temática do vinho e da vinha do Douro.

Não obstante, é já possível reconhecer algumas limitações ao estudo, nomeadamente no que diz respeito aos modelos de gestão e aos diferentes graus de maturidade em torno da digitalização. Outra das dificuldades prende-se com o acesso à administração/direção destas unidades, que não se mostram muito disponíveis para entrevistas e cedência de dados.

Referências bibliográficas

Alebaki, M., Psimouli, M., Kladou, S., & Anastasiadis, F. 2022. “Digital winescape and online wine tourism: comparative insights from Crete and Santorini”. *Sustainability*, 14(14): 8396. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su14148396>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Baharuddin, M. N., Husa, N. A. I., Bahardin, N. F., Nawawi, A. H., Harun, S. N., Hussin, A. H., & Ali, I. M. 2023. “Conservation Digitalization through Heritage Building Information Modelling (HBIM): Online Database Theoretical Review”. *Journal of Advanced Research in Applied Sciences and Engineering Technology*, 33 (1): 317-332. Internet Disponível em <https://doi.org/10.37934/araset.33.1.317332>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Barranha, H. 2022. “Património e tecnologias digitais.” *Pedra & Cal: Conservação & Reabilitação*, 73: 6-12. Internet. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/149391>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Barranha, H.; Martins, S. S.; Ribeiro, A. P. (eds.) 2015. *Museus sem lugar:*

ensaios, manifestos e diálogos em rede. Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Belhi, A., Fofou, S., Bouras, A., & Sadka, A. H. 2017. “Digitization and preservation of cultural heritage products”. *Product Lifecycle Management and the Industry of the Future: 79 14th IFIP WG 5.1 International Conference, PLM 2017*, Seville, Spain, July 10-12, 2017, Revised Selected Papers 14: 241-253. Springer International Publishing. Internet. Disponível em <https://inria.hal.science/hal-01764208>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Bellé, S., Tonini, H., & Medeiros, R. M. V. 2022. “Wine tourism and its relationship with the landscape in Serra Gaúcha, Brazil”. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20 (4): 979-996. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.065>. (consultado a 28 de setembro de 2024).

Boufounou, P., Mavroudi, M., Toudas, K., & Georgakopoulos, G. 2022. “Digital Transformation of the Greek Banking Sector in the COVID Era”. *Sustainability*, 14(19): 11855. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su141911855>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Brochado, A., Stoleriu, O., & Lupu, C. 2021. “Wine tourism: A multisensory experience”. *Current Issues in Tourism*, 24(5): 597–615. Disponível em <https://doi.org/10.1080/13683500.2019.1649373>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Bruwer, J., Gross, M.J., & Lee, H.C. 2016. “Tourism destination image (TDI) perception within a regional winescape context.” *Tourism Analysis*, 21(2): 173–187. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.3727/108354216X14559233984692>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Burgard, W., Cremers, A. B., Fox, D., Hähnel, D., Lakemeyer, G., Schulz, D., & Thrun, S. 1999. “Experiences with an interactive museum tour-guide robot.” *Artificial Intelligence*, 114 (1-2): 3-55. Internet. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S0004-3702\(99\)00070-3](https://doi.org/10.1016/S0004-3702(99)00070-3). (consultado a 14 de setembro de 2024).

Cálem. “Museu das Caves Cálem”. *Cálem*. Internet. Disponível em <https://tour.calem.pt/>. (consultado a 24 de setembro de 2024). (consultado a 22 de setembro de 2024).

Camacho, C. F., Carvalho, A., Ferreira, E., Fernandes, I., Varejão, J., Silva, R. H. D., & Ferro, I. 2020. “Grupo de Projeto Museus no Futuro: Relatório Final”. Internet. Disponível em https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/07/15/relatoriomuseusfuturo7_7.pdf. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Câmara Municipal de S. João da Pesqueira. “Museu do Vinho de S. João da Pesqueira”. *Câmara Municipal de S. João da Pesqueira*. Internet. Disponível em <https://www.sjpesqueira.pt/p/mvsjp>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Canto, J. 29/04/2023. “Quinta da Roêda: Uma panóplia de opções vínicas com destaque para os piqueniques e o tour”. *Press Tur*. Internet. Disponível em <https://presstur.com/quinta-da-roeda-uma-panoplia-de-opcoes-vinicas-com-destaque-para-os-piqueniques-e-o-tour/>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Carlsen, J., & Boksberger, P. (2015). “Enhancing consumer value in wine tourism”. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 39(1): 132-144. Internet. Disponível

em <https://doi.org/10.1177/1096348012471379>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Carvalho, Ana, e Alexandre Matos. 2019. “Museus e Sociedade Digital: Realidades e Desafios em Portugal.” *Revista Museu*, 2: 8–23. Internet. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/26032>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Choi, B., & Kim, J. 2021. “Changes and challenges in museum management after the COVID19 pandemic”. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 7(2): 148. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.3390/joit-mc7020148>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

CIM Douro. “Discover Douro”. *CIM Douro*. Internet. Disponível em <https://www.discoverdouro.pt/>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Comissão Europeia. 2010. “Agenda Digital para a Europa”. *Comissão Europeia*. Internet. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52010DC0245> (consultado a 22 de setembro de 2024).

da Silva, A. L., Fernão-Pires, M. J., & Bianchi-de-Aguiar, F. 2018. “Portuguese vines and wines: Heritage, quality symbol, tourism asset.” *Ciencia e tecnica vitivinicola*, 33(1): 31-46. Disponível em <https://doi.org/10.1051/ctv/20183301031>. (consultado a 28 de setembro de 2024).

Dawson, H., Holmes, M., Jacobs, H., & Wade, R. I. (2011). “Wine tourism: Winery visitation in the wine appellations of Ontario.” *Journal of Vacation Marketing*, 17(3): 237-246. <https://doi.org/10.1177/1356766711409185>. (consultado a 28 de setembro de 2024).

De Jong, A., & Varley, P. 2017. “Food tourism policy: Deconstructing boundaries of taste and class”. *Tourism Management*, 60: 212-222. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.12.009>. (consultado a 28 de setembro de 2024).

Dias, J. A., Correia, A., & Cascais, T. 2017. Traits in tourists’ experiences: Senses, emotions and memories. *Co-creation and well-being in tourism*: 179-194. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-319-44108-5_14. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Direção Regional de Cultura do Centro. 2021. “Carta de Porto Santo – A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia.” *Direção Regional de Cultura do Centro*. Internet. Disponível em <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Direção-Geral do Património Cultural. 2021. “Grupo de Projeto Museus no Futuro – Relatório final.” *Direção-Geral do Património Cultural*. Internet. Disponível em <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2021/02/relatoriomuseusnofuturo.pdf>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Dos-Santos-Abad, J., Piñeiro-Naval, V., & Somoza-Sabatés, I. 2023. “La comunicación digital de los museos: análisis comparativo”. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social” Disertaciones*, 16(1): 1-25. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.12316>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Fauvrelle, N. 2014. *Museu do Vinho de S. João da Pesqueira*. São João da Pesqueira: Orgal.

Fauvrelle, N. 2021. O Museu do Douro: perspetivas de um museu de território. *Paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico (quinze anos Património Mundial da UNESCO) / III Workshop Douro e Pico 2019*. Internet. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/135391>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Fauvrelle, N. 2018. *Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu*. [Tese de Doutoramento. Universidade do Porto]. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-36-7/faz>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Gaia, G., Boiano, S., & Borda, A. 2019. “Engaging museum visitors with AI: The case of chatbots.” *Museums and Digital Culture: New Perspectives and Research*: 309-329. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-97457-6>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Geismar, H. 2018. *Museum object lessons for the digital age*. University College London: UCL Press.

GEMA Digital/Altice. “WOW – The Wine Experience”. *GEMA Digital/Altice*. Internet. Disponível em: <https://gema.pt/work/wow-the-wine-experience/>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Getz, D., & Brown, G. 2006. “Critical success factors for wine tourism regions: a demand analysis”. *Tourism management*, 27(1): 146-158. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2004.08.002>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Gómez, M., Pratt, M. A., & Molina, A. 2019. “Wine tourism research: A systematic review of 20 vintages from 1995 to 2014”. *Current Issues in Tourism*, 22(18): 2211-2249. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2018.1441267>. (consultado a 5 de outubro de 2024).

Grandes Escolhas. 14/05/2021. “Já pode fazer visitas virtuais à duriense Quinta do Pôpa”. *Grandes Escolhas*. Internet. Disponível em: <https://grandesescolhas.com/ja-pode-fazer-visitas-virtuais-a-duriense-quinta-do-popa/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Güner, A., & Gülaçti, İ. E. 2022. “Business models transformed by digitalization in contemporary art museums and galleries”. *Journal of Graphic Engineering and Design*, 13(1): 13-20. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.24867/JGED-2022-1-013>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Hall, C.M., Sharples, L., Cambourne, B., & Macionis, N. 2000. *Wine Tourism Around the World Development, management and markets*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Hojman, D. E., & Hunter-Jones, P. 2012. “Wine tourism: Chilean wine regions and routes”. *Journal of Business Research*, 65(1): 13-21. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2011.07.009>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Holland, T., Smit, B., Jones, G. 2014. “Toward a Conceptual Framework of Terroir Tourism: A Case Study of the Prince Edward County, Ontario Wine Region”.

Tourism Planning & Development, 11(3): 275-291. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21568316.2014.890125>. (consultado a 7 de outubro de 2024).

Huang, Y. C., Backman, S. J., Backman, K. F., & Moore, D. 2013. “Exploring user acceptance of 3D virtual worlds in travel and tourism marketing.” *Tourism management*, 36: 490-501. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.009>. (consultado a 21 de setembro de 2024).

Inácio, A. I. 2007. “O Enoturismo: da tradição à inovação, uma forma de desenvolvimento rural”. *Actas do III congresso de Estudos Rurais*: 1-16. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.13521>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Inácio, A. I. 2018. “Os museus do vinho em Portugal: comunicar o passado e compreender e (re) construir a herança cultural vitivinícola”. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 5(2): 185-198. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.345>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP). “Visita realidade virtual 360º do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP)”. *Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP)*. Internet. Disponível em: <https://www.ivdp.pt/pt/visitar/visita-virtual/> (consultado a 14 de setembro de 2024).

International Council of Museums (ICOM). 2019. “Declaração do Funchal”. *International Council of Museums (ICOM)*. Internet. Disponível em: https://icom-europe.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/24/2019/01/Declaracao_do_Funchal_PT.pdf. (consultado a 20 de setembro de 2024).

International Council on Monuments and Sites. 2011. “The Principles of the Seville Charter”. *International Council on Monuments and Sites*. Internet. Disponível em: <https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/06/Seville-Principles-IN-ES-FR.pdf>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Isaccson, A., Alakoski, L., & Bäck, A. 2009. “Using multiple senses in tourism marketing: The Helsinki Expert, Eckero line and Linnanmaki Amusement Park cases”. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 4(3): 167–184. Internet. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/25456/> . (consultado a 20 de setembro de 2024).

Johnson, R., & Bruwer, J. 2007. “Regional brand image and perceived wine quality: the consumer perspective”. *International Journal of Wine Business Research*, 19(4): 276-297. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17511060710837427>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Jones-Garmil, K., & Anderson, M. (Eds.). 1997. *The Wired Museum: Emerging technology and changing paradigms*. Washington, D.C.: American Association of Museums.

Kostadinova, P. 2020. “Heritage virtualization–innovations in museum narrative”. *Innovations*, 8(2): 69-72. Internet. Disponível em: <https://stumejournals.com/journals/innovations/2020/2/69.full.pdf>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Leão, T., Felizes, A., Soeiro, J., Quintela, P., Guimarães, R., Martinho, T. D., ... & Machado, I. (2020). “Em suspenso: reflexões sobre o trabalho artístico, cultural e criativo na era Covid-19”. Internet. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/129671>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Legêne, S., & van den Akker, C. (Eds.). 2016. *Museums in a Digital Culture: How art and heritage become meaningful*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Leri, I., & Theodoridis, P. 2019. "The effects of the winery visitor experience on emotions, satisfaction and on post-visit behaviour intentions". *Tourism Review*, 74(3): 480-502. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/TR-07-2018-0092>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Liberato, D., Liberato, P., Sousa, B., & Paíga, H. 2023. "Exploring wine tourism and competitiveness trends: insights from portuguese context." *E-revista de Estudos Interculturais= E-journal of Intercultural Studies*. Internet. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/22778>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Malde, S., Kennedy, A. and Parry, R. 2019. *Understanding the Digital Skills & Literacies of UK Museum People – Phase Two Report*. Leicester: One by One, University of Leicester. Internet. Disponível em: https://figshare.le.ac.uk/articles/report/Understanding_the_digital_skills_literacies_of_UK_museum_people_Phase_Two_Report/10196294?file=18373877. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Marinho, L. 16/04/2024. "Quinta do Vallado: passado e futuro juntos no Douro Vinhateiro". *Evasões*. Internet. Disponível em: <https://www.evasoes.pt/beber/quinta-do-vallado-passado-e-futuro-juntos-no-douro-vinhateiro/1073260/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Marques, D. 2018. *Realidade aumentada em exposições de museu: a experiência dos utilizadores*. Lisboa: Caleidoscópico.

Martinho, T. D., Lopes, J. T., & Garcia, J. L. 2016. *Cultura e digital em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Marty, P. F., & Jones, K. B. (Eds.). 2008. *Museum informatics: People, information, and technology in museums* (Vol. 2). New York: Taylor & Francis.

Marvão, S. 12/07/2024. "Sandeman abre o Douro ao mundo virtual". *Jornal de Negócios*. Internet. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/premio-nacional-de-inovacao/detalhe/sandeman-abre-o-douro-ao-mundo-virtual>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Matteucci, X. 2013. Photo elicitation: "Exploring tourist experiences with researcher-found images". *Tourism Management*, 35: 190-197. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.07.002>. (consultado a 12 de outubro de 2024).

Meacci, L., & Liberatore, G. 2018. "A senses-based model for experiential tourism". *Tourism & Management Studies*, 14(4) : 7-14. Internet. Disponível em: https://www.tmsudies.net/index.php/ectms/article/view/1051/pdf_110. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Museu do Douro. "Rede de Museus do Douro". *Museu do Douro*. Internet. Disponível em: <https://www.museudodouro.pt/rede-museus-douro>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Museu do Douro. Internet. Disponível para consulta online em <https://www.museudodouro.pt/>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Navarrete, T. 2019. "Digital heritage tourism: innovations in museums". *World Leisure Journal*, 61(3): 200-214. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16078055.2019.1639920>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Network of European Museum Organisations. 2020. “Survey on the impact of the COVID-19 situation on museums in Europe Final Report”. *Network of European Museum Organisations*. Internet. Disponível em: https://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_COVID19_Report_12.05.2020.pdf. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Neuhofer, B. 2016. “Value co-creation and co-destruction in connected tourist experiences”. *Information and Communication Technologies in Tourism 2016: Proceedings of the International Conference in Bilbao, Spain, February 2-5, 2016*: 779-792. Springer International Publishing. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-28231-2_56. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Novais, C. B., & Antunes, J. 2009. “O contributo do Enoturismo para o desenvolvimento regional: o caso das Rotas dos Vinhos”. *15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*. Internet. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joaquim-Antunes-2/publication/267253794_O_contributo_do_Enoturismo_para_o_desenvolvimento_regional_o_caso_das_Rotas_dos_Vinhos/links/56323d0908aefa44c36806de/O-contributo-do-Enoturismo-para-o-desenvolvimento-regional-o-caso-das-Rotas-dos-Vinhos.pdf. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Pilcher, E. J., Newman, P., & Manning, R. E. 2009. “Understanding and managing experiential aspects of soundscapes at Muir Woods National Monument.” *Environmental Management*, 43: 425-435. Internet. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00267-008-9224-1>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Pine, B. J., & Gilmore, J. H. 1999. *The experience economy: work is theatre & every business a stage*. Boston, Massachusetts: Harvard Business Press.

Pine, B. J., & Joseph, B. 1998. “Welcome to the experience economy”. *Harvard business review*, 76 (4): 97-105. Internet. Disponível em: <https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>

Portugal 2020. 19/02/2024. “Projeto “WOW” de turismo vínico e gastronómico reconhecido como de Potencial Interesse Nacional”. *Portugal 2020*. Internet. Disponível em <https://portugal2020.pt/projeto-wow-de-turismo-vinico-e-gastronomico-reconhecido-como-de-potencial-interesse-nacional/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Preuss, U. 2016. “Sustainable digitalization of cultural heritage – Report on initiatives and projects in Brandenburg, Germany”. *Sustainability*, 8(9): 891. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su8090891>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Quadri-Felitti, D. L., & Fiore, A. M. 2013. “Destination loyalty: Effects of wine tourists’ experiences, memories, and satisfaction on intentions.” *Tourism and Hospitality Research*, 13(1): 47-62. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1467358413510>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Quinta de Ventozelo. “Centro Interpretativo da Quinta de Ventozelo”. *Quinta de Ventozelo*. Internet. Disponível em <https://www.hotel.quintadeventozelo.pt/centro-interpretativo>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Quinta do Pôpa. “Visita virtual da Quinta do Pôpa”. *Quinta do Pôpa*. Internet. Disponível em <https://vr.unit360.pt/quintadopopa/index.htm>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

Ramos, P., Santos, V. R., & Almeida, N. 2018. “Main challenges, trends and opportunities for wine tourism in Portugal.” *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 10(6): 680–687. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.1108/WHAT-08-2018-0055>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Real Companhia Velha. “Museu da 1.^a Demarcação”. *Real Companhia Velha*. Internet. Disponível para consulta online em <https://museurealcompanhiavelha.pt/>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

Rojas, M. A. 2019. “The Future of Tradition in Museology: Notes on different forms of Experimental Museology.” *The Future of Tradition in Museology*, 17. Internet. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Santos Silva, D. 2021. “Inovação e Comunicação de Cultura: modelos narrativos emergentes”. *Comunicação, Cultura e Jornalismo Cultural*: 51-70. Internet. Disponível em <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-142.3>. (consultado a 15 de setembro de 2024).

Santos, J. L. 04/03/2024. “As portas do Douro abrem-se online: novo portal guia os visitantes.” *Público*. Internet. Disponível em <https://www.publico.pt/2024/03/04/fugas/noticia/portas-douro-abremse-online-novo-portal-guia-visitantes-2082461>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Santos, V., Ramos, P., Almeida, N., & Santos-Pavón, E. 2020. “Developing a wine experience scale: a new strategy to measure holistic behaviour of wine tourists”. *Sustainability*, 12(19): 8055. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su12198055>. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Santos-Silva, D., Flores, A. M., e Centeno, M. J. 2021. “Inovação digital nos museus portugueses: um estudo de plataformas, formatos e narrativas”. *Obi.Media - Observatório de Inovação nos Media: ICNOVA*. Internet. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/141086>. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Sarraf, V. P. 2021. “Direito e acesso ao patrimônio cultural: reflexões sobre humanidades digitais no contexto dos museus e os novos desafios da Pandemia do Covid-19”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(Especial): 128–137. Internet. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/37363>. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Silva, E., Esteves, E. T., & Morais, E. P. 2024. “As Ferramentas Digitais nos Museus”. *RISTI–Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, (E67, 03/2024). Internet. Disponível em <http://hdl.handle.net/10198/29690>. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Simon, N. 2010. *The Participatory Museum*. Internet. Disponível em <https://participatorymuseum.org/read/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Sogrape. 29/11/2023. “Douro enters the metaverse with Sandeman.” *Sogrape*. Internet. Disponível em https://www.datocms-assets.com/33016/1701253690-pr_douro-enters-the-metaverse-with-sandeman.pdf. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Sokil, M., Syerov, Y., & Boiko, V. 2024. “From Destruction to Digitization: Safeguarding Ukraine’s Cultural and Archival Heritage in Wartime”. *Data-Centric Business and Applications: Advancements in Information and Knowledge Management*, 2: 253-280. Internet. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-031-59131-0_12. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Studart, D. 2020. “Pandemia global de Covid-19 e Impactos para os Museus: Crise ou Oportunidade”. *Revista Museu*, 18. Internet. Disponível em <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8539-pandemia-global-de-covid-19-e-impactos-para-os-museus-cri-se-ou-oportunidade.html>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Suroto, P. Z., Dewantara, M. H., & Wiradarmo, A. A. 2020. “The application of technology in museums.” *International Journal of Applied Sciences in Tourism and Events*, 4(2): 170-181. Internet. Disponível em <http://dx.doi.org/10.31940/ijaste.v4i2.1853>. (consultado a 27 de setembro de 2024).

Thanh, T. V., & Kirova, V. 2018. “Wine tourism experience: A netnography study.” *Journal of Business Research*, 83: 30-37. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.10.008>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

The Fladgate Partnership. “Quinta do Panascal”. *The Fladgate Partnership*. Internet. Disponível em <https://fladgatepartnership.com/experiencias/> (consultado a 24 de setembro de 2024).

The London Charter. 2009. “The London Charter”. Internet. Disponível em <https://londoncharter.org/index.html>. (consultado a 22 de setembro de 2024).

Thomas, S., & Mintz, A. (Eds.). 1998. *Virtual and the Real: Media in the Museum*. Washington, DC: American Association of Museums.

Turismo de Portugal 2022. “Enoturismo: dimensão nacional e europeia | 2022”. *Turismo de Portugal*. Internet. Disponível em <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/enoturismo-dimensao-nacional-e-europeia-2022/>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

UNESCO. 2001. “Universal Declaration on Cultural Diversity”. *UNESCO*. Internet. Disponível em <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/unesco-universal-declaration-cultural-diversity> (consultado a 22 de setembro de 2024).

UNESCO. 2003. “Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage”. *UNESCO*. Internet. Disponível em <https://ich.unesco.org/en/convention> (consultado a 22 de setembro de 2024).

Van Zeller, M. 2022. *Jogos com Realidade Aumentada nos Museus*. Lisboa: Caleidoscópio.

Velhinho, A., & Almeida, P. 2023. “O Legado da Memória Coletiva na Cultura Digital: Digitalização, Mapeamento Cultural e Cocriação”. *Comunicação e sociedade*, (43): e023003. Internet. Disponível em [https://doi.org/10.17231/comsoc.43\(2023\).4344](https://doi.org/10.17231/comsoc.43(2023).4344). (consultado a 14 de setembro de 2024).

Vieira, I., Fernandes, D., Amaro, B., & Carvalho, A. 2022. “The Potential for ICT in New Museums – The Case of the Douro Museum”. *Advances in Tourism, Technology and Systems: Selected Papers from ICOTTS 2021*, 1: 167-177. Singapore:

Springer Nature Singapore. Internet. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/25749/1/The%20Intangible%20Cultural%20Heritage.pdf>. (consultado a 14 de setembro de 2024).

World of Wine (WOW). “The Wine Experience”. *World of Wine (WOW)*. Internet. Disponível em <https://www.wow.pt/en/museums/the-wine-experience>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

World of Wine (WOW). 12/07/2023. “WOW vence prémios de enoturismo a nível nacional e internacional”. *World of Wine (WOW)*. Internet. Disponível em <https://www.wow.pt/pt/noticias/wow-vence-premios-de-enoturismo-a-nivel-nacional-e-internacional>. (consultado a 20 de setembro de 2024).

Xiong, J., Hashim, N. H., & Murphy, J. 2015. “Multisensory image as a component of destination image”. *Tourism Management Perspectives*, 14: 34-41. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.03.001>. (consultado a 24 de setembro de 2024).

O ARQUÉTIPO DA NOVA MULHER NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS E BRASILEIRO

Wilson Ribeiro Lins (UNIFOR)

Maria Fabíola Fonseca Mourão Teixeira (UNIFOR)

ABSTRACT

This paper, based on hermeneutics of selected documents, makes a comparative analysis that aims to highlight the negotiations related to the prototyping of a model of a new woman in the Portuguese and Brazilian Estado Novo. Its content deals with the social, political, cultural and religious influences that directly and indirectly influenced the definition of a feminine standard adequate to the doctrinal interests of the regimes, especially as an adjunct to the formatting of an original society.

Keywords: New Woman; Indoctrination; Female Inferiority; Inequity and Estado Novo.

RESUMO

O presente trabalho, partindo de uma hermenêutica de documentação selecionada, faz uma análise comparativa que tem por finalidade evidenciar as tratativas relacionadas à prototipagem de um modelo de nova mulher no Estado Novo português e brasileiro. Seu teor versa sobre as influências sociais, políticas, culturais e religiosas a influírem direta e indiretamente na definição de um padrão feminino adequado aos interesses doutrinários dos regimes, em especial, como coadjuvante à formatação de uma sociedade original.

Palavras-chave: Nova Mulher; Doutrinação; Inferioridade Feminina; Iniquidade e Estado Novo.

Recebido em 21 de novembro de 2024.

Aceite em 30 de dezembro de 2024.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.572

Introdução

Este artigo apresenta os parâmetros delineadores à configuração de um padrão feminino tido como adequado à sociedade definida pelo Estado Novo Português e Brasileiro. Os requisitos foram obtidos via pesquisa bibliográfica amparada nas obras de Anne Cova e Antônio Costa Pinto: *O Salazarismo e as Mulheres – Uma abordagem Comparativa* (1997); Martin Durham: *Women and Fascism* (1998); Eric J. Hobsbawm: *A Era dos Impérios* (1988); Fiorenza Taricone: *Lavoratrici in Emilia Romagna 1860-1960* (2010); Agnese Pica (curatore): *Progetto Donne Coraggiose 1946-1948: Il Coraggio di Essere Libere in Italia – Le Donne Della Costituente* (2010); Simon Schwartzman: *Estado Novo, um Auto-retrato* (1982); Simon Schwartzman et al.: *Tempos de Capanema* (2000) e Chiara Saraceno: *Sociologia da Família* (1997). Como fonte adicional foram consultadas publicações em teses, dissertações e periódicos.

O objetivo do presente trabalho é deixar evidente a posição secundarizada do elemento feminino, comprovada na rigorosidade do cumprimento de regras de conduta social a destinarem à mulher papéis arbitrariamente determinados em função de modelos tidos como sustentáculos, não somente à efetivação de um progredir populacional devidamente conectado às necessidades socioeconômicas, como na proliferação de gerações devidamente massificadas em função de conteúdos doutrinários voltados ao surgimento de uma sociedade original.

No intuito de favorecer uma ampla compreensão do tema, uma abordagem histórica se fez necessário para contextualizar a realidade mundial, portuguesa e brasileira a oportunizar a Salazar e Getúlio Vargas os subsídios à escolha de parâmetros sociais femininos inspirados em fundamentações religiosas e culturais, suficientemente aptas à consecução de uma cidadã distinta a existente, com competência a contribuir ao remodelar da sociedade proposto pelos regimes políticos do Estado Novo Português e Brasileiro.

1. A visão da mulher no princípio do Século XX

Segundo Karin Lynn Brashler (2015: 03) em *Mothers for Germany: a look at the ideal woman in Nazi Propaganda*, as primeiras duas dezenas de anos do século XX sinonimizaram um momento especial para as mulheres pelo alento de autonomia conseguida em virtude de seu trabalho na Primeira

Guerra Mundial, direito do sufrágio e ações de natureza política. Postura livre, convicções próprias, acentuado desejo de participar ativamente na coisa pública, uso de vestuário tido como masculino, forte senso de liberação sexual, executando tarefas fora da esfera do lar, contrapunham-se aos valores tradicionais. Este estilo de vida fez surgir o conceito de *Nova Mulher*, causando um autêntico *frisson* na rígida sociedade alemã (Brashler 2015: 03).

Para Hobsbawm (1988: 182-191), a liberdade de dançar socialmente, votar, ter acesso a educação formal profissional e de nível superior; ocupar postos de trabalho e almejar tratamento isonômico com os homens, certamente, não poderia ser aceite de forma consensual, pois havia o temor diante da possibilidade de a independência feminina comprometer a estrutura familiar católica.

O *Manifesto Futurista* (1909: s.p) de Marinetti, publicado na primeira década do século XX, deixava proeminente uma visão secundária da mulher na sociedade. Em 1912, como resposta, Valentine de Saint-Point, lança o *Manifesto Della Donna Futurista* a expor o desejo em materializar a representatividade feminina num mundo dividido igualmente entre homens e mulheres porque o desenvolver das sociedades provém da contribuição de ambos os gêneros.

Em *Lavoratrici in Emilia Romagna 1860-1960*, Fiorenza Taricone (2010: 10) salienta que o protótipo feminino estaria interligado à modéstia, humildade, sentimento de encantar a qualquer custo, se expressar com limitado vocabulário e palavras, servir de defesa do tradicionalmente atrelado à identidade cultural e, em elevada posição, à maternidade. Para Martin Durham em *Women and Fascism* (1998: 9), quando o regime fascista, nacionalista, conservador e militarizado assumiu o poder, o seu conteúdo moralizador e masculinizado, a deificar a religião, a família e a pátria, passa a mulher para segundo plano.

No dossiê *Itália 1946: Le Donne al Voto* editado por Mariachiara Fugazza e Silvia Cassamagnaghi (2006: 13), no capítulo 03, intitulado “Il voto alle donne”, Elisa Boschetti denuncia que em 1901, a baixa instrução, vassalagem histórica ao poder viril e a condição inferiorizada legalizada, classificavam o feminino como ferramenta de objetivos sociais. A tradição e a secularidade dos costumes a isolarem a mulher do mundo social devia desaparecer, pois o restringir de direitos suprimia a sua real competência e potencial de desenvolvimento. Mariya Ivanova Chokova deixa evidente em *The Female Condition During Mussolini's and Salazar's Regimes* (2013: 10) que na península italiana, a condição secundária da mulher na identidade

cultural do país, projetava o gênero feminino como um complemento natural a proporcionar prazer, conforto e prole aos homens.

No regime fascista, a força da religiosidade era essencial à cooptação de uma população onde o catolicismo enaltecia o papel das esposas à procriação e apoio ao marido. A *nuova donna* deveria ser gentil e fiel, gerar e educar uma prole saudável física e mentalmente, e ter o ambiente doméstico como esfera de atuação.

Salienta Saraceno (1997: 37-39) que, para os fascistas, a vinda ao mundo de uma geração totalmente integrada na ideologia pelo papel educador materno era algo vantajoso e a defesa da unidade familiar se respaldava na competência desta em conectar pessoas com a original sociedade determinada pelo Estado. Já Sassano (2015: 265-276) explicita haver apenas uma concepção de mulher como uma máquina de gerar filhos para o Estado no suprir de material humano à economia produtiva e às forças armadas, pois, no regime de Mussolini se destacava a apologia de uma sociedade máscula, cabendo a estas a fecundidade na reprodução e total submissão ao cônjuge, inclusive sem o livre arbítrio sobre o próprio corpo e mente.

Para Brashler (2015: 1-7), a mulher-mãe na Alemanha hitleriana alavancava o crescimento populacional básico à geração e educação de uma elite germânica, mas estas só por representarem o útero a fecundar novos alemães.

Agnese Pica (2010: 9) argumenta que a atuação profissional fora do lar era irreversível; no entanto, a forte influência da tradição e do catolicismo ainda persistia, induzindo muitos a pensarem na necessidade de se preservar os sagrados laços do matrimônio a resguardarem a responsabilidade doméstica feminina. Parecia ser um tempo de mudança onde uma nova realidade traria similaridade no exercício da cidadania para homens e mulheres.

2. A Mulher Nova Portuguesa

Segundo Irene Vaquinhas (2009: 248-249) na formatação do Estado-nação em Portugal, como em muitos países da Europa, o gênero feminino ficou relegado a um plano inferior, demorando anos para que através de manifestações de âmbito social e econômico a visão a respeito da relevância da mulher e a sua própria individualidade como ser humano fosse tomada em consideração. Os requisitos previstos na tríade *filha exemplar, futura esposa comprometida com o lar e mãe fecunda* funcionavam como guia para os processos educacionais a terem início no seio familiar e complementados nas escolas. Valores disseminados destacavam a atuação intra domiciliar no

intuito de preservar, geração a geração, o verdadeiro e único papel da mulher na coletividade. Esta realidade persiste até às primeiras três décadas do século XX.

Durante a vigência do Estado Novo surge a proposta de se revigorar o ambiente doméstico ao mesmo tempo em que se glorifica a condição natural da mulher em ser mãe e atriz coadjuvante de atuação restrita ao lar. Na versão do regime, a *cellula mater* da sociedade somente vingaria pela conexão feminina com a natureza, vide capacidade em carregar filhos no ventre, trazendo-os à vida por ocasião do parto, garantir a saúde e educar a prole para a vida. Tal abordagem dual se encontrava arraigada na filosofia católica cuja encíclicas *Arcanum Divinae Sapientiae* (Leão XIII), *Rerum Novarum* (Leão XIII), *Casti Connubii* (Pio XI) e *Quadragesimo Anno* (Pio XI), explicitavam ser esta a orientação pregada pelo Cristo à sociedade (Vaquinha 2009: 248-249).

Sónia Martins Pereira argumenta em *Da Edição de Guias para a Mulher e Ensaio Sobre a Condição Feminina Durante o Estado Novo 1933-1950* (2014: 14) que durante o período citado ocorreu um retrocesso ao se olhar a mulher dentro da ótica religiosa, pois, quem, pela influência dos movimentos modernistas, se imaginava livre das amarras tradicionais, se viu novamente sob o modelo de filha subjugada aos ditames paternos, cônjuge submissa ao esposo e mãe fecunda.

Antônio Costa Pinto e Anne Cova (1997: 71) alertam que a efervescência das manifestações focadas na valorização das mulheres, na busca de um maior espaço democrático e desejo de alargar a consciência sobre a importância destas como agentes produtivos na economia, emergiam como propostas de difícil contraposição. Para os críticos do modernismo sem limites se torna inevitável a disseminação do ambiente doméstico como o mais propício a proporcionar a materialização da relevância feminina à coletividade na natural e religiosa função maternal, além do desenho de um composto familiar a dedicar na participação destas uma força indispensável no construir de uma realidade original apta à formatação de um novo cidadão.

A Constituição de 22 de fevereiro de 1933, segundo Mariana Canotilho (2008: 03), mostrava estreita conexão com a nova realidade política e socioeconômica a ser implantada em Portugal. O seu conteúdo destacava uma visão mais abrangente das questões do Estado nas tratativas relacionadas ao complexo nacional constituído pela família, freguesia, municípios, corporações profissionais e econômicas, forças de ordem moral e a cultura portuguesa.

O Decreto 25.936 de 12 de outubro de 1935 estabelece ser a manutenção de uma ordem moral, garantia à concepção da família como fonte de continuidade étnica, maternidade e a fecundidade, bem como a consciência e prática de deveres e responsabilidades para com o Estado, temas de elevada representatividade. O texto deixa explicitada a responsabilidade estatal para com a família, materializada na questão da fertilidade feminina e a necessária presença de uma moralidade a servir de alicerce à construção de cidadãos diferenciados cômicos de seus deveres à nação. Assim, o Estado Novo português, se apoiando na Igreja, põe em prática uma incisiva e abrangente interferência nos assuntos de natureza doméstica. Ao marido e pai, a noção de *pater familias* fica dividida com o regime quanto ao direcionamento da formação cívica nacionalista defendida pelo partido, inquestionável à configuração de um composto familiar fortalecedor do novo homem. À mulher, esposa e mãe, se torna imperativa a adoção de uma postura submissa e subalterna em contradição aos movimentos feministas em voga na Europa.

É natural o surgimento de profundas sequelas quando ventos de liberação socioeconômica são abafados por regimes ditatoriais. Todavia, a influência da Igreja Católica em um país de elevada religiosidade, máxime, no percentual feminino da população, tem a prerrogativa em diluir quaisquer forças contraditórias emergentes. Salazar, consciente desta peculiaridade do povo português, utilizava o atributo da modéstia e extremo zelo nas máximas cristãs como anteparo capaz de derrubar barreiras às práticas da doutrina.

De acordo com Áurea Adão e Maria José Remédio (2005: 93), a tríade Deus, Pátria e Família consagrada no salazarismo outorgou à mulher uma condição ambivalente inteiramente fundamentada nos princípios do judaísmo e da cristandade. Para uma completa restauração do valor feminino, a maternidade surge como variável expoente ao exercício da perpetuação da espécie, atributo este a funcionar como exemplo vivo da ingerência divina na humanidade. No que se refere à prototipagem da nova mulher portuguesa, instituições e publicações, discriminadas a seguir, ditavam regras e procedimentos.

2.1. Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)

A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), foi regulamentada através do Decreto 26.893, de 15 de agosto de 1936, visando assegurar a formação da mulher enquanto elemento ativo da maternidade, através da perfeita sintonia entre o trabalho exercido no ambiente doméstico e os ensi-

namentos transmitidos nas instituições de ensino, concatenados com saberes relativos aos cuidados básicos com o ser humano a envolverem higiene, sistemas nutricionais, acompanhamento médico e psicológico. Caracterizava o lar como o cenário mais adequado à defesa dos hábitos e conhecimento consuetudinários e valorização da manufatura feita em casa, tornando a arena doméstica um local de contribuição produtiva. A mulher era responsável por zelar pelos bons costumes, nas orientações de leituras à prole, bem como na escolha das atividades de folguedo.

A OMEN tinha também um caráter assistencialista à educação formal, focada nas questões de uniforme, acesso a obras didáticas, frequência escolar e auxílio financeiro institucional, exercendo ação vigilante no acompanhamento da assiduidade, comportamento intra e extrassala de aula e no rendimento discente, premiando aqueles que se destacavam no aprendizado. Como coadjuvante ao docente, fornecia a instrução necessária à transmissão de conteúdos de conduta social e civismo, atividades de aprimoramento artístico e delineamento da compleição física na proposta de proporcionar elementos favorecedores do *mens sana in corpore sano*, fundamental à pátria.

2.2. A Mocidade Portuguesa Feminina

A *Mocidade Portuguesa Feminina*, regulamentada em dezembro de 1937 pelo Decreto 28.262, objetivava estruturar o caráter da jovem portuguesa com o vigor físico, higiene, defesa do organismo, disciplina e crença na capacidade de realização através do esforço; culto ao espírito atrelado ao catolicismo; crença na visão de futuro, apreço à vida no lar e a família, bem como na conscientização acerca do interesse geral suplantar o particular em termos de relevância, tudo agregado ao amor a Deus, Pátria e Família.

2.3. O *Boletim Mensal* da Mocidade Feminina Portuguesa

Para Walter Valdevino do Amaral (2019: 128-132), a 13 de maio de 1939 é iniciada a publicação do *Boletim Mensal* da Mocidade Feminina Portuguesa (MFP), periódico que se destaca como relevante instrumento de propagação do ideário do sistema a respeito do modelo de mulher tido como almejado à sociedade, alicerçado na religiosidade como atributo essencial à moral e aos bons costumes. No seu conteúdo se vê uma apologia à construção de um corpo saudável, na qual a feminilidade está conjugada aos protótipos defendidos pelo Estado e Igreja. Na conjugação de religião e

política, surge um arquétipo de mulher cujas responsabilidades consigo própria e com a realidade doméstica constituíam indispensáveis requisitos. Em tal contexto, haveria espaço para a atuação feminina, limitado pelos valores tradicionais a direcionar à mulher o cenário doméstico como horizonte máximo de atuação.

No número inicial, a figura icônica da rainha Dona Leonor¹, como padroeira da instituição, surge como perfeito exemplo de virtude do cristianismo a exaltar a compaixão, solidariedade e inabalável fé, modelo perfeito de mulher e progenitora, cujas obras de caridade beneficiaram incontáveis cidadãos portugueses menos desfavorecidos; e que personificava, por isso, o padrão da nova mulher portuguesa no Estado Novo (Amaral 2019: 128-132).

Especificamente direcionado para o público feminino, o *Boletim Mensal* da Mocidade Feminina Portuguesa tencionava inculcar na jovem mulher conceitos corporais, mentais e espirituais que destacavam virtudes marcantes no que se refere à consciência, postura e comportamento. Para tal objetivo, destaque-se, em particular, uma série de sete artigos escritos por Hilda R. N. d’Almeida Côrrea de Barros entre os meses de maio e outubro de 1941 com o título “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, a expor os predicados que uma moça deveria apresentar para se tornar afiliada da MFP (Amaral 2019: 136-138).

Nas referidas edições mensais do *Boletim* da Mocidade Portuguesa Feminina, Hilda Barros demonstra que através da externalização da verdade uma mulher cresce moralmente, servindo de exemplo a outras. Ao enaltecer a força da tradição da pátria a partir de um passado de glórias digno da máxima veneração, o pretérito gera orgulho e as moças do presente serão artífices das mulheres de amanhã. Em complemento, a gentileza, simpatia e afabilidade devem ser cultuados (Barros 1941: 08).

A exteriorização da amabilidade é parte primordial para quem deseja construir relacionamentos duradouros e verdadeiros com a prática do amor ao próximo, ideal cristão das boas relações entre pessoas a respeitarem diferenças, porém, irmanadas na perspectiva de solidificar o ideal de uma existência comunitária positiva. A noção de uma sociedade preocupada com

¹ “Princesa perfeita”, considerada um exemplo de misericórdia e demais virtudes cristãs, foi casada com D. João II, “o príncipe perfeito”, seu primo, sendo o casal exemplo de virtude e de fé. Reinaram no início do apogeu dos Descobrimentos portugueses, tendo sido a Rainha uma das mais ricas mulheres da Europa à época. Quando viúva, recebeu o epíteto de Rainha Velha e foi viver no Paço de Xabregas e em sua homenagem foram construídos hospitais a asilos (Amaral 2019: 4).

padrões de higiene e cuidados básicos com o corpo gera respostas orgânicas e mentais aptas ao pleno exercício da cidadania onde conjuntos femininos se notabilizarão pela força interna capaz de olhar de modo positivo a vida e enfrentar com expressivo vigor as agruras do dia a dia, mas, de igual modo, aptas à fecundidade com menos riscos (Barros 1941: 8).

A manutenção da juventude não somente no corpo aliada a uma autoimagem ligada à pureza, fervor, elã e a coragem em assimilar o que é bom, são peculiaridades basilares ao processo de se encarar a existência e seus desafios com a essência guerreira a extrair a energia produtora de esforços à devida remoção ou ultrapassagem de obstáculos. Uma postura simpática, porém, realista, diante das vicissitudes do dia a dia, fortalece a crença na competência em se deixar acesa a chama da juventude a iluminar as mentes em busca de desempenhos exemplares a si e àquelas que virão a seguir Barros (1941: 6-7).

Toda a mulher deve sinonimizar bom gosto na escolha da indumentária. Elegância não se confunde com o despertar de olhares ou desvio da atenção em função das peças de vestuário sobre um corpo ou manifestações de excessiva vaidade sem a responsabilidade para consigo própria ao fazer com que a roupa se destaque mais do que quem faz usufruto dela. O vestuário deve prezar pela promoção de uma perfeita harmonização e leveza nos compostos visuais, dando à usuária condições de deixar explicitada a sua personalidade. Vestir bem é pensar primeiro na pessoa, colocando em plano secundário o luxo, assim, moderação constitui lei a ser seguida com esmero (Barros 1941: 5).

O sedentarismo deve ser visto como um dos defeitos de maior malefício ao ser humano. As pessoas devem se manter ativas, não pelo simples fato de se movimentarem, tendo os esforços e a energia direcionados ao repúdio à inatividade ou atividade sem propósitos definidos. A nova mulher portuguesa deve tributar elevada valia à ação, fazendo de cada dia o sinônimo de um roteiro de tarefas realizadas no fito de atingir a noção de relevância para si mesmo, jamais dando oportunidade ao espírito indolente (Barros 1941: 8-9).

A bondade é essencial a uma cristã na efetivação do mandamento “amai-vos uns aos outros”, não simplesmente se possuindo um coração dominado por sentimentos magnânimos, mas transformar tais pensamentos em ações. Gentileza e o carinho dedicados aos semelhantes e a doação sem a necessária cobrança de uma futura retribuição se transformam em atos caridosos no repartir do que é, de fato, bom, sem a presença da imposição

(Barros 1941: 8).

Os sete aspectos qualitativos direcionados à configuração de uma mulher singularizada por valores superiores em termos de moral e bons costumes deixam claro que *verdadeiras, amáveis, sãs, novas, elegantes, ativas e boas* são características marcantes e distintivas do novo modelo feminino na sociedade cunhada pelo Estado Novo português. A postura ética, coadjuvada por um comportamento ancorado em costumes onde o respeito pelas tradições e fortalecimento da ótica coletiva deixam evidentes uma diferenciada cidadã, consciente dos seus deveres para com a família, nação e Deus.

Ainda que no princípio do século XX tenham ocorrido conquistas femininas em Portugal, a mulher independente gerava temor diante da possibilidade da ruptura nos padrões familiares, ao partir para o mercado de trabalho e atuar como concorrente às pretensões profissionais masculinas. Neste caso, o regime salazarista achou prudente assegurar a permanência delas no ambiente doméstico sob a alegativa da estabilidade da harmonia social se iniciar no próprio lar na proposta de satisfazer ao marido, filhos e parentes, sendo extensivo, desde então, ao coletivo. Neste cenário, a emancipação feminina é um contraste e a mulher no ambiente externo ao lar é fator gerador do caos social.

2.4. Atributos da Mulher Nova Portuguesa

Na sociedade tradicional, regida pelos rigores canônicos do catolicismo a mulher portuguesa, extremamente devotada, concebia a família segundo a doutrina católica, a direcioná-la ao ambiente doméstico em tarefas relativas à fecundidade, criação da prole e satisfação ao parceiro, sendo nefasta ao social a sua saída para ocupar postos externos de trabalho.

A família como *cellula mater* social, significava alavanca à criação de uma original sociedade onde a mulher fornecia braços à atividade produtiva e forças armadas, também contribuía para a construção da consciência coletiva sobre as virtudes do salazarismo, junto aos jovens. O seu comportamento, como ícone de subserviência, humildade e comprometimento, assegurava o exercício da cidadania vinculado a prática de valores éticos e morais.

A educação formalizada focada em atividades rotineiras do lar, princípios cristãos, e instruções interligadas aos axiomas propagados pelo regime, era coadjuvada por atividades físicas voltadas para a escultura de um corpo saudável capacitado para a geração de prole numerosa e saudável. Gerar, criar e educar filhos dentro de valores moralizantes, ajudava a preservar bons

valores a erradicarem vícios de uma sociedade decadente, oferecendo como resposta um protótipo ser recheado de virtudes. Sob tal prisma, a elegância no vestir com harmonia e leveza na indumentária faz com que a composição estética dê destaque à pessoa, exteriorizando a personalidade da usuária. Moral e bons costumes não permitem sensualidade e promoção de hábitos mundanos associados ao desperdício na busca do prazer na ostentação.

No exercício da cidadania na louvação à trilogia Deus, Pátria e Família, a transmissão da importância histórica do país aos jovens, propiciava o renascer da autoestima nacional, relevantes para nova identidade a ser cultuada pelo ideário estadonovista.

3. A Mulher Nova Brasileira

Para Tascieli Feltrin *et al* (2018: 3-4), significativas transformações ocorreram no século XIX em relação à população feminina brasileira, desde a permissão de frequentar as chamadas escolas das primeiras letras até ao consentimento para cursar demais instituições de ensino, inclusive as de nível superior. Ainda que a legislação pareça legitimar a liberdade e o livre arbítrio à escolha da educação, as mulheres sofriam críticas quando insistiam em sair do ambiente doméstico e buscar conhecimento. As mulheres brasileiras começaram a colocar as “mangas de fora” em manifestações públicas de caráter reclamatório, mesmo sendo permanentemente visualizadas sob a ótica de inferioridade e subalternização. Na continuidade da raça humana, o homem fornecia o sêmen da vida e a mulher o corpo como sustentáculo ao novo ser. O cônjuge masculino podia exercer atividades laborais remuneradas, escolher seus representantes políticos e frequentar bancos escolares superiores. À consorte eram negados tais privilégios, inclusive o planejamento de filhos, o domínio sobre bens herdados, sejam títulos ou propriedades. Tampouco possuía o livre direito de exteriorizar a sua vontade.

Yasmin Vianna Bragança (2018: 19) demonstra que a preocupação do Estado brasileiro com a mulher estaria intimamente relacionada à expansão populacional no fito de reduzir as alarmantes taxas de mortalidade infantil, enfermidades locais e endêmicas e a baixa frequência relativa aos comportamentos e posturas focadas na saúde, a comprometerem a alteração em um seguimento racional e ordenado de progresso.

É inegável a importância da esposa ciosa de seus deveres domésticos e da mãe zelosa a gerar e atuar ativamente na educação da prole. O problema residia justamente na hipótese de a mulher reivindicar maior participação

na vida pública o que, porventura, poderia afastar os pensamentos conectados às tarefas e responsabilidades domésticas, comprometendo a sua atuação como esposa e mãe.

Para Feltrin *et al* (2018: 10), em 1931, Vargas proporciona o voto às mulheres solteiras e viúvas independentes financeiramente, mantendo as casadas o direito de exercer a cidadania do sufrágio universal somente com a concordância do cônjuge. Por se tornar uma medida de natureza impopular, o governo se viu forçado a publicar o Decreto Lei nº 21.076, tornando o sufrágio universal no país.

O Decreto 21.417 de 17 de maio de 1932 estabeleceu as regras para o desempenho de atividades de trabalho profissional externos ao ambiente doméstico, sem distinção de sexo, com a prática da isonomia na remuneração quando esta se referir a tarefas de igual complexidade, motivo de frequentes queixas até à atualidade por seu incumprimento. O Decreto 3.200, de abril de 1941 instituiu normas para o casamento, delimitando responsabilidades do Estado para com a família e os deveres que os nubentes deveriam atender para que a união seja concretizada. Também dá à mulher o acesso a um percentual dos bens patrimoniais quando casada com estrangeiro e define o chamado bem de família.

Schwartzman *et al.* (2000: 122) relatam a forma como Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, se empenhou na questão do trato com as mulheres, na proposta de amparar a família através de instruções a balizarem a prática da responsabilidade para com o lar com programas educacionais a proporem um fracionamento de responsabilidades entre os cônjuges. Um dos projetos previa a instrução focada nas meninas entre 12 e 18 anos, centrado no ambiente caseiro familiar e com aulas de português, moral familiar, noções de civilidade, matemática elementar, ginástica e canto, complementado por atividades de cunho doméstico. A proposta teve apenas as tratativas relacionadas à educação doméstica colocadas em prática por instituições religiosas voltadas para o público feminino.

De acordo com Simon Schwartzman (1982: 73), o Decreto nº 3.200 de 1941, tido como tentativa de prototipar um modelo de família brasileira, expõe o quanto a Igreja fundamentada nas encíclicas papais sobre o matrimônio e papel da mulher, não tinha êxito nas suas ações de influência junto ao governo, por adotar uma postura laica, embora as suas mensagens doutrinárias defendessem a tríade Deus, Pátria e Família.

Gustavo Capanema tencionava arquitetar uma política impulsionadora da natalidade no intuito de influir na população; para isso necessitava de

assegurar uma blindagem à composição familiar católica através de programas assistenciais de caráter social a evidenciar o protagonismo feminino no seio doméstico e no projeto de fecundidade. Dentre as sugestões recebidas no fito de esculpir um modelo de mulher ajustável à realidade do Estado Novo, se pode referir a proposta do jesuíta Leonel França, de notável atuação na educação, onde constam advertências sobre a periculosidade das conquistas femininas, promovendo o ministro seis princípios básicos focados no propósito de garantir a inviolabilidade dos santos laços do matrimônio e do verdadeiro papel da mulher na sociedade, nomeadamente a redução progressiva do trabalho feminino fora do lar, renegar o urbanismo, proibir instrumentos e drogas destinadas às práticas anticoncepcionais, proibir livros, folhetos, cartazes, filmes, peças de teatro e de qualquer propaganda anticoncepcional, proibir legalmente o aborto e conservar um clima espiritual e cristão às famílias brasileiras e repudiar o materialismo a alimentar a concepção egoísta da vida estéril (Schwartzman 1982: 73).

Vitória Almeida Machado (2018: 22) alerta que, embora o sistema deixasse claro a sua condição de não acatar a interferência religiosa nas questões de natureza política e estrutural ligadas ao segmento feminino da população, ainda assim ocorriam incidências de ingerências católicas na condução do social como a noção do ambiente caseiro como espaço fundamental ao desempenho do papel de esposa, mãe e gestora do lar.

Natascha Stefania Carvalho Ostos (2012: 318) atesta que no interregno entre 1930 e 1940 ocorreram inúmeras discussões acerca da liberdade social e profissional feminina. À época, havia quem alertasse sobre a hipótese da outorga às mulheres do direito a ocuparem vagas no mercado de trabalho ou obterem o acesso ao ensino superior para oportunizar o surgimento do caos no seio familiar, destruindo a harmonia imprescindível ao ambiente doméstico.

A revista *Careta*, em seu número 1167 de novembro de 1930, na coluna ‘Alhos e Bugalhos’, apresenta uma página inteiramente desrespeitosa ao público feminino, com afirmações depreciativas a comparar mulheres com animais inferiores, tentações do demônio, deficiências mentais, incompetentes em diversas atividades quando equiparadas ao homem. A mesma publicação, em seu número 1173 de dezembro de 1930, na coluna ‘O Outro Sexo’, traça um perfil malicioso e degradante da mulher como ser ordinário com posturas e comportamentos inadequados em quaisquer ambientes, sendo passíveis de medidas corretivas, não importando idade, nível de renda, escolaridade, grau de cultura etc. São excelentes com uma tesoura, lápis,

máquinas de costura, vassoura etc., tendo forte inclinação à vulgaridade e a desejos sexuais a necessitarem de restrições, pois se entregam àqueles que desejarem, mesmo os de estrato social inferior. Quando um homem comete feminicídio, certamente deveria ser absolvido, pois, sem dúvida, teria motivos para o ato.

A sociedade, juntamente com a Igreja, instituía à mulher uma existência pautada em afazeres domésticos, como companheira ideal à garantia da harmonia nas relações e a fecundidade essencial ao aumento populacional. De similar modo, repassa conhecimentos ligados à identidade cultural nacional e/ou regional, primeiras lições e teores atrelados ao protótipo de um cidadão a colocar em preeminente lugar Deus, Família e a Pátria.

Ostos (2012: 320) revela a forma arbitrária como a Igreja tratava os assuntos relativos à posição feminina no composto social e as responsabilidades atreladas à moral como fator regenerador da população brasileira. Para *A Ordem*, revista católica editada a partir de 1921, qualquer tentativa de inibir a fecundação seria considerada contravenção diante dos ditames de Deus à procriação e afastaria as mulheres de atividades desprovidas da seriedade admitida ao lar cristão.

Vitória Almeida Machado (2018: 25) salienta que, embora tenha uma proposta de levar informação ao público feminino, a revista *Jornal das Moças* nada acrescentou de inovador no modo de se observar a mulher no regime do Estado Novo por apresentar instruções sobre higiene pessoal, orientações culinárias, atividades domésticas com especial atenção à decoração do lar, noções de socialização e civismo, indicações focadas no bem relacionar, seja em âmbito social quanto no matrimônio, o periódico apenas servia de agente de continuidade à visão da mulher sob a ótica conservadora do regime.

O Estado Novo necessitava de meios determinados ao firme propósito de originar uma mulher diferenciada, suficientemente forte para resistir aos assédios das informações liberalizantes provenientes do noticiário. A imprensa, com tentáculos informacionais a penetrarem em significativas parcelas da sociedade brasileira, surgia como uma ferramenta de extraordinária valia ao processo de disseminação de mensagens educativas, contribuindo para a coletivização doutrinária, atingindo dois objetivos como a criação de uma barreira psicológica ao modernismo sem limites e a facilitação, via influências midiáticas, de um arquétipo moralizante.

Na proposição de corroborar as iniciativas de fortalecimento de um modelo padronizado à mulher brasileira, a revista *Vida Doméstica*, em sua tiragem de maio de 1927, destaca (página 88) o lançamento de um almana-

que com tópicos onde se destaca o bom gosto, aprimorada educação, etiqueta, cortesia, conhecimento sobre moda, higiene, beleza, precisão, cuidados com a casa, letras e artes, orientações para o trato da intimidade pessoal e regras para a convivência social.

Destaca Eneida Vinhaes Bello Dultra (2018: 118-119) que, nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 o papel da mulher na sociedade brasileira e sua relevância ao composto familiar foi motivo de acaloradas contendas sob a alegativa de se instituir o que era, de fato, ser mulher. Tais debates buscavam razões para justificar a permanência de verdades dogmáticas a particularizarem uma essência feminina biológica não passível de modificação. Tal pressuposto, arguia aos “estruturadores” da ordem social um modelo binário a cultivar a função parideira capacitada para assegurar a continuidade do “sangue” e a postura moralizante indispensável para a preparação dos filhos para uma vida dentro de padrões éticos. Na leitura dos *Anais* da Assembleia Nacional Constituinte (1934: 177) a defesa da condição feminina inferiorizada fica evidenciada no discurso do deputado Aarão Rebelo¹ em que o parlamentar alega variáveis fisiológicas e psicológicas, alvos de estudos de especialistas, a denunciarem motivos naturais a justificarem uma posição de menor quilate às mulheres, a sua vocação para coadjuvar o cônjuge nas questões domésticas e total inabilidade ou incapacidade de vir a exercer atividades. Considera Maria Martha de Luna Freire (2008: 154) que a opinião formulada a respeito da plenitude feminina se encontrar associada à maternidade como um axioma existente desde *priscas eras* exacerbado no pós Primeira Guerra Mundial sob a alegativa de se revitalizar populações, questões de saúde pública e até mesmo deificação do sentimento patriótico.

Decerto, se fazia obrigatório um enquadramento do país a uma conjuntura mundial. Por outro lado, os movimentos liberais deixavam à mostra as fragilidades sociais, especialmente no campo dos direitos e deveres. Assim, o conceito de uma sociedade original, sob a tutela do Estado Novo, exigia um novo homem e nova mulher, sob cujos ombros recaíam responsabilidades cívicas e morais fundamentais aos objetivos do regime. A nova mulher deveria ser estereotipada em função daquilo que o Estado havia definido como o modelo de sociedade alicerçado na trilogia Deus, Pátria e Família.

Na manutenção de estreitas relações com o clero, valorizando a presença deste nas instituições de ensino, no cotidiano das pessoas e no ambiente exclusivo do lar, haveria grandes possibilidades de se instituir mecanismos a

¹ Advogado, Jornalista e Professor. Foi Deputado Federal Constituinte com a data da posse em 19/01/1934.

proliferarem mensagens de apoio à doutrina pela rede tentacular da Igreja. Tal proposta se torna sinônimo de ação fundamental às assimilações e práticas das boas relações em uma sociedade eminentemente cristã, cuja população feminina, em especial, mantém fortes vínculos sentimentais com uma religiosidade a pregar a humildade, caridade, e fraternidade como formas de se representar a devoção a Deus.

3.1. Atributos da Nova Mulher Brasileira

A Igreja mantinha a hegemonia religiosa junto ao público feminino, destinando a este papéis específicos ligados à tradicional família católica a ter Maria como exemplo de mãe, esposa dedicada ao marido e filhos, passiva gestão do lar a atuar como agente de repasse das tradições cristãs com seu caráter ético e moralizador. Na família, a mulher fecunda, consciente de suas responsabilidades domésticas de apoio ao marido, geração e educação da prole, mesmo não se sentindo dona do próprio corpo, era convicta de que o sacrifício era válido para a construção de uma nova sociedade.

Para o Estado, representava o elo a unir interesses políticos, socioeconômicos e demográficos, pois, na geração de uma prole saudável, garantia o crescimento populacional que garantia a soberania nacional e o fornecimento de mão-de-obra.

O comportamento regido por rigorosas regras de etiqueta, servia de exemplo de educação e prova da segurança nas corretas convicções diante dos mais jovens. Autêntica defensora da moral e bons costumes, protagonista na continuidade das tradições, suas virtudes serviam de escudo às influências negativistas das manifestações liberalizantes do feminismo capazes de interferir na construção de uma nova sociedade a combater vícios degradantes.

A educação buscava âncora na instrução de atividades referentes ao cotidiano doméstico (costura, culinária, artes manuais, decoração, ética, etiqueta, boas maneiras, cuidado com filhos, noções de higiene etc.) e de conteúdos doutrinários. Devia mostrar elegância no trajar e no andar e discrição na escolha de peças de vestuário que deviam reforçar uma postura de integridade e maturidade a exteriorizar uma imagem de seriedade e boas virtudes. A estética era aceitável, mas devia evitar gastos desnecessários na perspectiva de acompanhar a moda. Bom gosto não podia ser confundido com vestimentas a colocarem em destaque a indumentária e não a usuária.

A tríade Deus, Família e Pátria traz obrigatoriedade à preservação da identidade cultural diante da ingerência de movimentos liberalizantes. O

repassa das primeiras lições escolares e a transmissão de valias consuetudinárias dignificavam a mulher na original realidade social a ser materializada no Estado Novo.

Considerações finais

De acordo com o exposto, se pode notar claramente as influências de um *modus operandi* sociopolítico e econômico a utilizar forças provenientes da religião, definição de família, ingerência estatal, normas de comportamento, papel social, educação formal, vestuário, cultura e civismo à ação doutrinadora e delimitação do papel da mulher na sociedade tida como original

Em ambos os sistemas políticos, a mulher é observada sob a ótica de um ser humano sobre o qual recaiu a benção divina através da possibilidade da maternidade. Em Portugal, semelhante predicado trazia a responsabilidade em gerar filhos a fim de suprir o Estado de mão-de-obra, revitalizar populações e perpetuar etnias. No Brasil, respondia sobre capacidade de expansão demográfica habilitada à garantia da presença humana nos mais distantes rincões em um país continental, reduzir as taxas de mortalidade infantil, enfermidades locais e endêmicas e a baixa frequência de comportamentos e posturas focadas na saúde. Diferente da realidade portuguesa, não havia a preocupação com a defesa da raça por inexistir um brasileiro etnicamente concebido.

Uma das similaridades entre as tratativas femininas desenvolvidas pelo Salazarismo e Vargasismo reside na defesa do talhar de uma compleição física apta a resguardar a saúde, atributo inegável ao afiançar da competência em influir positivamente na redução da solução de continuidade em programas de ampliação demográfica, alavancar aceitação de ideais associativistas pela prática de *men sana, corpore sano*.

Outra sintonia residia no papel dedicado à disseminação associada à capacidade da mulher de repassar à sua prole culturas, tradições e conteúdos doutrinários essenciais à formatação de futuras gerações devidamente enquadradas nos ditames estadonovistas. Em Portugal, lhes era cobrada senso moral capaz de preservar e disseminar elevados valores, até mesmo no modo de vestir e, não menos relevante, através da energia visível no exemplo e atitudes, afastando quaisquer manifestações incoerentes com a doutrina de Salazar. No Brasil, como guardiã da moral e bons costumes, a mulher protagonizava a continuidade das tradições, servindo de muralha às influências

negativistas das manifestações liberalizantes do feminismo, deixando evidente que virtudes atuavam como baluartes à edificação de uma nova sociedade sem vícios degradantes, a pluralizar cuidados com a saúde física e mental e enaltecer o sentimento patriótico.

Referências bibliográficas

Adão, Áurea; Remédios, Maria José (2005): *A narrativa educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935 – 1945)*. Revista Lusófona de Educação, 2005, 5,85-109. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1013/>. Consultado em 01/11/2024.

Amaral, Walter Valdevino do (2019): “*O que nós queremos que nossas raparigas sejam*”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947)”. *Caderno Espaço Feminino*. v.32. n.1. Uberlândia. Disponível em: www.seer.ufu.br. Consultado em 01/05/2024.

Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1934): Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1934/1934%20Livro%2013.pdf. Consultado em 23/06/2024.

Barros, Hilda R. N. d’Almeida Côrrea de (1941): *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 25. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 26. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 27. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 28. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 29. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 30. Lisboa.

----- *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*. N. 31. Lisboa.

Bragança, Yasmin Vianna (2018): *A Senhora do Lar Proletário*. Discursos e Políticas em Relação às Mulheres no Estado Novo (1937-1945). Revista Cantareira – Edição 29 / Jul-Dez. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30779/17885>. Consultado em 15/08/2024.

Brashler, Karin Lynn (2015): *Mothers for Germany: a look at the ideal woman in Nazi propaganda*. Graduate Theses and Dissertations. Iowa State University. Disponível em: <https://lib.dr.iastate.edu/etd/14354/>. Consultado em 20/11/2024.

Canotilho, Mariana (2008): *A Constituição Portuguesa de 1933*. in António Simões do Paço (ed.), *Os Anos de Salazar*, vol. 2 – *A Constituição do Estado Novo, Planeta de Agostini*, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/37468692/A_Constituicao_Portuguesa_de_1933.%20Consultado%20em%2001/05/2021. Consultado em 11/12/2024.

Chokova, Mariya Ivanova (2013): *The Female Condition During Mussolini’s and Salazar’s Regimes*. (Dissertação de Mestrado). How Official Political Discourses Defined Gender Politics and How the Writers Alba de Céspedes and Maria Archer Intersected, Mirrored and Contested Women’s Role in Italian and Portuguese Society. Submitted

in Partial Fulfillment Of the Prerequisite for Honors In Italian Studies. Disponível em: <https://repository.wellesley.edu/object/ir409>. Consultado em 20/12/2024.

Cova, Anne; Pinto, Antônio Costa (1997): *O Salazarismo e as Mulheres: Uma abordagem Comparativa*. Penélope Revista de História e Ciências Sociais. n17. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28223756_O_Salazarismo_e_as_mulheres_uma_abordagem_comparativa. Consultado em 27/11/2024.

Decreto n.º 25.936 de 12 de outubro de 1935. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/data/1935/10/12/>. Consultado em 17/11/2024.

Decreto n.º 26 893 de 15 de agosto de 1936. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/2452390/decreto-26893-de-15-de-agosto>. Consultado em 02/10/2024.

Decreto 28.262 de 12 de agosto de 1937. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/28262-435438>. Consultado em 03/10/2024.

Decreto 21.417 de 17 de maio de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-norma-pe.html>. Consultado em 05/11/2024.

Decreto 3.200, de 19 de abril de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 26/08/2024.

Dultra, Eneida Vinhas Bello (2018): *Direitos das mulheres na constituinte de 1933 – 1934: disputas, ambiguidades e omissões*. (Tese de Doutouramento). Universidade de Brasília, Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Direito. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/34535/1/2018_EneidaVinhaesBelloDultra.pdf. Consultado em 19/11/2024.

Durham, Martin (1998): *Women and Fascism*. London: Taylor & Francis e-Library.

Feltrin, Tascieli; Batista, Natália Lampert; Correa, Guilherme Carlos e Becker, Elsbeth Léia Spode (2018): *O século XX para o Feminismo no Brasil*. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 04, ed. especial, artigo nº 734. Jaguarão/ Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.clac.org/index.php/relacult/article/view/734>. Consultado em 04/05/2024.

Freire, Maria Martha de Luna (2008): *Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920*. Revista História, ciência, Saúde -Manguinhos. Vol 15, suplemento P. 153-171/ junho. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Consultado em 02/10/2024.

Fugazza, Mariachiara e Cassamagnaghi, Silvia (2006): *Itália 1946: le donne al voto*. Instituto Lombardo di Historia Contemporanea. Milano. Itália. Disponível em: <https://spireggio.it/wp-content/uploads/Voto-donne-versione-def.pdf>. Consultado em 02/10/2024.

Hobsbawm, Eric J. (1988): *A Era dos Impérios*. tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Machado, Vitória Almeida (2018): *Para Além de Bordadeiras: A Representação Feminina nos Periódicos Jornal das Moças e Modas e Bordados Durante os Estados Novos (1937-1945)*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8301>. Consultado em 22/09/2024.

Martinete, Filippo Tommaso (1909): *Manifesto Futurista Marinetti (Fondazione e Manifesto del Futurismo)* – Le Figaro. Disponível em: <https://www.corsi.univr.it/documenti/OccorrenzaIns/matdid/matdid361494.pdf>. Consultado em 13/11/2024.

Ostos, Natascha Stefania Carvalho de (2012): *A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)*. Cadernos Pagu. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Consultado em 23/05/2024.

Pereira, Sónia Marina Martins (2014): *Da edição de guias para a mulher e ensaios sobre a condição feminina durante o Estado Novo (1933-1950)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/32243549.pdf>. Consultado em 30/04/2024.

Pica, Agnese (curatore) Angeletti, Laura; Carpentieri, Lavinia; Libero, Silvia De; Fortino, Alessia; Marzioli, Paolo; Mazzè, M. Giuditta; Palumbo, Chiara; Raffio, Lorenzo; Spinelli, Veronica; Tintari, Carla; Daba, Selamawit Wakuma (2010): *Progetto Donne Coraggiose 1946-1948: Il Coraggio di Essere Libere in Italia: Le Donne Della Costituente*. Quaderni di Storia. Liceo Classico Pilo Albertelli di Roma. Disponível em: <https://piloalbertelli.it/wp-content/uploads/2019/03/Donne-coraggiose.pdf>. Consultado em 28/07/2024.

Rebelo, Arão. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130721/biografia>. Consultado em 18/12/2024.

Revista Careta. Alhos e Bugalhos. N.º 1167. 1930. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1930/careta_1930_1167.pdf. Consultado em 25/06/2024.

----- O Outro Sexo. N.º 1173. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1930/careta_1930_1173.pdf. Consultado em 25/06/2024.

Schwartzman, Simon (1982): *Estado Novo, um Auto-retrato*. Brasília, CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília. 620p. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousquet; Costa, Vanda Maria Ribeiro (2000): *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra e Fundação Getúlio Vargas.

Saint-Point, Valentine de. (1912): *Manifesto da Mulher futurista* (Manifesto Della Donna Futurista). Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/world-digital-library/?q=manifesto+della+donna+futurista>. Consultado em 15/06/2024.

Saraceno, Chiara (1997): *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Sassano, Roberta (2015): *Camicette Nere: le donne nel Ventennio fascista. El Futuro del Pasado*, 6, 253-280. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/fdp.2015.006.001.011>. Consultado em 22/04/2024.

Taricone, Fiorenza (2010): *Lavoratrici in Emilia Romagna (1860-1960)*. Coord Rossella Ropa e Cinzia Venturoli. In 10 p. Istituto per i beni artistici culturali e naturali della Regione Emilia-Romagna Soprintendenza per i beni librari e documentari. Bologna: Editrice Compositori.

Vaquinhas, Irene (2009): “Estudos Sobre A História das Mulheres em Portugal: As Grandes Linhas de Força no Início do Século XXI”. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, jan./jul, pp. 241-253. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v-6n1p241>. Consultado em 05/08/2024.

“O QUE NÓS QUEREMOS QUE AS NOSSAS RAPARIGAS SEJAM”, DE HILDA CORREIA, OU O ARQUÉTIPO DA MULHER IDEAL NO ESTADO NOVO

Cláudia Guiomar Marinho (UTAD)

Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD / CICANT / CEL)

ABSTRACT

At the end of the Second World War, Portugal still maintained its identity as a transcontinental empire. The organizations created in the meantime by the Estado Novo played a significant role in constructing a colonial narrative that helped legitimize this perspective. Mocidade Portuguesa Feminina was one of them. With a nationalist inspiration, it was created in 1937 with the aim of shaping the behaviour of children and young girls, especially those related to the positively evaluated qualities of housewife, wife and mother. Based on one of the periodicals designed to serve as a tool for propaganda and information control - the *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina - this article seeks, on the one hand, to publicize some of the publication's characteristics and, on the other, to establish the model of woman promoted by the regime through the magazine in question, based on a set of articles written by contributor Hilda Correia, entitled 'What we want our girls to be'; This choice is justified with the aim of obtaining a more robust analysis, and also because it embodies the archetype of the Estado Novo woman with the social role that the members were expected to fulfil. Given the relevance of the topic and the innovative approach, using the qualitative method and content analysis, the aim of this text is to analyze how women are represented in different contexts, in the period from May 1939 to April 1947. To this end, a historical and cultural background to the publication is first analyzed in order to understand the specific details of the selected passages. This is followed by an analysis of the compilation of articles describing the characteristics of excellence desirable for a girl in Mocidade Portuguesa Feminina, using the illustrations used to promote and support a certain set of stereotypes associated with the female sex. Finally, a reflection on the implications of this model for the history and culture of Portugal is presented.

Keywords: Portugal; Estado Novo; Mocidade Portuguesa Feminina; woman.

RESUMO

No desfecho da II Guerra Mundial, Portugal sustentava ainda a sua identidade como um império transcontinental. As organizações, entretanto criadas pelo Estado Novo, desempenharam um papel significativo na construção de uma narrativa colonial que ajudou a legitimar essa perspectiva. A Mocidade Portuguesa Feminina foi uma delas. De inspiração nacionalista, foi criada em 1937, com o objetivo de moldar os comportamentos de crianças e jovens raparigas, especialmente aqueles relacionados com as qualidades de dona de casa, esposa e mãe, avaliadas positivamente. Tendo por base um dos periódicos concebidos para servir de ferramenta à propaganda e controle da informação – o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina – este artigo procura, por um lado, dar a conhecer algumas características da publicação, e, por outro, estabelecer o modelo de mulher promovido pelo regime através da revista em causa a partir de um conjunto de artigos escritos pela colaboradora Hilda Corrêa, com o título “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”; tal escolha justificava-se com o objetivo de obter uma análise mais robusta, e ainda, porque consubstancia o arquétipo de mulher do Estado Novo com o papel social que as filiadas deveriam cumprir. Pela relevância do tema e pela abordagem inovadora, através do método qualitativo e da análise de conteúdo, o objetivo deste texto é analisar como a mulher é representada em diferentes contextos, no espaço de tempo que vai desde maio de 1939 a abril de 1947. Com este intuito efetua-se, em primeiro lugar, um enquadramento histórico e cultural dessa publicação a fim de compreender os detalhes específicos das passagens selecionadas. De seguida, procede-se a uma análise da compilação de artigos que descrevem as características de excelência desejáveis para a rapariga da Mocidade Portuguesa Feminina, com recurso às ilustrações utilizadas para promover e sustentar um determinado conjunto de estereótipos associados ao sexo feminino. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre as implicações desse modelo para a história e a cultura de Portugal.

Palavras-chave: Portugal; Estado Novo; Mocidade Portuguesa Feminina; mulher.

Recebido em 11 de novembro de 2024.

Aceite em 14 de janeiro de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.563

Introdução

A cultura portuguesa contemporânea compreende um conjunto muito alargado de valores e expressões culturais. É uma representação multifacetada da identidade da sociedade portuguesa, para a qual contribuem as suas formas de arte, as obras literárias, as produções cinematográficas, as tendências da moda, os estilos arquitetónicos, os padrões de interação social, os avanços tecnológicos ou a gastronomia. Influenciada por fatores como a história do país, a geografia, as suas relações internacionais e a sua diversidade étnica e cultural, a cultura está em constante evolução e reflete as mudanças operadas na sociedade e no mundo de uma forma global.

Estudá-la – a cultura portuguesa contemporânea – é importante por várias razões. Por um lado, possibilita uma melhor compreensão da identidade nacional, inclusive, as tradições, os valores, as crenças e os modos de vida; por outro, permite entender como os eventos históricos e sociais influenciaram e moldaram o presente e avaliar a cultura contemporânea à luz do impacto que essas mudanças produziram.

O ser humano, enquanto ser social, necessita de transmitir e conservar a sua memória e, neste patamar, a comunicação escrita assume particular importância. Escolheu-se, para esta investigação, um título da imprensa periódica que desempenhou um papel destacado na história da cultura portuguesa contemporânea do país por três motivos. Primeiro, porque exerceu influência notória junto da opinião pública; segundo, porque refletia os valores e interesses da sociedade portuguesa num determinado período da sua história; terceiro, porque foi usada como ferramenta de propaganda pelo Estado Novo.

A fonte de informação histórico-cultural escolhida foi uma revista feminina, que circulou no país entre 1939 e 1947, o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina; o trabalho propõe uma abordagem de uma secção dessa publicação, intitulada “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, assinada pela colaboradora Hilda Corrêa de Barros, entre o período que vai desde maio de 1941 a novembro desse mesmo ano. Na realidade, todos os 92 números do *Boletim Mensal* são um retrato da organização que o publicou e do ideal da mulher proposto pelos mentores ideológicos do Estado Novo, mas os artigos escritos por Hilda Corrêa de Barros, cuja análise se apresenta, aludem a um conjunto de regras sociais (sob o nome de virtudes) que deviam servir de guia para o comportamento

das jovens raparigas dentro do contexto cultural e social em que viviam. No âmbito deste estudo, pretende-se contribuir, através de uma hermenêutica textual de cariz qualitativo, para a história da imprensa periódica e, particularmente, para a história das mulheres durante o Estado Novo.

1. A história prévia da Mocidade Portuguesa Feminina

No início anos trinta, Gustavo Cordeiro Ramos, então ministro da Instrução Pública (1928-33), propôs a António de Oliveira Salazar a criação de uma Liga Nacional da Mocidade Portuguesa, marcando, assim, a primeira tentativa de organizar e mobilizar a juventude em prol do Estado Novo. De acordo com Susana Roque,

o seu principal objetivo era fortalecer o amor pela pátria, as tradições, os princípios da família, da autoridade, da hierarquia, da ordem e da propriedade entre os jovens dos oito aos vinte e um anos, recrutados numa base voluntária nas escolas e associações juvenis (2012: 7).

A participação das jovens nessa organização era, como destaca Irene Pimentel, limitada a papéis secundários, como assistentes e colaboradoras (1996: 307); de qualquer forma, a ideia nunca foi colocada em prática.

A pasta do Ministério da Instrução Pública foi assumida, em janeiro de 1936, por António Faria Carneiro Pacheco, que retomou o projeto da criação da Mocidade Portuguesa e promulgou, a 19 de maio do mesmo ano, o regimento da Junta Nacional da Educação (JNE). Na sequência, o Governo da República presidido por António de Oliveira Salazar aprovava os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), pelo Decreto n.º 26 893, de 15 de agosto de 1936. De entre os fins da OMEN, destacam-se os seguintes:

- orientação das mães portuguesas na criação dos filhos, promovendo ativamente as noções básicas de higiene e cuidados infantis, em parceria com a chamada organização nacional Defesa da Família (1.º do Art. 2.º);
- fomentar a melhoria estética da vida no campo e o aumento do conforto do lar como um ambiente propício à educação (3.º do Art. 2.º);
- promover os bons costumes, especialmente em relação à vestimenta, à leitura e aos entretenimentos (4.º do Art. 2.º), e ainda,
- organizar a Mocidade Portuguesa Feminina (10.º do Art. 2.º).

No seguimento deste último, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) via aprovado o seu regulamento pelo Decreto-Lei n.º 28 262, de 8 de dezembro de 1937. Pode ler-se no mesmo que esta secção, a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional, “tem por fim estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” (1937: 1379). De acordo com o seu artigo 9.º, estavam afetas à Mocidade Portuguesa Feminina, obrigatoriamente, todas as portuguesas dos 7 aos 14 anos de idade e as estudantes que frequentassem o 1º ciclo dos liceus e, de forma voluntária, as restantes, “até ao ingresso no corpo de serviço social ou até ao casamento”. Esta organização juvenil feminina do Estado Novo, inicialmente dependente da Obra das Mães¹, seria extinta em 1974, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril (Pimentel 1996: 183); contudo, dedicou-se durante mais de três décadas a “formar a rapariga da nossa terra, para que individualmente ela, um dia, possa realizar o próprio ideal da OMEN: ser boa esposa, boa mãe, capaz de criar e educar os seus filhos e manter elevado o nível da família portuguesa” (Pimentel 1996: 309).

Grande parte dessa formação foi feita através do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina, cuja publicação teve início no dia 13 de maio de 1939 e se manteve até abril de 1947; enquanto propriedade da Obra das Mães pela Educação Nacional, a revista fazia a apologia, ao mesmo tempo, do paradigma da mulher, pilar da família, “futura esposa respeitadora da hierarquia marital, mãe prolífica, sacrificada e educadora, boa cristã e boa portuguesa” (Pimentel 1996: 509). É essa apologia, vertida em artigos de formação nacionalista, que se abordará nas etapas seguintes.

2. O *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina

Em conformidade com os termos do artigo 22.º, segundo o qual “as publicações de toda a espécie” são um dos meios de ação da OMEN (Dec.-Lei n.º 26 893/1936: 983), esta organização criou, para a sua secção feminina, no ano de 1939, uma publicação para servir de veículo oficial de comunicação: o *Boletim* da Mocidade Portuguesa Feminina. Sobre este órgão, a Comissária Nacional, Maria Guardiola, haveria de escrever nas primeiras páginas do primeiro número:

¹ A Obra das Mães pela Educação Nacional foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 698/75, de 15 de dezembro.

[o *Boletim Mensal* da] Mocidade Portuguesa Feminina pretende ser uma revista cultural e educativa, formadora da mentalidade e da consciência da rapariga portuguesa; a par do registo de vida da M.P.F. debater-se-ão nela todos os problemas que possam interessar um espírito de mulher, marcando o sentido cristão dos mesmos, definindo a orientando a sua ação no lar, na família e na sociedade (n.º1 1939: s.p.).

A então presidente da instituição, a condessa de Rilvas, por sua vez, vai mais longe nas palavras, ao apelar às jovens que sejam “disciplinadas, fortes, viris sem ser masculinas, com espírito profundamente cristão e nacional” (n.º1, 1939: s.p.).

Desde o primeiro momento que o regime e a Igreja Católica mantiveram uma aliança que servia os interesses de ambas as partes. Significativamente, este primeiro número do *Boletim* foi publicado no dia 13 de maio de 1939, uma data que assinala um dos eventos mais importantes na história religiosa do país, a aparição de Nossa Senhora aos Pastorinhos, em Fátima, no ano de 1917. Lê-se, inclusive, nas primeiras páginas do número inaugural que “as Filiadas da Mocidade não seriam boas portuguesas se não amassem a Padroeira de Portugal”, o que numa interpretação pouco atenta leva a supor que Nossa Senhora de Fátima é a padroeira de Portugal, facto que não corresponde à realidade.

Dentro da instituição, o *Boletim* era, nas palavras de Helena Roldão, “um periódico ilustrado que pretendia formar na ideologia nacionalista e cristã a ‘mentalidade das raparigas portuguesas’” (2014: s.p.). Esta publicação, regular, de condição propagandística e carácter formativo também servia para dar a conhecer os eventos de índole sociocultural. Até abril de 1947 foi difundida mensalmente de forma regular, o que perfaz um total de 96 números editados¹.

Ao longo dos seus oito anos de existência, o *Boletim Mensal* publicou muitos artigos de opinião sobre questões de comportamento e assuntos sociais, divulgou dossiês de atividades da Mocidade Portuguesa Feminina, receitas culinárias, ensinou muitas jovens a prepararem o enxoval de bebé, deu dicas de beleza e de moda, tudo em prol da “construção de um tipo de mulher, dando a ela características desejáveis, docilizando seus corpos e dogmatizando suas mentes” (Amaral 2019: 146). No que ao *design* visual e gráfico do *Boletim Mensal* diz respeito, era uma publicação repleta de

¹ No ano de 1939 foram publicados 8 números, de 1940 a 1942 saíram 36 números, a partir de 1943 os meses de julho e agosto formavam 1 só número. Em 1947 só deram à estampa 4 números do *Boletim* da MPF.

ilustrações, com fotografias em tom sépia ou coloridas, em variações de castanho e verde, as cores da Mocidade Portuguesa¹.

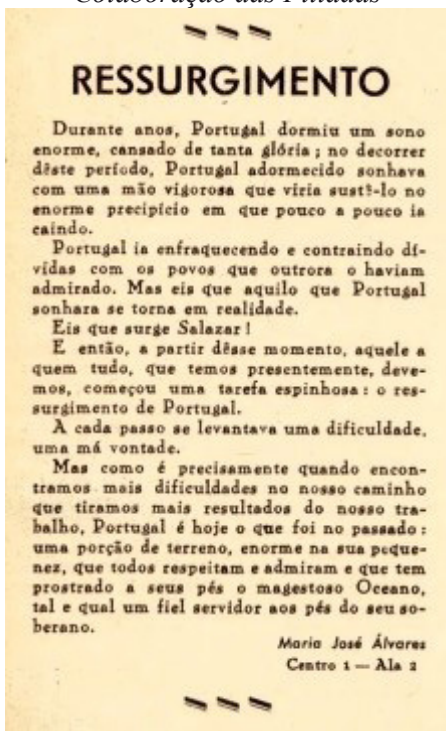
3. O Arquétipo da Mulher Ideal

Porque o *Boletim* tinha como objetivo promover um determinado ideal feminino, nele são abordados muitos temas que têm em vista a formação completa das jovens portuguesas, abrangendo diversas áreas. A leitura das páginas da revista permitiu identificar uma preocupação especial em tocar áreas de formação moral, religiosa, doméstica, social, nacionalista e ideológica. Os tópicos relacionados com a moral e religião eram frequentemente abordados pelo padre Gustavo de Almeida, um dos responsáveis pela criação deste jornal (para usar o termo empregue pelo mesmo), o qual escreverá no n.º 5 que o *Boletim* se propunha trabalhar, na mesma linha da sua congénere *Stella*, uma revista católica de índole feminina que se publicava em Fátima, “a bem da nossa terra, difundindo boas ideias que educam e elevam” (n.º5, 1939: s.p.). Numa busca pela perfeição, ele propõe para modelos de esposas e de mães, em cujas virtudes as jovens se devem espelhar, as rainhas D. Leonor (fundadora da Santa Casa da Misericórdia e padroeira da Mocidade Portuguesa Feminina) e D. Filipa de Lencastre. A mensagem do redator é clara ao convidar as jovens raparigas a “andar por onde elas andaram: - os caminhos da Virtude e da Pátria” (*Boletim Mensal* n.º1, 1939: s.p.). Neste exemplo, como em muitos outros, os textos deste articulista revelam uma natureza ideológica evidente.

De quando a quando, pode ler-se nas páginas do *Boletim* mensagens explícitas em apoio ao regime. Em alguns textos, a referência aos governantes é mesmo direta. Entre os valores aí avançados, e que fazem parte da doutrinação ideológica, o nacionalismo é, porventura, aquele que mais se destaca. É recorrente em várias edições a formação nacionalista das jovens por meio de diferentes tipos de artigos, das próprias capas do *Boletim*, através dos editoriais ou das reportagens de atividades da Mocidade Portuguesa Feminina, das notícias que faziam propaganda às personalidades do regime, dos relatos de carácter mais cultural ou, até mesmo, de pequenos textos escritos pelas filiadas, publicados na última página na rubrica *Colaboração das Filiadas*, conforme exemplos apresentados nas figuras 1 e 2.

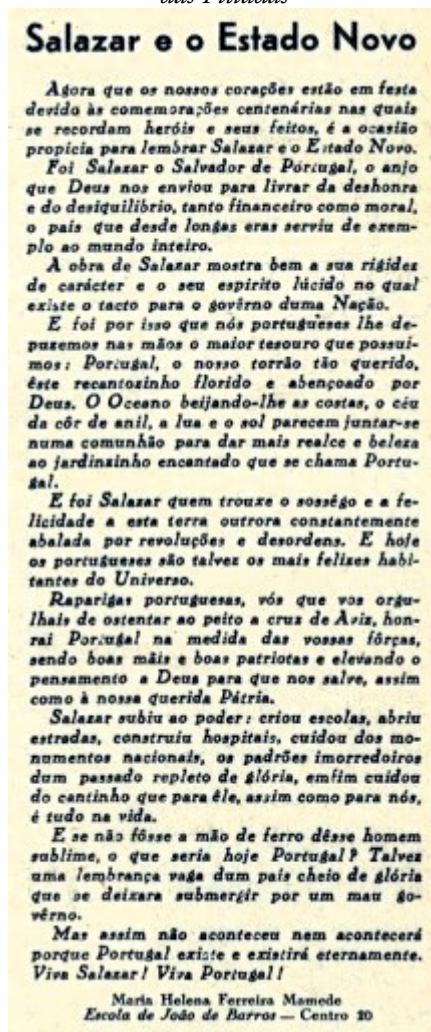
¹ Exceção feita à capa do Natal de 1946, em que sobressai a cor encarnada. A capa começa a ser impressa a cores a partir do final da década de 1960, altura em que a publicação já se apresenta ao público com o título *Menina e Moça*.

Figura 1: Rubrica
Colaboração das Filiadas



Fonte: *Boletim Mensal* da MPF n.º 14,
1940

Figura 2: Rubrica *Colaboração*
das Filiadas



Fonte: *Boletim Mensal* da MPF n.º16,
1940

É no seguimento deste pensamento e com o intuito de ajudar ao cumprimento deste ideário que se insere a colaboração de Hilda Corrêa de Barros com o título de “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”.

4. A rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”

No ano de 1941, o *Boletim Mensal* propôs um modelo ideal de rapariga assente em sete virtudes. Com a designação “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, esta temática foi desenvolvida por Hilda Rumsey d’Almeida Corrêa de Barros, na altura Delegada Provincial do Douro Litoral da Mocidade Portuguesa Feminina (Pimentel 2001: 345). Ao longo de sete edições, a também responsável da Mocidade Portuguesa Feminina no Porto (Pimentel 2001: 215) dá a conhecer às leitoras as virtudes essenciais que uma jovem filiada desta organização juvenil nacional deve corporizar. De maio a novembro, são sete as virtudes elencadas por Hilda Corrêa de Barros e que a seguir se analisam.

Primeira Virtude: Verdadeiras

Figura 3: Rubrica

«O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Verdadeiras»



Fonte: Edição n.º 25 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No primeiro artigo, a autora propõe que as jovens raparigas sejam verdadeiras, “com todos, em tudo”; justifica esta necessidade sobre o pretexto

de, como escreve no segundo parágrafo, todo o esforço por detrás da criação da *Obra das Mães pela Educação Nacional* e daqueles que assumiram liderar este movimento sair frustrado se as jovens “não forem verdadeiras até à medula” (*Boletim Mensal* n.º25 1941: s.p.). Pedir a alguém que seja verdadeiro até à medula é uma forma enfática de requerer que o outro possua uma integridade inabalável. Por analogia ao papel vital desempenhado pela medula óssea para a manutenção da saúde e funcionamento do organismo humano, pede-se neste primeiro trecho que as jovens sejam genuínas e autênticas. A autora enfatiza que a educação das meninas deve ir para além das aparências e alcançar a verdade interior e o caráter moral.

Para corroborar a mensagem, o texto encontra-se ladeado de fotografias que se ligam entre si e com a palavra escrita; do lado esquerdo do leitor, de cima para baixo, a primeira imagem exhibe um grupo de raparigas a prestar continência à bandeira de Portugal, com um gesto de saudação que envolve o braço estendido para a frente e a palma da mão voltada para baixo¹, uma imagem carregada de forte simbolismo. Por meio das palavras, a articulista evoca um passado histórico ao qual pretende vincular os ideais do Estado Novo, através da seguinte pergunta retórica:

O que vale isso [a continência à bandeira] se no peito de cada rapariga não houver, *de verdade*, a consciência de que é herdeira de uma tradição de oito séculos, que a bandeira simboliza, e a resolução de bem cumprir os deveres que essa herança lhe impõe, no campo reservado à ação feminina? (*Boletim Mensal* n.º25 1941: s.p.).

Neste contexto de propaganda visual, a bandeira é utilizada para incutir nas leitoras não só um sentido de orgulho nacional e de unidade, mas também transmitir a ideia de que Salazar era o guardião do passado glorioso de Portugal. Segue-se uma fotografia que apresenta uma filiada, que a legenda denomina por “irmã mais velha”, ensinando a “verdade” (de acordo com a legenda) às mais novas que a rodeiam. Nesse sentido, o texto sugere que as líderes sejam exemplos para guiar corretamente as mais jovens. A última imagem deste lado esquerdo reproduz uma fotografia do casamento de uma graduada, acompanhada do marido e de um bispo (provavelmente, o celebrante). Do lado direito da página, uma fotografia de uma filiada sorridente a abraçar duas mais novas, uma de cada lado, com

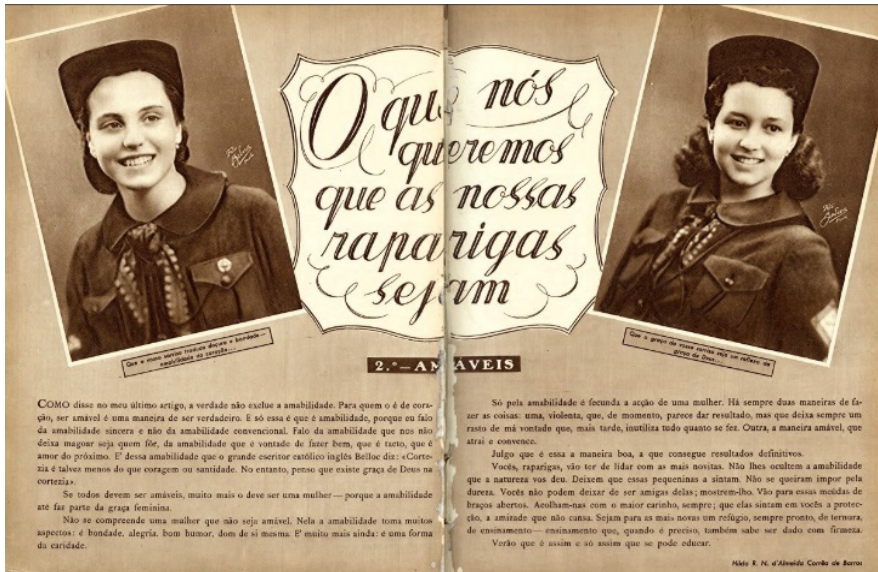
¹ Pela posição do braço, da mão, da postura ereta e o olhar das jovens na direção da bandeira, a fotografia representa a Saudação Romana, associada a ideais e regimes autoritários.

a legenda “Amor que acompanha e guia, ajudando a seguir pelo caminho direito”.

Segunda Virtude: Amáveis

Figura 4: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Amáveis”



Fonte: Edição n.º 26 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No segundo artigo, saído em junho, a autora demonstra como se pode e deve ser uma pessoa verdadeira de forma gentil. Para dar maior destaque a esta qualidade cita uma frase de um escritor do início do século XX, Hilaire Belloc¹, conhecido por ser um católico devoto e defensor dos valores tradicionais, que escreveu o seguinte pensamento: “Cortesia é talvez menos do que coragem ou santidade. No entanto, penso que existe graça de Deus na cortesia” (*Boletim Mensal* n.º26 1941: s.p.); por outras palavras, ainda que não seja a virtude mais nobre, por ser apreciada por Deus deve ser cultivada pela mulher.

Depois da citação, este traço de caráter da mulher é reforçado por

¹ Escritor, político e historiador franco-britânico (1870-1953), conhecido pelos seus dotes de oratória e pela sua vertente de ativista, nomeadamente pela defesa estrénuo do catolicismo.

Hilda Barros nos seguintes termos: “Se todos devem ser amáveis, muito mais o **deve** [sublinhado nosso] ser uma mulher – porque a amabilidade até faz parte da graça feminina, (...) não se compreende uma mulher que não seja amável” (*Boletim Mensal* n.º26, 1941: s.p.). E porque será tão importante para a organização do estado esta virtude? Talvez porque uma mulher jovem, sorridente e amável atrai e convence mais depressa os outros, ajudando a conseguir os resultados definitivos tão desejados pelo regime.

O parágrafo seguinte confirma um desses objetivos, a perpetuação dos ideais passados das mais velhas para as mais novas. Nele pode ler-se:

Vocês, raparigas, vão ter de lidar com as mais novitas [lusitas]. [...] Acolham-nas com o maior carinho [...] Sejam para as mais novas um refúgio, sempre pronto, de ternura, de ensinamento – ensinamento que, quando é preciso, também sabe ser dado com firmeza. Verão que é assim e só assim que se pode educar (*Boletim Mensal* n.º26 1941: s.p.).

Terceira Virtude: Sãs

Figura 5: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Sãs”

MOCIDADE Portuguesa Feminina — quando servimo esta
sua carga imbecillissima, deusa da vida, a figura
altona e deslida de uma rapariga de cabeca bem levantada,
de andar elegante de passo firme e leve; corpo cheio de
vida, olhar cheio de sol. E magrinhos-la generosa, alegre,
franca e boa. Natural no seu modo de tratar com os outros,
presente e dedicada um perfeito equilibrio da fisico e
do moral.

É viciosa, viciosa, viciosa rapariga, a futura Mãe de filhos
bons — braços fortes que se não cansam facilmente. Venha
a colhedora de almas grandes e nobres, de caracteres firmes
e seguros que não se desfazem a vida com confusões. E
como tudo isso exige um grande esforço que a mulher deve
saber agarrar e suportar: eis precisa de saúde que é feita dentro
de nós, uma ajuda preciosa para o cumprimento da sua missão.

Para as próprias qualidades morais, a saúde fisico tem
muita importância porque se há almas excepcionais expostas
de vencer os obstáculos causados por um organismo doente,
para a maior parte dos obstáculos impedem o equilibrio moral.

Quantas vezes, a doença predomina a impetuosidade, o mau
humor, e se há deficiências que não são apenas essas raparigas
da Mocidade que nos servem de modelo são precisamente essas.
— Como se haviam de admitir em quem tem de lidar com
crianças?

As falar-vos, apaixonado, do que nós queremos que as nos-
sas raparigas sejam, temo de dizer que as queremos sãs.
A saúde é o equilibrio do nosso organismo e esse equi-
librio só o podemos conseguir com uma vida natural. O ar li-
vre, o sol, o exercício, e água pura, a alimentação simples, o
dormir e levantar cedo, todas estas coisas são do que todos os re-

médios. E vale também muito para a saúde a nossa attitude
na vida, equilibrio e calma, a nossa compreensão e simpatia
por tudo o que nos rodeia.

Não fazemos parte da natureza. Devemos, por isso, sentir
a harmonia que há entre ela e nós. Fazemos bem o con-
tacto com ela, com a sua vida. O seu deslustrar faz-nos
deslustrar. A sua grande paz entra em nós.

Não precisamos de ar, de luz, de espaço e de movi-
mento. Andar, correr, saltar, todas as exercíções naturais
são vida e necessarias. De jogos, também, desde que sejam
feitos naturalmente e se compreenda o carácter em que de-
vem ser encorajados. De jogos, também, desde que sejam
de educação. Assim, devemos jogar o melhor que podemos,
reforçando-nos por ganhar; mas devemos saber aceitar uma
perda de jogo com calma e com espirito de justiça. Com
calma, porque jogamos pelo gosto de jogar, pelo gosto de
exercício. Com espirito de justiça, porque entendemos que a
vitória deve ser para quem melhor jogou.

Mas não o entendemos que se torna necessário, porque
não é feito pelo gosto do movimento mas pela ideia de uma
vitória a todo o custo, pela conquista de um prêmio que se
dá, ou simplesmente, para fazer figura, não é útil mas
prejudicial. Pode causar o esgotamento fisico em vez de dar
saúde. E, também, em lugar de promover em nós o equi-
librio do espirito, pode causar vaidade, inveja, despeito —
criar um ambiente exactamente contrario, aquele em que
nós queremos que as nossas raparigas vivam, brinquem e
joguem: ambiente de alegria, de confiança, de vida, em que
se possa desenvolver o espirito de iniciativa e saúde, o entu-
siasmo.

Hilda R. N. d'Almeida Corde de Barros

Fonte: Edição n.º 27 do *Boletim Mensal*
da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No mês de julho, o destaque vai para a questão da saúde física feminina. Todo o texto trata de enfatizar que a resistência do corpo é uma condição essencial para a saúde da alma. De resto, este tópico não é novo e é referido em outras ocasiões, como por exemplo, nos textos que mencionam as Colónias de Férias (promovidas pela Mocidade Portuguesa Feminina e nas quais as raparigas fazem exercício), ou através dos testemunhos das filiadas, como acontece nesta edição n.º 27, que conta com a colaboração da Filiada 211 e o seu texto sobre a “Excursão da Mocidade Universitária à Lagoa Azul”. Repare-se que este era o primeiro mês das então chamadas férias grandes e que nem por essa altura as raparigas deixavam de receber instruções sobre como haviam de ocupar os seus tempos livres.

Para este assunto em particular, foram selecionadas fotos em que aparecem filiadas a participar em jogos ao ar livre, a caminhar com elevação, sem, no entanto, deixarem de ser delicadas e finas, tal como as papoilas, como é referido. Mas este cuidado com o corpo e a procura pelo perfeito equilíbrio do físico com a moral tem um motivo, pois esta rubrica, como se pode ler no próprio *Boletim*, foi pensada para

a futura Mãe de filhos são [com] braços fortes que se não cansam facilmente. Vemos a educadora de almas grandes e nobres, de caracteres firmes e seguros que hão-de enfrentar a vida com confiança. E como tudo isso exige um grande esforço que a mulher deve estar apta a suportar, ela precisa de saúde que é força dentro de nós, uma ajuda preciosa para o cumprimento da sua missão (n.º27 1941: s.p.).

A Mocidade deseja que as raparigas que servem de modelo sejam saudáveis e vivam de forma natural. Por isso, “O ar livre, a luz, o exercício, a água pura, a alimentação simples, o deitar e levantar cedo” (*Boletim Mensal* n.º27 1941: s.p.) são apontados como mais valiosos do que todos os remédios. Dois parágrafos à frente, aparecem indicadas três práticas desportivas tidas como vantajosas e imprescindíveis, a saber: andar, correr e nadar. Concluindo, e de acordo com Walter Amaral, o que se prescreve com esta virtude são corpos disciplinados, em resultado de regras que servem o coletivo que tanto castigam como ensinam (Amaral 2019: 142).

Quarta Virtude: *Novas*

Figura 6: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: *Novas*”



Fonte: Edição n.º 28 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

No número de agosto, Hilda de Barros escreve à volta do dever das raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina aprenderem a “serem novas [...] pela vida fora” (*Boletim Mensal* n.º28 1941. s.p.). Muito embora a revista seja dirigida para um público feminino jovem, pretende-se que, sendo entusiastas do Movimento e independentemente da idade, as raparigas respeitem “o sentido profundo de tudo aquilo com que lidamos” (*Boletim Mensal* n.º28 1941: s.p.); ou seja, o Movimento espera delas um compromisso para toda a vida. Segundo as palavras da cronista, ser novo é ser puro e, para exemplificar onde está a fonte da pureza, uma primeira fotografia mostra duas filiaidas, de joelhos diante do Santíssimo Sacramento, num encontro pessoal com Deus. Ser nova é também saber ser boa pessoa, e uma segunda imagem ilustra como se pode alcançar esta qualidade cuidando, por exemplo, de toda a vida que

começa. Sempre em crescendo, a primeira parte da legenda da última foto reproduz o que realmente importa ao propor este dever às raparigas: “SER NOVA é amar o movimento e repartir simpatia, por todos os seres...” (*Boletim Mensal* n.º28 1941: s.p.). Para este caso muito em concreto, a legenda assume a função de orientar o público, guiando-o para a interpretação que mais convém à organização. Também nesta situação, o uso de animais domésticos parece ser uma estratégia para atrair e garantir mais atenção do público-alvo. Primeiro, porque torna a imagem mais atrativa, segundo, porque cães, gatos, coelhos e patos criam facilmente uma ligação emocional quase imediata com os leitores, o que por extensão reverte no aumento de interesse pelo conteúdo da revista. Como facilmente se constata, a sucessão de imagens é muito criteriosa. A primeira procura chamar a atenção para a necessidade de cada uma cultivar um espírito contemplativo que lhe permita redescobrir, a cada novo dia, que são consignatárias de um bem que as humaniza e ajuda a levar uma vida nova que devem transmitir aos outros; a autora retomará esta ideia de que a contemplação está acima da ação dois números adiante quando escrever sobre a sexta virtude proposta às raparigas.

Quinta Virtude: *Elegantes*

Figura 7: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Elegantes”



Fonte: Edição n.º 29 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

A edição do mês que marca o início do outono trata da elegância associada à indumentária. O reparo vai no sentido de algumas jovens mulheres ocuparem a cabeça com a preocupação “de andar à moda”, entendida como vaidade. O Movimento faz questão que as jovens raparigas sejam elegantes, mas prescrevendo que “Para se ser elegante é preciso que o vestido não chame à atenção” (*Boletim Mensal* n.º29 1941: s.p.). Na coluna seguinte, a cronista dá a entender que é possível levar uma vida digna e honrada mesmo com dificuldades financeiras. E como a maior parte da população portuguesa era, efetivamente, pobre, o discurso apregoado é que “A verdadeira elegância é simples. (...) quem pensa demais no vestuário veste mal. Quem gasta demais no vestuário veste mal”. É valorizada a mulher que preferir “parecer bem **mais em sua casa do que fora dela** [sublinhado nosso]” (*Boletim Mensal* n.º29 1941: s.p.), o que representa um alto padrão de comportamento ético e moral.

As imagens que acompanham esta matéria propõem a combinação de elementos como vestidos cintados, abaixo do joelho e sapatos rasos, o que pressupõe que as páginas do *Boletim Mensal* deviam servir de inspiração para formas de vestir de acordo com o que o regime considerava conforme os “bons costumes”, isto é, de acordo com o modo de proceder habitual de um grupo social de referência. É também plausível que esta preocupação esteja diretamente relacionada com a entrada em Portugal de refugiados estrangeiros desde o início da Segunda Grande Guerra; o contacto com pessoas provenientes de uma Europa mais complacente nos hábitos e costumes era encarado como um perigo à austeridade e ao moralismo proposto pelo regime e pela Mocidade Portuguesa Feminina, o que resultou no controle social sobre a forma de vestir das mulheres. Em relação a estas questões que envolvem a exposição do corpo, o governo de Salazar optou por adotar as visões mais conservadoras da Igreja Católica em relação à moral e aos bons costumes.

Sexta Virtude: Ativas

Na exposição dos predicados desejáveis para uma filiada, a sexta virtude apontada é a capacidade de as jovens serem ativas.

Figura 8: Rubrica

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Ativas”



Fonte: Edição n.º 30 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

É clara a mensagem que é expressa no texto da articulista: “A atividade é um **dever de estado** [sublinhado nosso] a que se devem consagrar todos aqueles que têm obrigações, neste mundo” (*Boletim Mensal* n.º30 1941: s.p.). O regime utilizava o periódico para ensinar e reforçar o “dever de estado”, promovendo a lealdade aos princípios do Estado Novo e a fidelidade ao estado.

Para reforçar o sentido exortativo da obediência é mencionada a história do soldado que age sem perceber bem aquilo que lhe é pedido. É uma estratégia recorrente, a do recurso a pequenas histórias para exemplificar e garantir que a mensagem seja bem percebida. Portanto, seguir ordens sem entender integralmente o que é solicitado não só não é suficiente, como pode causar confusão e levar a ações ineficazes; para tornar a comunicação mais clara sobre o que é preciso ser feito pelas jovens raparigas, de modo a garantir que as suas ações sejam apropriadas e eficazes, a articulista escreve o seguinte: “O que nós queremos, quanto à atividade, é que cada uma de vocês pense bem **no papel que lhe cabe** [sublinhado nosso], pelo meio em que vive, pelas qualidades e habilitações que possui, pelos recursos de que dispõe – e que tudo quanto seja da sua competência fazer, o faça generosamente, com entusiasmo, com cuidado, com desinteresse» (*Boletim Mensal* n.º30 1941: s.p.). De acordo com a ideologia salazarista, o dever de estado implicava também que cada indivíduo aceitasse o seu lugar dentro da estrutura social e política estabelecida pelo regime.

O artigo não termina sem que a autora estabeleça uma ligação emocional com as leitoras, apresentando um modelo de virtude para as esposas seguirem, a saber, a história de vida de Elisabeth Arrighi Leseur¹ (1866-1914), uma mulher católica, casada com um ateu líder do movimento anticlerical francês, a qual, apesar de viver num ambiente secular e adverso à sua fé, manteve a crença até ao fim da vida.

Para captar a atenção de quem lê, acompanham o texto fotografias de jovens filiadas em diferentes momentos de uma atividade promovida pela Mocidade Feminina: a preparar o almoço em plena na natureza, a colocar a mesa, a servir as outras e, por último, a fotografia de uma jovem a recolher água de um fontanário. Em todas as imagens as jovens estão a desempenhar tarefas domésticas associadas ao sexo feminino.

Sétima Virtude: Boas

O dossiê temático ficaria fechado com a virtude apontada no número 31 do *Boletim Mensal*.

Figura 9: Rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Boas”



Fonte: Edição n.º 31 do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina (1941: s.p.)

¹ Elisabeth Arrighi Leseur, aliás Pauline Elisabeth Arrighi por nascimento, mística de origem francesa que se celebrou pelo seu diário espiritual e pela conversão do seu marido, Félix Leseur, um conhecido líder do movimento anticlerical e ateuista francês.

Em jeito de conclusão desta linha de pensamento que se prolongou por sete meses, a articulista exorta, neste último texto, as raparigas à ação. Refere que para se ser verdadeiramente bom, é necessário praticar boas ações, e não apenas ficar pelas intenções, chama à atenção para o facto de muitas pessoas confundirem a fraqueza com a bondade, por um lado, e, por outro, a diferença entre ser-se bom sem ser duro. Ambas as situações são contraproducentes quando o objetivo não se limita a “dizer coisas acertadas [mas também] convencer delas os que nos ouvem” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.). Como tal, volta-se à ideia do valor do conceito de equilíbrio, subordinada ao princípio de que é possível ser uma pessoa bondosa sem precisar de ser inflexível. Para não afastar as pessoas que se querem instruir, a Mocidade ensina que “Se há ocasiões – e há – em que se deve sentir a firmeza das nossas palavras, essas ocasiões são poucas. Quasi sempre, convencem mais as coisas ditas de outra maneira” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.).

Neste último texto que completa o arquétipo ideal de mulher segundo Hilda Barros, a palavra ‘convencer’ aparece referida três vezes. É particularmente significativo o emprego deste verbo, porque revela que através das páginas do *Boletim Mensal* se tenta persuadir as jovens raparigas a terem determinadas opiniões, atitudes e comportamentos. Mas não se trata de um caso isolado. Para reforçar que é possível manter a justiça sem perder a autoridade e a empatia, a autora aplica a este contexto um outro verbo que é muito caro à doutrinação católica: ‘perdoar’.

A imagem selecionada para ilustrar este último artigo destaca três jovens raparigas, a bandeira e uma inscrição com o seguinte texto: “Arvorando as lusas Quinas, nossa luz, nosso farol, nós somos as sentinelas da alma de Portugal” (*Boletim Mensal* n.º31 1941: s.p.). Nesta conjuntura da imagem que acompanha o texto transparece, na frase, um tom patriótico e um sentimento de orgulho nacional. A vigilância, um dos valores mais exaltados da retórica ideológica oficial, aparece sob o nome “sentinelas”, indicando que as mulheres também tinham a responsabilidade de proteger e preservar aquela que era a essência da nação.

Considerações finais

A narrativa contada por meio das páginas do *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina permite identificar e compreender parte da agenda dos interesses do Estado Novo e a forma como o periódico, enquanto veículo oficial de um determinado sector da sociedade, reproduzia o discurso

oficial do poder. Através dele, perpassaram recorrentemente textos e imagens que apelavam à obediência a uma elite paternalista liderada por António Oliveira Salazar.

Desde o início, as organizações criadas pelo Estado Novo valorizavam mais a contribuição masculina. A dinâmica instituída dentro da Mocidade Portuguesa Feminina ilustra bem como as desigualdades entre os géneros permaneciam. Como bem destacam Anne Cova e António Costa Pinto, no setor feminino a educação nacionalista foi “quase integralmente substituída pelo culto às rainhas medievais portuguesas [...] e pelo culto mariano” (1997: 83). Um exemplo flagrante desta divisão entre sexos, dentro da qual o masculino é mais considerado, pode ser igualmente percebido no artigo da autoria de Maria Joana Mendes Leal, do qual se extrai esta passagem:

A Mocidade é só uma no seu generoso desejo de servir e na sua esperança dum Portugal maior pelo esforço e sacrifício de todos os seus filhos, mas, **rapazes e raparigas, têm lugares diferentes** e naquela tarde de 28 de maio cada um estava no seu posto: os rapazes marchando ao som das cornetas e dos tambores e as raparigas seguindo com os olhos e o coração a bandeira que os guia – e as guia também a elas! Os rapazes ao sol! **As raparigas mais na sombra** [negritos nossos] ... (*Boletim Mensal* n.º2 1939: s.p.)

Apesar de, no campo da imprensa periódica nacional, ser positiva a presença e visibilidade feminina, a visão conservadora da estrutura e dos valores familiares mantida pela Igreja Católica e seguida pelo Estado Novo nunca permitiu uma participação plena das mulheres no quadro do regime salazarista que fosse para além da colaboração dentro do lar, a cuidar do bem-estar emocional e da economia doméstica da família. Por isso, e como demonstrado, o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina foi mais um instrumento que serviu para catapultar um ideal de mulher que continuava a ser o resultado de uma construção masculina.

A abertura do espaço mediático às mulheres concedeu-lhes, sem qualquer dúvida e como já afirmado, uma visibilidade nunca antes tida, mas convém ter presente que essa entrada passou por um enquadramento estratégico óbvio de que o *Boletim Mensal* da Mocidade Portuguesa Feminina é um bom exemplo: através dessa publicação, e pela intermediação da escrita de mulheres para mulheres, o regime não só sustentou como reforçou doutrinariamente a ideia de que o lugar da mulher era no lar, a cuidar da casa e dos filhos, submissa ao marido; era uma forma de controle social e moral, exercido em dois tipos de artigos: uns que encorajavam as mulheres a

tomar parte em atividades de caridade e assistência social, outros em que se condenava comportamentos considerados imorais.

Em Portugal, no período em estudo, as organizações femininas do estado, catolicizadas, enquanto davam com uma mão à mulher um espaço que ela nunca tinha tido antes, enquanto mantinham, com a outra, o seu potencial limitado a habilidades domésticas e as suas oportunidades restringidas a papéis tradicionais. Se as jovens raparigas cumprissem com os preceitos descritos na rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, seriam disciplinadas e cumpridoras de princípios coletivos que se sobrepõem aos individuais e ficava realizado o objetivo de propagação do conceito de “Mulher Ideal” do Estado Novo que, aliás, seria objeto ainda duas décadas mais tarde de um concurso à escala nacional.

Referências bibliográficas

Almeida, Gustavo de. 1939, maio 13. À Conquista do Ideal. *Boletim Mensal: Mocidade Portuguesa Feminina*, 1, s.p. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN01/MocidadePortuguesaFemininaN01_master/N01.pdf. Amaral, Walter Valdevino do. 2019. ‘O que nós queremos que nossas raparigas sejam’: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina. In: *Caderno Espaço Feminino*, vol. 32, n.º 1, Uberlândia, MG.

Assembleia da República. Gustavo Cordeiro Ramos: Legislaturas: I, II, III, IV. Disponível em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/r/ramos_gustavo_cordeiro.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, maio. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Verdadeiras. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN25/MocidadePortuguesaFemininaN25_master/N25.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, junho. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Amáveis. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN26/MocidadePortuguesaFemininaN26_master/N26.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, julho. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Sãs. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN27/MocidadePortuguesaFemininaN27_master/N27.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d’Almeida. 1941, agosto. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Novas. *Boletim Mensal da Mocidade*

Portuguesa Feminina. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN28/MocidadePortuguesaFemininaN28_master/N28.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, setembro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Elegantes. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN29/MocidadePortuguesaFemininaN29_master/N29.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, outubro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Activas. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN30/MocidadePortuguesaFemininaN30_master/N30.pdf.

Corrêa de Bastos, Hilda Rumsey R. d'Almeida. 1941, novembro. O que nós queremos que as nossas raparigas sejam: Boas. *Boletim Mensal da Mocidade Portuguesa Feminina*. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN31/MocidadePortuguesaFemininaN31_master/N31.pdf.

Cova, Anne, & Costa Pinto, António. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. In: *Penélope: Género, discurso e guerra*, 17, 71-94.

Decreto Lei n.º 26:611/1936. Aprova o regimento da Junta Nacional da Educação. *Diário da República. I Série. N.º 116*. (1936-05-19): 536-547. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1936/05/11600/05360547.pdf>.

Decreto n.º 26:893. Aprova os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.). *Diário do Governo. I Série. N.º 191*. (1936-08-15): 981-984. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1936/08/19100.pdf>.

Decreto n.º 28:262/1937. Aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa Feminina (M. P. F.). *Diário do Governo, Série I* (1937-12-08): 1379-1383. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/28262-1937-435438>

Leal, Maria Joana Mendes (1939, junho). Recordando o Passado. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 2, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN02/MocidadePortuguesaFemininaN02_master/N02.pdf.

Mocidade Portuguesa Feminina (1939). Recordando o passado. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 1, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN01/MocidadePortuguesaFemininaN01_master/N01.pdf.

Mocidade Portuguesa Feminina. 1939. STELLA. *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, 5, s.p. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MocidPortFeminina/MocidadePortuguesaFemininaN05/MocidadePortuguesaFemininaN05_master/N05.pdf. Pimentel, Irene Flunser. 2001. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.

Pimentel, Irene Flunser. 1996. *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo: as organizações femininas do Estado Novo: a “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina”: 1936-1966*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/115845>

Roque, Susana Maria. 2012. *Bilinguismo: vantagens e mais-valias para a tradução interlingue. A reescrita de alguns capítulos de Mocidade Portuguesa Feminina de Irene Flunser Pimentel*. Trabalho Projeto. Universidade de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/14771>

Roldão, Helena. 2014, maio 2. Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal. In: *Hemeroteca Municipal de Lisboa*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/MocidadePortuguesaFeminina.pdf>.

HOMENS POETICAMENTE MATERNOS OU (RE)CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÉNERO EM VALTER HUGO MÃE

Mafalda Sofia Borges Soares (Sorbonne Université)

ABSTRACT

With this article, we propose to reflect on the representation of gender in some of the characters of Valter Hugo Mãe. We aim to become aware of some ideas – or ideals – that have been incorporated into the concepts of “man” and “woman”, trying to understand how art can overcome the binary nature of certain conceptions. We also intend to emphasise the fact that literature has the capacity to highlight the transversality of some issues that run through every human being. In essence: a search for what connects us to humanity.

Keywords: Valter Hugo Mãe; gender; humanity; man; woman.

RESUMO

Propomo-nos, com o presente artigo, refletir sobre a representação do género em certos personagens de Valter Hugo Mãe. Visamos a uma tomada de consciência de ideias – ou ideais – que se foram incorporando nos conceitos de “homem” e de “mulher”, tentando compreender como pode a arte superar o carácter binário de determinadas concepções. Pretendemos, outrossim, colocar a tónica no facto de a literatura ter capacidade para evidenciar a transversalidade de algumas questões que percorrem cada ser humano. No fundo: uma busca pelo que nos liga à humanidade.

Palavras-chave: Valter Hugo Mãe; género; humanidade; homem; mulher.

Recebido em 23 de outubro de 2023.

Aceite em 14 de março de 2024.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.484

Introdução

Vencedor do Prémio Literário José Saramago em 2007, o escritor português Valter Hugo Mãe é hoje uma voz com grande repercussão nacional e internacional. A sua obra, ainda que atravessada por variados temas, parece ser uma constante edificação de outras versões do mundo, uma vez que, como declarou o próprio, “[a] maravilha da Literatura é essa, uma verdade alternativa que permite instalar em redor outra forma de pensar, até que a sua proposta seja mais do que plausível, seja coerente e desejável” (Sousa 2019). Assim sendo, Mãe constrói universos verosímeis por intermédio da palavra com o intuito de sugerir novos caminhos para a humanidade, os quais passam amiúde pela desconstrução de um pensamento vigente. Mediante a *mise en scène* de personagens que transbordam para lá dos consuetudinários esquemas comportamentais, Mãe desestabiliza ideias (ou ideais) socialmente enraizados, convidando-nos a rever as nossas certezas mais profundas. Advertimos aqui o leitor para o seguinte: sempre que empregarmos a palavra “ideal”, não estaremos a referir-nos a uma realidade exemplar para a qual devemos pender enquanto membros de uma coletividade; estaremos, isso sim, a sublinhar o facto de determinados padrões, culturalmente erigidos como modelos, serem considerados como “ideais” (ou arquetípicos) no âmbito de um determinado *status quo*.

O nosso artigo propõe-se, portanto, repensar as representações do género feminino na escrita de Valter Hugo Mãe com recurso a uma concomitante reflexão sobre as representações do género masculino. Visamos a perceber dadas representações para lá das fisicalidades a que foram concatenadas, demonstrando a sua transversalidade. Escolhemos como *corpus* para este trabalho romances do autor português que começaram a ser publicados pela Porto Editora entre 2013 e 2016, a saber: *o remorso de baltazar serapião*, *a máquina de fazer espanhóis*, *O filho de mil homens*, *A Desumanização* e *Homens imprudentemente poéticos*. Pareceu-nos, com efeito, que certos personagens desses livros exemplificam uma propensão verificável em Mãe para questionar papéis sociais e modelos de comportamento trivialmente aceites, mas nem por isso representativos da singularidade da existência de cada qual. Quanto ao edifício teórico passível de nortear o nosso pensamento, optámos por referências francesas: por um lado, pela obra *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir – referência pioneira, embora não única, no que concerne à análise do lugar das mulheres na sociedade – e,

por outro lado, pelo panfleto *Le premier sexe* de Éric Zemmour – contra-resposta direta ao trabalho de Beauvoir.

Impera, neste contexto, oferecer uma brevíssima contextualização histórica e ideológica destas figuras. Simone de Beauvoir foi uma presença marcante na França do século XX, tendo-se distinguido como intelectual e impulsionadora do(s) movimento(s) feminista(s). Num clima de pós-Segunda Guerra Mundial, em plena Guerra Fria e a braços com a Guerra da Indochina, França recebeu em 1949 uma extensa análise, por parte de Beauvoir, da condição feminina, considerada sob vários prismas (o da biologia, o da psicanálise, o da História, o do mito, o da sociedade, o da educação). Tratava-se de observar a situação em que se encontravam as mulheres, denunciando algumas condicionantes – o que pressupunha negar uma alegada “essência feminina” (constituída por traços universais, intemporais e imutáveis) passível de definir, de forma apriorística, o lugar da mulher no mundo. Graças à sua obra, Beauvoir demonstrou que a posição das mulheres na sociedade era o resultado de um construto (correspondendo à cristalização de um “sexo social”), estando longe de ser inerente a um “sexo biológico” (relativo às características anatómicas e fisiológicas de determinado indivíduo¹). Ora, nos primeiros anos do século XXI, Éric Zemmour decidiu responder à análise beauvoiriana, contrapondo-lhe uma série de declarações sobre a “masculinidade”. Num panfleto que intitulou *Le premier sexe*, o antigo jornalista, e candidato de extrema-direita à presidência francesa durante as eleições de abril de 2022, advogava um gênero masculino (neste caso, um sexo social inalienável de um sexo biológico²) que não deveria (con)fundir-se com valores alegadamente femininos, os quais teriam dominado a sociedade moderna. Ora, a referência a Zemmour neste artigo tem como único objetivo

¹ « En France, l’ouvrage de Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*, publié pour la première fois en 1949, ouvre le débat sur la naturalisation des rapports entre les femmes et les hommes en proclamant : « On ne naît pas femme, on le devient ». La philosophe est l’une des premières à distinguer le sexe biologique et le sexe social. Le sexe biologique se traduit par les catégories « mâles » et « femelles », applicables à tout vivant, tandis que le sexe social qualifie des personnes « femmes » ou « hommes ». En paraphrasant son propos, on naît femelle (ou mâle) puis on devient femme (ou homme). La rupture avec le naturalisme est engagée » (Navarre; Ubbiali 2017: 9-10).

² Esta transferência quase automática entre as características do “sexo biológico” e as exigências do “sexo social” verificou-se, e continua a verificar-se, nas sociedades humanas: “Longtemps, en effet, on a cru que les comportements des hommes et des femmes étaient prédéterminés par leur anatomie, que leurs différences biologiques conditionnaient leurs émotions, parcours de vie, leurs choix professionnels, leurs compétences, leurs rôles sociaux, les femmes étaient cantonnées à la sentimentalité, jugées incapables d’accéder à la raison émancipatrice” (Laufer; Rochefort 2014: 7-8).

desconstruir um discurso que se nos afigura assaz perigoso e tendencioso nas suas propostas essencialistas. Graças à reflexão que a literatura de Valter Hugo Mãe oferece sobre os papéis que homens e mulheres desempenham (ou são chamados a desempenhar) nos dias de hoje, ser-nos-á possível compreender que um discurso que pretenda extremar polaridades, comportamentais e psíquicas, ancoradas no sexo biológico, nada mais fará do que condenar os indivíduos a uma lamentável separação – e, no seu seguimento, a uma mútua incompreensão. Ademais, o facto de cruzarmos literatura portuguesa com ensaios franceses dar-nos-á a possibilidade de demonstrar de que modo(s) a arte feita em Portugal consegue responder eficazmente a problemáticas que também permeiam outras sociedades europeias, dando assim mostras da sua atenção perante questões de grande atualidade e da sua possível inserção num panorama intelectual passível de ultrapassar barreiras nacionais.

Há, em boa verdade, um timbre beauvoiriano em Valter Hugo Mãe. Pode, com confiança, dizer-se que a sua arte é permeada pela reivindicação de um direito: se não o de ser-se livremente mulher, pelo menos o de ser-se “imprudently poético¹”. Ora, se a filosofia de Simone de Beauvoir retrata a condição feminina como corpo e espírito outros, a literatura de Mãe ousa integrar essa “alteridade” em personagens masculinos, acabando por a representar como uma sensibilidade². Importa salientar que tanto Mãe quanto Beauvoir preconizam projetos humanistas, as referências ao género servindo à reconsideração de identidades perpetuadas por certo imaginário coletivo. No fundo, ambos chegam a idêntica conclusão: a de que a humanidade que vive em cada indivíduo prima sobre o género com que aquele se identifica (ou com o qual outros o identificam³). E se, por um lado, a existência física modela corpos e esquisa possibilidades, por outro lado, a existência artística reconcilia espíritos ao amplificar-lhes liberdades, homens e mulheres reencontrando-se, e enfim reconhecendo-se, em questionamentos

¹ Referência à obra *Homens imprudentemente poéticos* de Valter Hugo Mãe.

² “A Isaura respirou, sorriu, depois disse que, em certo sentido, sentia orgulho por ter casado com o Antonino. Era forma de homenagem à sua sensibilidade. O modo como se punha a chorar com qualquer réstia de atenção ou carinho. Um homem que agradecia assim qualquer pouca atenção ou carinho era um achado da humanidade” (Mãe 2018: 237).

³ “Le fait d’être un être humain est infiniment plus important que toutes les singularités qui distinguent les êtres humains [...]. Dans les deux sexes se joue le même drame de la chair et de l’esprit, de la finitude et de la transcendance ; les deux sont rongés par le temps, guettés par la mort, ils ont un même essentiel besoin de l’autre ; et ils peuvent tirer de leur liberté la même gloire ; s’ils savaient la goûter, ils ne seraient plus tentés de se disputer de fallacieux privilèges ; et la fraternité pourrait alors naître entre eux” (Beauvoir 2014b: 648).

que, afinal, lhes são comuns. Exposto de outro modo: é pelo entrelaçar do feminino e do masculino no que esses têm de mais metafísico que, então, se chega à condição humana¹.

É nossa firme convicção que o exercício comparativo conduz ao aprofundamento de determinado tema. Por permitir um relevo de perfis comuns em realidades à primeira vista divergentes, este tipo de tarefa rejeita o estabelecimento de verdades binárias, reforçando pontos de contacto entre existências catalogadas de dicotômicas. Nas esclarecidas palavras de Clarice Lispector: “[...] a aproximação, do que quer que seja, se faz gradualmente e penosamente – atravessando inclusive o oposto daquilo de que se vai aproximar” (Lispector 2013: 7). Pelo entrecruzar de alegados opostos, que o raciocínio humano se regozija em isolar, chega-se a horizontes que, por fim, se irmanam. Não se trata, claro está, de depreciar eventuais dissemelhanças que possam existir entre (certos) homens e (certas) mulheres (o que não implica que essas dissemelhanças sejam entendidas como universais e imutáveis), mas antes de as não ter por traços definidores de uma qualquer essência². Como defende Jean-Paul Sartre: a existência humana precede a sua essência, querendo isto dizer que é por intermédio das suas escolhas – e não devido a uma natureza pré-existente – que os sujeitos se vão delineando ao longo da vida enquanto seres irrepetíveis³.

Seria, deste modo, redutor querermos refletir sobre o feminino em Valter Hugo Mãe sem nos debruçarmos sobre os personagens masculinos do autor – autor esse que, não por acaso, grafou a maternidade no próprio nome. Mãe é o homem que se deixa emprenhar pela letra e que, por ela, gesta humanidade. Nessa sua gravidez criadora, o escritor desvincula a

¹ O silva valteriano, num momento de angústia pensando-se às portas da morte, apela à necessidade de metafísica: “Precisava de dizer que me arrependia, que não queria acabar sem metafísica, que me enterrassem com a metafísica e português [...]. Porque eu precisava de morrer consciente, recordando cada minuto do tempo com a minha laura, recordando como a vida se fizera em torno dela e da família, como me terá parecido que assim devia ser um homem [...]. Assente sobretudo no amor” (Mãe 2019: 316-317).

² “[...] as identidades são formadas por e pelo efeito do discurso. [...] Assim, a literatura também pode agir, em suas estratégias discursivas, na disseminação, *dessencialização* ou problematização de imagens, corpos, sexualidades, vozes e práticas [...]” (Teotônio 2016: 219).

³ “Qu’est-ce que signifie ici que l’existence précède l’essence ? Cela signifie que l’homme existe d’abord, se rencontre, surgit dans le monde, et qu’il se définit après. L’homme, tel que le conçoit l’existentialiste, s’il n’est pas définissable, c’est qu’il n’est d’abord rien. Il ne sera qu’ensuite, et il sera tel qu’il se sera fait. Ainsi, il n’y a pas de nature humaine [...]” (Sartre 1996: 29).

questão feminil – e todas as complexidades a ela associadas – do corpo da mulher, autorizando o homem a emprenhar-se e a emocionar-se graças à força da palavra poética. A este escritor importam as vidas que se geram dentro da singularidade de cada ser: esses frutos do sentimento e da sensação que maturam para lá de eventuais fronteiras biológicas e culturais¹.

Ora, antes de nos adentrarmos na análise da obra de Valter Hugo Mãe – e a fim de tornarmos mais claro um termo em torno do qual gravitará o nosso contributo –, gostaríamos de nos atardar na palavra “género”, apresentando-a nas significações que abarcará ao longo das próximas páginas. Este termo é, não raras vezes, empregado em discurso como sinónimo intercambiável de “sexo”², mas o seu aparecimento em âmbito académico procurou, justamente, operar uma distinção entre o que é “inato” (o sexo biológico) e o que é “aprendido” (o sexo social). Noutros termos, o vocábulo “género” – ao associar-se a um legado de índole cultural, histórica, mental – veio “desnaturalizar” comportamentos vinculados a determinadas configurações anatómicas e fisiológicas, evidenciando uma necessária distinção entre aquilo com que a natureza nos dotou e aquilo com que a sociedade nos revestiu³. A distinção entre “sexo” e “género” permitiu alargar a consciência do peso que a anatomia continua a ter como justificação para o construto, e para a fixação, da identidade de cada qual⁴. Assim sendo, quando aqui nos referirmos ao “género”, estaremos a aludir a traços contingentes que permeiam os indivíduos (o seu lugar na comunidade ou, se quisermos, o papel que são chamados a encarnar, o qual varia segundo a época e o tempo em que vivem); quando nos referirmos ao “sexo”, estaremos a fazer menção de uma realidade biológica. Tenha-se, ainda, presente que quando empregarmos as palavras “homens” e “mulheres”, estaremos a fazer referência a pessoas consideradas de um ponto de vista anatómico e fisiológico, não querendo isto dizer (e Valter Hugo Mae não raras vezes no-lo demonstra) que esses homens e essas

1 “Mais do que os factos, interessa, acima de tudo, o retrato sensível das emoções das personagens, o desenho da personagem ‘por dentro’, e é nessa medida que a literatura é por si perspectivada como uma maneira de conduzir ou chegar ao outro” (Castro 2016: 193).

2 “Dans les sociétés occidentales, et plus largement dans les religions monothéistes, le genre (que les féministes françaises ont longtemps appelé le sexe social) est intrinsèquement lié au sexe et le traduit” (Handman 2014: 36).

3 “Ces premières conceptualisations du genre revêtent avant tout une portée pédagogique : dénaturer les rapports entre femmes et hommes en affirmant leur caractère social, culturel et historique” (Navarre; Ubbiali 2017: 11).

4 “La différence des sexes est conçue comme fondatrice de l’identité personnelle, de l’ordre social et de l’ordre symbolique” (Handman 2014: 37).

mulheres se revejam nos comportamentos culturalmente associados ao sexo biológico que corporizam.

Os pensadores John Money e Anke Ehrhard foram um pouco mais longe na definição da palavra “género”, tendo estabelecido uma diferença entre a sua aplicação na esfera pública (dando-lhe o nome de “papel de género”) e a sua aplicação na esfera privada (dando-lhe o nome de “identidade de género”):

John Money et Anke Ehrhard distinguent le sexe qui se rattache aux caractéristiques biologiques, et le genre entendu comme expérience psychique contingente en tant qu’homme ou femme. Ils figurent parmi les premiers chercheurs à utiliser le vocable « genre » pour distinguer la construction sociale du sexe. Ils appellent « rôle de genre » le comportement public d’une personne et « identité de genre » l’expérience privée qui en résulte. Ils distinguent le genre « pour soi », privé, et le genre public (Navarre; Ubbiali 2017: 10).

Quer isto dizer que estes pensadores tornaram claras outras possíveis componentes do género: o seu carácter interiorizado (em correlação com a experiência psíquica de cada sujeito, traduzindo-se no modo como o próprio se concebe ou aprende a conceber) e o seu carácter performativo (enquanto atuação pública passível de enquadrar o sujeito em determinado grupo). Destaca-se a possibilidade de não haver coincidência entre o que se é em sociedade (ou entre o que a sociedade exige que se seja de acordo com dados anatómicos e fisiológicos) e o que se é no foro íntimo (aquilo que pode ter tendência para escapar a imperativos comportamentais vindos de fora).

Podemos, por isso, concluir que refletir sobre o (que pode ser o) género não pressupõe ignorar diferenças anatómicas e fisiológicas, mas antes fazer com que essas diferenças não constituam uma base indiscutível para a edificação de destinos predeterminados e para a “essencialização” de papéis instaurados pelos *a priori* de uma comunidade. Trata-se, no fundo, de evitar que à esfera biológica se apegue uma esfera social pré-definida, sem se pensar nas consequências que essa associação inquestionável poderá ter nos indivíduos que não se reveem em modelos por demais generalizadores que não tomam em conta um estar-no-mundo (a sua exterioridade) e um ser-no-mundo (a sua interioridade). Dito de outro modo: “Expliquer le genre au grand public est une nécessité à double titre : socialement pour comprendre l’humanité dans toute sa diversité, et politiquement pour promouvoir les principes d’égalité entre les femmes et les hommes” (Vidal 2014: 82).

Desenvolvimento

Para Simone de Beauvoir, a alteridade é propriedade-chave da condição mulheril: “Elle [la femme] se détermine et se différencie par rapport à l’homme et non celui-ci par rapport à elle ; elle est l’inessentiel en face de l’essentiel. Il est le Sujet, il est l’Absolu : elle est l’Autre” (Beauvoir 2014a: 17). As qualidades ditas femininas são o contraponto das qualidades ditas masculinas, estando-se perante uma espécie de oposição entre a regra e a sua exceção. Por outros termos, as particularidades da mulher não são tendências cujo valor se situa ao nível da personalidade de quem as encarna, mas sim características antagónicas, que se determinam como diferença¹. A feminilidade é, portanto, definida em relação a uma norma, apresentando-se como *écart*. Ora, esta dependência, de foro ontológico e identitário, de um género face a outro vem, não raras vezes, retratada na prosa de Valter Hugo Mãe, sobretudo em *o remorso de baltazar serapião*². Atentemos em dois excertos nos quais o protagonista evidencia a sua posição de supremacia perante a sua (futura) esposa ermesinda: “[...] dedicaria meus dias a enchê-los da minha imagem, para que viesse a sua condição de mulher apenas da minha condição de homem” (Mãe 2007: 22); “[...] deus quis que eu fosse este homem e tu a minha mulher, como tal está nas minhas mãos completar tudo o que no teu feitio está incompleto [...]” (Mãe 2007: 43). Duas ideias aqui se destacam: a de que a condição feminina não pode senão provir da masculina – qual Eva nascendo de uma costela de Adão – e a de que o homem tem o dever de moldar a mulher, com o propósito de a resgatar de uma sua incompletude. Neste contexto, ser mulher é deixar que a sua “essência” seja definida por existência alheia. Como recorda Paulo Alexandre Pereira, a narração desta obra valteriana concretiza-se na voz exclusiva de baltazar, a qual, relatando os eventos na primeira pessoa do singular, impede que o discurso adquira nuances de perspectiva. A diegese é proeminentemente masculina e individual, assim se prenunciando o silenciar físico e psíquico que baltazar acabará por induzir a ermesinda³.

¹ “La tradition judéo-chrétienne repose sur cette distinction essentielle, hommes et femmes séparés dans les fonctions et les rôles [...]. [...] C’est une conception du monde qui repose sur la distinction, dans tous les sens du terme” (Zemmour 2009 : 24-25).

² Nos romances anteriores a *O filho de mil homens*, Valter Hugo Mãe optou pelo uso de minúsculas: nos títulos dos livros, nos nomes dos personagens, no início das frases. Mantivemo-las no nosso texto por forma a respeitar a inaugural expressão estilística do autor.

³ “Privada de uma voz que seja sua [...], ermesinda existe apenas *na e pela* voz de baltazar. Num exercício de ventriloquismo patriarcal, o relato androcêntrico de baltazar

Em *O filho de mil homens*, a subordinação do feminino ao masculino assume feições de sofrimento: “As raparigas tinham uma ferida que nunca curariam. Estaria para sempre exposta, e por ela sofreriam eternamente. Os homens haveriam de investir sobre essa ferida de modo cruel para que nunca pudesse sarar. A Isaura não sabia ainda que era para que sofresse que calhara ser mulher” (Mãe 2018: 59). Há qualquer coisa de fatídico nestas afirmações; como se o destino muliebre estivesse fadado para a desgraça. E esse tormento está relacionado com a incursão do masculino no feminino. É quando os homens exercem a sua crueza sobre as mulheres que estas podem ficar expostas à angústia. De novo nos deparamos com um forte vínculo entre a feminilidade e os desígnios que a masculinidade sobre ela pode operar: esta última pode aplicar à primeira difíceis caminhos emocionais, os quais acabam por particularizar o “ser mulher” – “ser mulher” esse que apenas parece concretizar-se num “ter homem”: “Sobretudo o não ter homem era o que fazia com que pensassem que a vida da anã era só brincar e sofrer com as dores. [...] Entre si, as vizinhas comentavam que triste seria a vida sem o amor, e o amor naquele povo não era romântico, era só o ter um homem [...]” (Mãe 2018: 38-39). A temática da (in)completude aqui renasce: a anã, personagem tida por inacabada aos olhos de hipócritas vizinhas, é representação coletiva da mulher sem homem, ou seja, da mulher inconclusa cuja vida é de fazer de conta. Se a mulher quiser ser de verdade, se quiser levar uma existência a sério, terá de a partilhar com um homem – e isto independentemente do amor que por ele possa nutrir. Esta ideia de que cada qual só encontra a totalidade num outro – e nunca em si mesmo – está por demais presente no imaginário coletivo, ao ponto de se refletir em expressões correntes como “cara-metade” ou “alma gémea”. Tendo-se desde cedo por parciais, homens e mulheres procuram compensar uma parte ausente de si, na presença – nem sempre amada – de um outro.

Concentremo-nos na representação do masculino – outrossim, a seu jeito, originadora de desumanidades¹. Éric Zemmour aponta como indicadores de masculinidade “[...] la force, la violence, la guerre, la mort, la virilité” (Zemmour 2009: 120), sustentando que estas propensões contrastam com as atitudes feminis de brandura, abertura ao diálogo,

esvazia ontologicamente a figura de ermesinda, privando-a de agência e atribuindo-lhe um papel de mera ancilaridade derivativa em relação ao seu homem, sem o qual ela se tornaria irrepresentável” (Pereira 2016: 133).

¹ “Il y a beaucoup d’hommes qui sont, comme la femme, confinés dans le domaine de l’intermédiaire, du moyen inessentiel, [...] aliénés dans des valeurs toutes faites” [...] (Beauvoir 2014b: 511).

tolerância e prudência¹. Uma vez mais se confrontam valores distintivos dos dois géneros, enaltecendo-se o inconciliável. Tudo é concebido como extremo que, em expressão desmedida, anula a possibilidade de comunicar com o seu oposto. No que concerne à pulsão de morte, defendida por Zemmour como confirmação privilegiada de virilidade², aquela é, de facto, presentível em alguns personagens masculinos de Mãe. Em *Homens imprudentemente poéticos*, o oleiro Saburo está amiúde de sabre em punho (serão casuais as parecenças fonéticas entre “sabre” e “Saburo?”), personificando um ideal guerreiro de vingança e força bruta, ansiando a morte do vizinho Itaro³. Por sua vez, o Einar de *A Desumanização* deixa-se traspassar por pretensões mortíferas ao descobrir que a tia de Halldora e o Steindór mataram o seu pai⁴. Destaque-se, todavia, que a guerra – luta que reage a um apelo de morte, própria ou alheia – não é, em Valter Hugo Mãe, domínio específico do género masculino, apresentando-se, a título de exemplo, como batalha prolongando-se no íntimo da mãe de Halldora: “A minha mãe, por seu lado, perdera o modo de se apaziguar. Rejeitava cada coisa. Era rigorosa, não desculpava ninguém e não se desculpava. Estava em guerra. Não sabia nada, na verdade, punha as mãos às cegas no mundo. Como se estivesse viva num mundo morto” (Mãe 2013: 41). Incontáveis são as guerras que não se travam em campos de batalha. Os dilemas interiores com que cada qual se debate são, em boa verdade, sem género, assomando tanto a homens quanto a mulheres em determinados momentos das suas existências. Mediante o seu génio artístico, Valter Hugo Mãe resgata os vocábulos dos limites semânticos e circunstanciais em que foram cerceados, conferindo-lhes novas conjunturas e possibilitando uma reconsideração das categorias cognitivas com que se

¹ “Des hommes avec ou sans majuscule au temps d’une société patriarcale. Et puis, dans un second temps, on suggère la supériorité évidente des « valeurs » féminines, la douceur sur la force, le dialogue sur l’autorité, la paix sur la guerre, l’écoute sur l’ordre, la tolérance sur la violence, la précaution sur le risque” (Zemmour 2009: 10).

² “Cette génération veut abandonner la pulsion de mort qui est le propre de la virilité depuis des millénaires” (Zemmour 2019: 86).

³ “Certa tarde, quando Itaro saiu a buscar canas [...], viu como o vizinho se ajoelhava de sabre vertical. Era como o fazia tanto, quase acarinhando a lâmina, a ter-lhe uma fantasia ou uma amizade. Muito se contava que se aconselhava com o sabre. Ficava a ter com ele conversas mudas para decisões terríveis. E Itaro, igualmente nervoso, agarrou uma pedra e lhe atirou” (Mãe 2017: 188).

⁴ “O que queres fazer. Matar muito o Steindór. Cortá-lo. Atirá-lo ao centro bem mirado da boca de deus para que caia sem regresso, sem eco. Para que não responda do outro lado da morte. Quero desfazer-lhe o corpo e, de tão triturado, triturar-lhe a alma” (Mãe 2013: 221).

apre(e)nde o mundo¹. E se a guerra cessa em Mãe de ser atividade de cariz puramente masculino, por seu lado o amor tem tendência para abandonar o seu semblante exclusivamente feminino, despontando na fala de personagens como Itaro ou o silva: “Falaria de amor. Diria: o que se opõe ao amor se afeiçoa à morte” (Mãe 2017: 209); “[...] venho falar-lhe do amor, preciso de lhe falar do amor, da minha mulher, de como fiquei sozinho e me quero ir embora” (Mãe 2019: 62-63).

Beauvoir declara que “[l]’amour a été assigné à la femme comme sa suprême vocation [...]” (Beauvoir 2014b: 574). Não obstante, Valter Hugo Mãe contesta essa exclusiva vocação ao pontuar os discursos de alguns personagens com a palavra “amor”, inclusive – e, porventura, sobretudo – daqueles que se deixam visitar por uma pulsão de morte. Protagonistas que, por vezes, sucumbem a violências interiores são também os que, em epifânicos instantes, se entregam à aventura amorosa, exibindo um heroísmo não já afeiçoado à morte², mas desta feita ao cuidado do outro³. Novas formas de coragem assim se precisam, e o homem que em si transporta um instinto mortífero é o mesmo que é capaz das mais elevadas formas de amor⁴.

Ainda no que respeita à dependência entre gêneros, não se pense que apenas a mulher se define no seu aproximar ao homem. Este último deve, de igual maneira, posicionar-se numa relação com o seu oposto, a fim de honrar dados imperativos sociais. Tal o demonstra a intervenção da mãe de Antonino: “Já estás com corpo todo para casar. Estás atrasado. Tens de casar, Antonino, há tantas moças. Escolher uma moça, fazer-te filhos e mais nada. A vida depois é isso, dizia ela. [...] Via-se crescido de todo e, crescido, poderia ser como outro homem qualquer” (Mãe 2018: 133). Atardemo-nos na expressão “como outro homem qualquer”, a qual remete

¹ “Talvez nós próprios não tivéssemos nome e andássemos iludidos com aquele que usávamos. Talvez nós próprios fôssemos outra coisa que não aquilo que nos habituáramos a pensar ser” (Mãe 2013: 53).

² “Autrefois, la Révolution, c’était donner la mort aux ennemis de classe sans hésiter. Aujourd’hui, c’est un geste d’amour. La vie plutôt que la mort” (Zemmour 2009: 36).

³ “o amor é para heróis. [...] o homem pareceu-me assustadoramente lúcido, ao contrário de estúpido, como têm os loucos, por vezes, as mais concretas e proveitosas visões” (Mãe 2019: 32).

⁴ O oleiro Saburo, obcecado com a morte de Itaro e amiúde acompanhado do seu sabre, “[...] habituara-se a ser de ternura. Considerava que a natureza haveria de premiar os que usavam a sua própria semente para melhorar o mundo” (Mãe 2017: 92). E nas palavras de Matsu: “No mais genuíno amor todas as pessoas se envergonham. A cega dizia. Porque um sentimento tão profundo transcende a valentia” (Mãe 2017: 177).

para o consentimento de certo paradigma comportamental. Pretende-se que a singularidade de Antonino – a qual, para desgosto de sua mãe, não se enquadra nos padrões da masculinidade – se encaixe num protótipo coletivo comumente aceite¹. Por outros termos: quer-se que a individualidade se faça generalidade. Assaz curioso não deixa de ser o facto de Simone de Beauvoir afirmar que as mulheres são assombradas pela generalidade imposta pelo ideal feminino, que contraria a experiência singular que tiveram durante a infância². Ora, semelhante vivência de unicidade assinala a puerícia de Antonino: “[n]esse tempo, o Antonino podia crescer para ser tudo. [...] Era uma criança, todo ele livre num tempo de ser livre e de não pensar em nada” (Mãe 2018: 153). A consciência da diferença – da pertença a um género específico, que tanto completa o outro quanto a ele se opõe – não é inata, mas sim assimilada pela experiência. E a sensação de se ser único – fruída pela criança enquanto liberdade de pensamento – vem associada à inexistência de barreiras cognitivas passíveis de imporem condutas específicas. Aquilo que Simone de Beauvoir identifica como problema mulheril é, em Valter Hugo Mãe, uma odisséia humana, atormentando rapazes e raparigas no seu devir singular, que a determinada altura se inclina perante obrigações comunitárias. E se a mulher beauvoiriana sofre com a impossibilidade de se realizar em atividades transcendentais³, o homem valteriano padece de uma não manifestação da sua sensibilidade:

O Antonino explicou-lhe que não queria ser mulher e que gostava de mulheres e lhes prestava atenção. Disse que admirava a liberdade que tinham para a expressão da sensibilidade, achava que era como uma permissão para ter a alma à solta, autorizada a manifestar-se pela beleza ou pelo espanto de cada coisa. Estava autorizada à sensibilidade que fazia da vida uma travessia mais intensa (Mãe 2018: 166).

¹ “O Antonino resolveu casar. [...] Que importava o abano e o florido, se fosse de papel e missa casado com uma mulher, cumprindo a masculinidade mais exigida pela sociedade” (Mãe 2018: 138).

² “Mais ce dont elles souffrent le plus, c’est d’être englouties dans la généralité : une épouse, une mère, une ménagère, une femme parmi des millions d’autres ; enfant, chacune a au contraire vécu sa condition d’une manière singulière [...]” (Beauvoir 2014b: 524).

³ “On voit que l’ensemble du « caractère » de la femme : ses convictions, ses valeurs, sa sagesse, sa morale, ses goûts, ses conduites, s’expliquent par sa situation. Le fait que sa transcendance lui est refusée lui interdit normalement l’accès aux plus hautes attitudes humaines : héroïsme, révolte, détachement, invention, création ; mais chez les mâles mêmes elles ne sont pas si communes” (Beauvoir 2014b: 511).

Tanto Beauvoir quanto Mãe trazem para a cena linguística os dramas intrínsecos de quem se deixou enquadrar por modelos demasiado genéricos, ao ponto de matar o próprio engenho ontológico. A sensibilidade não é campo privilegiado da mulher por um qualquer ditame biológico, desenvolvendo-se de modo favorecido nela por ação de mecanismos sociais. Desta forma se chega a uma das grandes conclusões de *Le deuxième sexe* – que Beauvoir aplica à condição feminina e que Mãe alarga à condição humana¹: “On ne naît pas femme : on le devient. Aucun destin biologique, psychique, économique ne définit la figure que revêt au sein de la société la femelle humaine ; c’est l’ensemble de la civilisation qui élabore ce produit [...]” (Beauvoir 2014b: 13). Contextualizem-se as precedentes asserções. Simone de Beauvoir não alega que todas as diferenças entre homens e mulheres decorrem de um puro constructo social, e que o caminho para a liberdade é o da supressão de qualquer distinção. Há propensões biológicas que os singularizam; a questão é que essas não devem ser tidas por inexoráveis condições de um destino. Isto significa que dados atributos físicos não podem ser vistos, nem como primazias de um gênero sobre o outro, nem como inevitáveis indícios de certo lugar no mundo. São, por consequência, os ideais feminino e masculino – e, por extensão, todas as expectativas que a eles se aferram – que edificam um devir sociocultural. Ora, a resolução de Mãe é a de resgatar personagens de quadros genéricos em que circunstâncias e/ou pessoas os colocam, trazendo para primeiro plano a unicidade de cada ser humano, ocultada numa dimensão não imediatamente visível. Assim no-lo confirma Carlos Nogueira:

A poética deste autor representa a realidade mas não se fixa apenas no que ela tem de visível; revela-a e transfigura-a, detendo-se mais na interioridade das personagens do que em cenários, e com isso esta poética aumenta as possibilidades de sentido do mundo. O eu de cada poema, o narrador, participante ou não participante, as personagens (sobretudo as mais privilegiadas pelos discursos

¹ “Neste texto-manifesto, o autor sublinha bem a ideia de que se nasce “homem” ou “mulher”, por “uma convenção da biologia” (Mãe, 2014: 4), e logo a sociedade aparece a querer “catalogar definitivamente” (Mãe, 2014: 4). Daqui se infere o que tem sido sublinhado por estudiosos como Judith Butler, que, no livro *Gender Trouble* (1990), afirma que o gênero não é natural nem inato, mas sim uma construção social que serve determinados objetivos e instituições. Entenda-se: nasce-se com características físicas e biológicas ditas masculinas ou femininas, mas o gênero é o efeito performativo de atos que, repetindo-se continua e rigidamente, produzem a aparência de uma substância, de uma maneira natural de ser (Butler, 1990: 33). Em vez de serem a expressão de uma identidade (gênero) natural, os gestos e os atos apreendidos e repetidos criam a ilusão de um núcleo (gênero) estável” (Nogueira 2020: 211).

direto e indireto e pela focalização interna), o cronista e o dramaturgo põem-nos em contacto com mundos que conhecemos (a religião, a solidão, o amor, a violência...); mas estas entidades também nos oferecem perspectivas de outros universos menos visíveis, de pensamentos, emoções, sentimentos, aspirações e comportamentos ocultos, recalcados, incompreensíveis ou não assumidos pelo enunciador perante si próprio ou perante os outros (Nogueira 2016: 16-17).

Graças à força da palavra poética, Mãe expõe a interioridade dos seus personagens, fazendo com que essa crie uma espécie de tensão com o meio em que vivem, desta tensão emergindo um questionamento sobre a adequação de determinados imperativos sociais. Mais: Valter Hugo Mãe sugere, pela letra, que disposições tidas por femininas ou masculinas podem, em domínio poético, percorrer qualquer biologia. Assim se justifica que o homem valteriano, corporeamente incapacitado para ter filhos, possa ser portador de vida, graças a uma sensibilidade que reconhece como sua.

No que concerne à maternidade feminina, Simone de Beauvoir descreve-a nos seguintes termos:

En un sens le mystère de l'incarnation se répète en chaque femme ; tout enfant qui naît est un dieu qui se fait homme : il ne saurait se réaliser comme conscience et liberté s'il ne venait pas au monde ; la mère se prête à ce mystère, mais elle ne le commande pas ; la suprême vérité de cet être qui se façonne dans son ventre qui lui échappe (Beauvoir 2014b: 347).

A mulher participa de um mistério sem, por esse motivo, o dirigir. A futura mãe empresta a própria matéria somática para desenvolvimento de um seu fruto, mas este cedo se transforma em livre consciência, emancipada da interioridade corpórea em que é gerado. Assiste-se, portanto, a uma independência ontológica que se forma numa relação de dependência corporal; no fundo, é em âmbito físico que prospera o metafísico. Equivale isto a dizer que a mulher congrega em si a identidade – expressa na fusão quase total entre o feto e a mãe – e a alteridade – uma singularidade que, no seio do mesmo, se faz outro¹. Ora, a maternidade é, não raras vezes, retratada nos livros de Mãe como tarefa maior, incumbência de considerável responsabilidade: “[s]er mulher, explicavam, era como ter o trabalho todo do que respeita à humanidade” (Mãe 2013: 26). Ressalte-se que a não

¹ No discurso de Halldora, o progressivo amadurecimento de um filho é equiparado ao fazer poético, na sua fala anunciando-se uma estreita analogia, omnipresente na poética de Valter Hugo Mãe, entre a maternidade e a criatividade: “Porque me nascia alguém lentamente. Como se me tornasse alguém lentamente. Um poema a começar” (Mãe 2013: 94).

participação direta numa gestação de cunho biológico é, por vezes, causadora de algum desconsolo em personagens valterianos: “O Crisóstomo pensava que o corpo dos homens estava condenado a uma tristeza maior, como se fosse o corpo fraco da humanidade, o corpo menor. O corpo triste. [...] Sonhava que haviam de ser perfeitas as mulheres por serem escolhidas para a maternidade, a construírem pessoas dentro de si” (Mãe 2018: 248).

Se, no início deste artigo, se viu de que modo valores masculinos podem assumir-se como exemplares, lançando alteridade sobre comportamentos femininos, agora se observa que dadas características da mulher podem aparecer como privilégios aos olhos de outros. Apesar de tudo, ainda que as mulheres tenham possibilidade de produzir humanidade dentro do próprio corpo, ocupando na (pro)criação um lugar cimeiro, Mãe não cessa de se munir de uma outra corporalidade – a da linguagem literária – com o intuito de originar uma espécie humana renovada: aquela que, pelas veredas do sentimento, em arte se transmuda. Muito curiosamente, Beauvoir alude a uma *grossesse d’homme*: prazerosa gravidez na qual a generante não se absorve na singularidade que elabora¹. Trata-se de um processo de criação durante o qual o criador concebe uma unicidade que o transcende sem, por isso, o aniquilar. Eis, pois, a especificidade do fazer artístico enquanto “jubilosa gravidez”: começando numa só individualidade, esse fazer dá luz a um pedaço de arte que acabará por se tornar *une parcelle du monde*². E é nesse sentido que o trabalho artístico de Valter Hugo Mãe se torna uma maternidade geradora de humanidade: por evidenciar, no úbere corpo da letra, as emoções que inserem cada indivíduo, não numa categoria genérica apriorística, mas sim nesse vasto horizonte de possíveis que é o género *humano* na sua multiplicidade³. Ao escrever, o autor não se limita a partilhar a própria experiência, tendo capacidade para espelhar, mediante o seu estar-no-mundo, mistérios de extensão humana. Na fértil inspiração da letra, o autor concebe uma alteridade, qual progenitora fazendo nascer da matéria-prima do seu corpo uma outra identidade que com ela não se confunde –

¹ “Cette grossesse heureuse, Colette nous dit qu’un de ses amis la nomma une « grossesse d’homme ». Et elle apparaît en effet comme le type de ces femmes qui supportent vaillamment leur état parce qu’elles ne s’absorbent pas en lui” (Beauvoir 2014b: 354).

² Beauvoir declara que a criança, assim que nasce, “[...] n’est plus un morceau indistinct de leur moi [le moi des mères] mais une parcelle du monde ; il ne hante plus sourdement le corps, mais on peut le voir, le toucher [...]” (Beauvoir 2014b: 365).

³ “Or, les individus qui nous paraissent exemplaires, ceux qu’on décore du nom de génies, ce sont ceux qui ont prétendu jouer dans leur existence singulière le sort de l’humanité toute entière” (Beauvoir 2014b: 629).

embora dela floresça. Como disse Beauvoir: “Quand enfin il sera possible à tout être humain de placer son orgueil par-delà la différenciation sexuelle, dans la difficile gloire de sa libre existence, alors seulement la femme pourra confondre son histoire, ses problèmes, ses doutes, ses espoirs, avec ceux de l’humanité” (Beauvoir 2014b: 629).

Adaptando as palavras de Beauvoir à estética de Mãe: quando determinadas experiências sensoriais e emotivas deixarem de estar associadas a um género, podendo ser saboreadas de modo transversal, então homens e mulheres poderão participar livremente nessa grande aventura humana que é uma vida profundamente sentida¹.

Ainda em *Le deuxième sexe*, Beauvoir fala de uma disposição feminina para a arte:

La situation de la femme la dispose à chercher un salut dans la littérature et dans l’art. Vivant en marge du monde masculin, elle ne le saisit pas sous sa figure universelle, mais à travers une vision singulière ; il est pour elle non un ensemble d’ustensiles et de concepts, mais une source de sensations et d’émotions ; elle s’intéresse aux qualités des choses en ce qu’elles ont de gratuit et de secret [...] (Beauvoir 2014b: 617).

O mesmo pode ser dito sobre alguns personagens masculinos de Mãe: vivendo apartados de uma maternidade biológica, aqueles consagram-se – à imagem do próprio autor – a uma maternidade de natureza artística. Assim se explica que aldegundes se dedique à pintura e o silva à poesia². E se, como se viu anteriormente, o mistério vem associado à *alteridade* e à *maternidade* femininas, vezes há em que homens valterianos, como Saburo, se confiam ao sigilo de encoberta realidade: “[e]stava apaixonado por sua própria arte. Dizia assim. Mas talvez fosse sobretudo porque a arte lhe contava de algo velado até então” (Mãe 2017: 184); “[p]or alguma estranha razão pressentia que um leque, um qualquer leque, lhe haveria de explicar o sentido inteiro da vida” (Mãe 2017: 192). O vocábulo “sentido” admite uma interessante polissemia:

¹ “A Isaura, que mudara o mundo com o seu entusiasmo disse que não concordava. Disse que o Antonino era o melhor ser humano de todos porque chorava e se magoava com as coisas e disse que era essencial aprender a prestar-lhe atenção” (Mãe 2018: 227).

² “Não poderia ter compreendido o que dava ao aldegundes, mas vi. deu-lhe arte a cabeça sozinha, capaz de pintar sobre madeiras as mais reais aparições” (Mãe 2007: 76); “ó colega silva, um dom desses é uma obrigação, faz de si um cidadão obrigado a um contributo muito especial. é do que precisamos. precisamos que cada um exerça aquilo para que a natureza o dotou e que favoreça o colectivo” (Mãe 2019: 205-206). Parece, afinal, que a natureza dota para a arte, e não para o género.

este pode ser tanto um “significado” quanto um “caminho”; uma significação que se vai detalhando. Ora, esta ideia de se ir urdindo, retraçando, a relação sentimental mantida com as coisas do mundo é o que está na base da poética de Mãe¹. A palavra valteriana tem a força do inaudito, indagando por esses espaços do discurso em que o sentimento não se aquietou em categorias pré-determinadas. Valter Hugo Mãe é o autor que desfralda a bandeira da emoção e a hasteia à altura do humano².

Conclusão

Fomos testemunhando, ao longo deste artigo, de que modo certos ideais condicionam os sujeitos que aos mesmos se aglutinam. Pudemos, de igual maneira, perceber que esses ideais têm tendência para se apresentar como oposições, instaurando uma ideia – própria e alheia – de incompletude. Ora, o eventual sofrimento que um indivíduo pode sentir em relação ao género que é suposto encarnar deve-se ao facto de esse género ser por demais abstrato, impedindo a livre expressão de uma singular concretude. Eis, então, que Valter Hugo Mãe, à semelhança de Simone de Beauvoir, apela à transversalidade, redimindo homens e mulheres de uma existência antinómica e permitindo-lhes serem permeados por tendências que se julgavam de outrem.

Tencionámos, outrossim, evidenciar com este trabalho o facto de a linguagem de Valter Hugo Mãe corporizar uma série de violências (mais ou menos subtis) perpetradas contra homens e mulheres no seu estar e no seu ser no mundo. Esperamos, assim, ter contribuído para o estudo da questão do género, não apenas de um ponto de vista teórico e literário, mas sobretudo mediante uma abordagem *transversal*, tendo concomitantemente em conta as batalhas por que podem passar tanto determinados homens quanto determinadas mulheres, e sublinhando a dificuldade *humana* que assola, ainda que de maneiras diferentes, a ambos os géneros. Em jeito de conclusão, atrevemo-nos a sugerir que, mais do que corpos biologicamente

¹ “Dizemos palavras para sentir que as coisas aparecem pela primeira vez” (Mãe 2013: 98).

² “Pensou que a ideia de Isaura de verem a casa como um palácio era de uma beleza humana que se impunha sobre a matéria [...]. Se assim fossem todas as ideias, seriam todas as pessoas como príncipes e reis e viveriam agigantados pelas emoções. As emoções dão tamanhos. Porque, se intensificadas, passam as pessoas nos caminhos mais estreitos como se alassem de plumas e perfumes e pasmassem com elas até as pedras do chão” (Mãe 2018: 235).

distintos, o masculino e o feminino são propensões psíquicas que não podem senão entrelaçar-se – delineando, nesse seu jogo amoroso, a singularidade de cada ser; para que homens e mulheres não sejam inacabadas metades de um todo ideal, mas por fim completudes que, ao unirem-se, se tornem “o dobro”¹.

Referências bibliográficas

- Beauvoir, Simone de. 2014a. *Le deuxième sexe I*. Paris: Gallimard.
 ----- 2014b. *Le deuxième sexe II*. Paris: Gallimard.
- Castro, Maria Leonor Pereira Oliveira. 2016. “Valter Hugo Mãe: a intransigência na esperança pelo trilho dos afetos”. In: Carlos Nogueira (org), *Nenhuma palavra é exata. Estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe*. Lisboa: Porto Editora: 191-204.
- Handman, Marie-Élisabeth. 2014. “CHAPITRE II. L’anthropologie sociale du genre”. In: Laufer, Laurie; Rochefort, Florence (org). *Qu’est-ce que le genre ?*. Paris: Petite Bibliothèque Payot: 33-47.
- Laufer, Laurie; Rochefort, Florence (org). 2014. “Avant-propos. Qu’est-ce que le genre ? Pour lutter contre les stéréotypes, les discriminations, les inégalités”. In: *Qu’est-ce que le genre ?*. Paris: Petite Bibliothèque Payot: 7-12.
- Lispector, Clarice. 2013. *A Paixão segundo G.H.*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Mãe, Valter Hugo. 2013. *A Desumanização*. Lisboa: Porto Editora.
 ----- 2019. *a máquina de fazer espanhóis*. Lisboa: Porto Editora.
 ----- 2017. *Homens imprudentemente poéticos*. Lisboa: Porto Editora.
 ----- 2018. *O filho de mil homens*. Lisboa: Porto Editora.
 ----- 2007. *o remorso de baltazar serapião*. Lisboa: QuidNovi.
- Navarre, Maud; Ubbiali, Georges (org). 2017. “Introduction. L’essor des études de genre en France”. In: *Étudier le genre. Enjeux contemporains*. Dijon: Éditions universitaires, collection Sociétés: 7-19.
- Nogueira, Carlos. 2016. “Introdução”. In Carlos Nogueira (org), *Nenhuma palavra é exata. Estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe*. Lisboa: Porto Editora: 11-21.
- Nogueira, Carlos. 2020. “Homossexualidade, homoerotismo e género em *O Filho de Mil Homens*, de Valter Hugo Mãe”. In: *Iberoromania*, 2020 (92). Berlin: 201-2014.
- Pereira, Paulo. 2016. *O Coração das Trevas: o medievalismo sujo de o remorso de baltazar serapião*. In Carlos Nogueira (org), *Nenhuma palavra é exata. Estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe*. Lisboa: Porto Editora: 127-140.
- Sartre, Jean-Paul. 1996. *L’existentialisme est un humanisme*. Paris: Gallimard.

¹ “Subitamente, o rapaz disse que o pai precisava de encontrar uma mulher. O Crisóstomo ficou surpreso, não lhe ocorria preocupar-se mais com essas coisas, estava feliz. Mas o rapaz insistiu. Ia crescer e namorar, talvez casasse, e ao pai ficaria a faltar-lhe algo. O Crisóstomo respondeu que não lhe faltava nada, estava inteiro. E o rapaz pequeno disse-lhe que então ele devia passar a ser o dobro. Ser o dobro, disse” (Mãe 2018: 30).

Sousa, Marina. 2019. “Valter Hugo Mãe: ‘Gosto de pensar que a poesia é a lei que me ordena’” (entrevista). *Bertrand Livres*. Internet. Disponível em: <https://www.bertrand.pt/blogue-somos-livros/livrolicos/artigo/valter-hugo-mae-gosto-de-pensar-que-a-poesia-e-a-lei-que-me-ordena-/159776> (consultado em 11 de março de 2024).

Teotônio, R. (2016). “O narrador e a ‘moral da história’: aspectos da narrativa oral em *O Filho de Mil Homens*”. In Carlos Nogueira (org), *Nenhuma palavra é exata. Estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe*. Lisboa: Porto Editora: 219-227.

Vidal, Catherine. 2014. “CHAPITRE IV. La soi-disant « théorie du genre » à l’épreuve des neurosciences”. In: Laufer, Laurie; Rochefort, Florence (org). *Qu’est-ce que le genre ?*. Paris: Petite Bibliothèque Payot: 69-82.

Zemmour, Éric. 2009. *Le premier sexe*. Paris: Éditions J’ai Lu.

EXPERIÊNCIAS URBANAS: UM OLHAR EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO, NO CENÁRIO DA CULTURA PÓS-MODERNA

Cláudio Donizett Silva (UTAD)

ABSTRACT

This article presents an analysis of the successful experiences and challenges encountered in adapting cultural projects and community initiatives aimed at including vulnerable identities within the context of postmodern culture, focusing on communities in Brazil. The objective is to understand, over the past 10 years, the main challenges and achievements of these initiatives that promote inclusion and address social vulnerability. To this end, a contextual review was conducted, which includes discussions on classic studies in the areas of cultural development, along with the analysis of selected scientific studies as the object of investigation. It was found that cultural projects and community initiatives not only foster engagement and citizenship through access to art, education, and technology, but also facilitate the integration between universities and communities through interdisciplinary activities. The primary challenge identified relates to the lack of financial investment for the continuity of these actions, as many projects face resource constraints that limit their duration and impact.

Keywords: Cultural Projects; Community initiatives; Postmodern culture; vulnerable identities.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das experiências exitosas e dos desafios enfrentados na adaptação de projetos culturais e iniciativas comunitárias voltadas para a inclusão de identidades vulneráveis no contexto da cultura pós-moderna, com foco em comunidades no Brasil. O objetivo é compreender, ao longo dos últimos 10 anos, quais são os principais desafios e os êxitos dessas iniciativas que promovem a inclusão e o combate à vulnerabilidade social. Para isso, realizou-se uma revisão contextual que inclui discussões sobre estudos clássicos nas áreas de desenvolvimento cultural, além da análise de estudos científicos selecionados como objeto de investigação. Constatou-se que projetos culturais e iniciativas comunitárias não apenas promovem o envolvimento e a cidadania por meio do acesso à arte, educação e tecnologia, mas também possibilitam a integração entre universidades e comunidades em atividades interdisciplinares. O principal desafio identificado está relacionado à falta de investimentos financeiros

para a continuidade dessas ações, dado que muitos projetos enfrentam restrições de recursos que limitam sua duração e impacto.

Palavras-chave: Projetos Culturais; Iniciativas comunitárias; Cultura pós-moderna; identidades vulneráveis.

Recebido em 15 de agosto de 2024.

Aceite em 22 de novembro de 2024.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.541

Introdução

No presente artigo, aborda-se a análise de projetos de intervenção cultural e iniciativas comunitárias que visam promover a inclusão social de identidades vulneráveis em comunidades brasileiras, inseridas no contexto da cultura pós-moderna. Para efeito deste estudo, o termo “projetos de intervenção” refere-se a ações culturais planejadas e executadas com o objetivo de gerar impacto positivo em comunidades específicas, buscando atenuar situações de vulnerabilidade social e fomentar a cidadania. Esses projetos culturais, por sua vez, englobam atividades variadas, como programas de arte-educação, oficinas de capacitação e eventos culturais, que visam a ampliar o acesso à cultura e fortalecer identidades locais. Além disso, “iniciativas comunitárias” são entendidas como esforços originados ou conduzidos em colaboração com as próprias comunidades, muitas vezes com o apoio de universidades e outras instituições, que promovem a autonomia e o protagonismo dos moradores nas atividades culturais. Dessa forma, o artigo busca investigar como esses projetos e iniciativas se desenvolvem, identificando os desafios e as conquistas no contexto das transformações culturais da pós-modernidade.

Este estudo foca nas comunidades carentes brasileiras, que representam as camadas sociais mais vulneráveis e expostas aos primeiros impactos das mudanças políticas, econômicas e socioculturais no país. Nesse contexto, analisa-se as experiências bem-sucedidas e os desafios enfrentados na adaptação de projetos culturais voltados para a inclusão de identidades vulneráveis, no cenário da cultura pós-moderna. O objetivo é investigar os desafios e êxitos desses projetos e iniciativas de integração, destacando a importância da cultura como um meio essencial para o desenvolvimento social e o fortalecimento da identidade cultural brasileira. Liv Sovik, por exemplo, em seu artigo, “Os projetos culturais e seu significado social” (2014), afirma que esses projetos culturais, de arte-educação ou socioeducativos, cujos públicos-alvo são a juventude pobre e negra, vêm ocupando cada vez mais espaço na mídia e no imaginário social (Sovik 2014: 172), principalmente, segundo o autor, por pregarem a paz social.

Há que se ressaltar que a cultura nacional no Brasil é discrepante e não homogênea, devido, por exemplo, à extensão geográfica do país e a particularidades históricas, como a miscigenação de povos indígenas, europeus e africanos. Além disso, verifica-se que a pós-modernidade promove ainda

mais transformações na cultura e na identidade do povo, uma vez que possibilita maior mobilidade social e hibridismo a partir do contato com outras culturas. A população nas comunidades carentes demonstra obstáculos aos gestores públicos e a instituições privadas que estão se adaptando a novos contextos e aderindo à novas modalidades de projetos, o que desencadeia aspectos positivos, desenvolvendo possibilidades para novas investigações.

O que deveria ser compreendido pelos gestores sociais, pois, normalmente uma pessoa que vive inclusa e com baixa qualidade de vida a sua produção cultural, tanto em benefício seu, como de outrem, se torna em desgaste social, ou seja, a sua resiliência a novos aprendizados e a seu desenvolvimento produtivo intelectual e físico. Nesse cenário, entende-se que uma revisão sobre projetos culturais e iniciativas de desenvolvimento, na contemporaneidade, pode sintetizar e mapear os principais desafios e êxitos ligados a sustentabilidade socioeconômica do sujeito vulnerável as novas demandas da sociedade no Brasil. Para a revisão da narrativa, foram selecionados e analisados estudos científicos apontados como os mais relevantes para investigação. As revisões, segundo Edna Terezinha Rother, no artigo intitulado a “Revisão sistemática X revisão narrativa” (2007), “são uma forma de pesquisa que utilizam de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado objetivo” (Rother 2007: 01).

Na seção a seguir, Identidade cultural híbrida: um olhar para a realidade brasileira, são discutidas obras clássicas, que fundamentam as discussões desta proposta, especificamente, sobre a identidade cultural na pós-modernidade e a realidade brasileira. Na sequência, na seção de análises, apresentam-se discussões sobre as investigações selecionadas que abarcam, especificamente, projetos culturais e iniciativas comunitárias no atual contexto cultural e social brasileiro, sendo seguida pelas considerações finais e as referências deste homologado em estudo.

Identidade híbrida: um olhar para a cultura brasileira

A identidade cultural de um determinado povo pode ser considerada como um constructo de diversos aspectos, na maioria das vezes, abstratos e intangíveis, uma vez que são sociais, culturais, históricos e ideológicos. A partir da literatura científica consultada, compreende-se que a identidade cultural é, principalmente, uma construção histórica, mas também é, ao mesmo tempo, um produto contemporâneo, uma vez que está sujeita a mo-

dificações e, nesse último aspecto, verifica-se que a pós-modernidade, estudada por Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), tem relevância nas transformações dessa identidade, na contemporaneidade.

Em relação à construção histórica, destacam-se fatores como a construção a partir de uma ou mais etnias (no caso do Brasil, ressaltam-se os povos indígenas, europeus, principalmente portugueses, e povos do continente africano), o histórico de organização política de um determinado espaço geográfico, com direitos e deveres aos que habitam no território, a língua (ou línguas) que podem gerar identificação em um determinado povo, como a língua portuguesa e as línguas indígenas, a memória coletiva das gerações anteriores (os brasileiros, compartilham, por exemplo, passado com aspectos dos quais se orgulham e outros que compreendem como negativos), o orgulho diante de personalidades da cultura (literatura, artes visuais, música, esportes etc.), de monumentos (como o Cristo Redentor) e de riquezas naturais (como a Amazônia), e estereótipos que nos diferenciam de outras culturas, como o apreço por futebol e carnaval.

Em relação ao cenário da pós-modernidade, Hall afirma que as identidades culturais são híbridas e relativistas, pois os povos recebem cada vez mais influências externas, como gastronômicas, culturais, econômicas e ideológicas. Já em relação aos projetos Culturais e às iniciativas comunitárias que promovem inclusão, foram amplamente constatados em objetos de estudos, devido à relevância da cultura. Nesse contexto, esta proposta trará contribuições, especificamente, na sintetização e mapeamento dos principais desafios e êxitos ligados aos projetos Culturais e às iniciativas comunitárias. Stuart Hall, afirma que:

A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma (Hall 2006: 17).

Assim, verifica-se que o conceito de identidade é complexo, uma vez que as identidades nacionais são constituídas de forma heterogênea e não unificadas. Para o autor, a identidade é uma concepção sociológica tanto interior, ou seja, à medida que os indivíduos internalizam valores culturais comuns; quanto no exterior, pois sutura os sujeitos à estrutura social, deixando-a mais unificada e previsível (Hall 2006: 12). Além disso, para o autor,

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall 2006: 59).

Pensando, especificamente, na realidade brasileira, consultou-se o artigo “Futebol, cultura e cidade” (1996), de Ronaldo Helal. Segundo o autor, a identidade cultural é associada à integração de um país, a partir de elementos que promovam sentido à sociedade em um único *ethos* (Helal 1996: 1-3). Diante dessas constatações iniciais, compreende-se que a identidade cultural é, principalmente, uma construção histórica, mas também é, ao mesmo tempo, um produto do cotidiano contemporâneo, uma vez que está sujeita a modificações.

Sobre esse aspecto, deve-se ressaltar que a assimilação dessas diferentes culturas em uma única foi um processo que envolveu violência em relações de poderes assimétricas, sendo que os portugueses eram detentores do poder, indígenas eram vistos como humanos sem cultura e africanos eram desumanizados e escravizados. Vejam-se três passagens da obra de *Comunicação e cultura brasileira* (2003), de Virgílio Noya Pinto, que demonstram essas relações durante o Brasil colônia:

1: Meio século depois, europeus e indígenas se hostilizavam violentamente. No entanto, o espaço, ainda que somente a orla marítima, já se demonstrava continental, agressivo e selvagem (Pinto 2003: 09).

2: Exigir de um índio que trabalhasse a terra, plantasse e colhesse era agredi-lo violentamente em seus *ethos* cultural. Eles não se submeteram e as lutas destruíram vários núcleos coloniais (Pinto 2003: 10).

3: Bem diferente do primeiro contato entre os portugueses e índios, foi aquele entre portugueses e negros no Brasil. O índio era gente – assim o havia proclamado o papa –, enquanto o negro era mercadoria passível de ser medida e avaliada, animal de trabalho. Para o português (já acostumado à escravidão africana, herdada dos árabes), além das qualidades físicas, o que valorizava aquela mercadoria era ser boçal ou latino – latino era o escravo que aprendera o português e já fora batizado (Pinto 2003: 14).

Nesse contexto, destaca-se que a construção da identidade perpassa o histórico de organização política de um determinado espaço geográfico, com direitos e deveres aos que habitam no território. Na sequência de fatos, a lín-

gua e/ou línguas, que podem gerar identificação em um determinado povo, como a língua portuguesa e as línguas indígenas. Em relevância, a memória coletiva das gerações anteriores (os brasileiros, compartilham, por exemplo, passado com aspectos dos quais se orgulham e outros que compreendem como negativos).

O orgulho em relação a personalidades da cultura (literatura, artes visuais, música, esportes etc.), a monumentos (como o Cristo Redentor) e a riquezas naturais (como a Amazônia) faz parte da construção da identidade cultural brasileira. A identidade cultural é um conjunto de valores, práticas e símbolos que refletem a história e a diversidade do país, conectando os indivíduos a uma experiência compartilhada. No entanto, esse conjunto é frequentemente simplificado em estereótipos — representações generalizadas e, por vezes, limitadoras — que diferenciam o Brasil de outras culturas. Esses estereótipos, por serem associados simbolicamente ao imaginário popular, tendem a naturalizar e reduzir aspectos complexos da identidade cultural, vinculando-os automaticamente a convenções sociais e ideológicas, o que nem sempre reflete a diversidade e a profundidade da cultura brasileira.

Há que se ressaltar que os aspectos elencados acima não são os únicos responsáveis pela construção da identidade nacional, há diversos outros, sendo que alguns são mais influentes em uma determinada época do que outros. Pode-se citar, por exemplo, a influência do catolicismo, principalmente a partir da ação de padres jesuítas durante o período colonial, que criaram a Língua Geral e uma cultura comum misturando aspectos europeus e indígenas.

Em relação à defesa de que a identidade cultural pode ser também um produto do cotidiano, pode-se citar a investigação de Marcela Martins de Lima em *Tarsila do Amaral-Retrato da identidade brasileira* (2007), em obras de arte produzidas pela artista Tarsila do Amaral nas décadas de 1920 a 1930 pelo movimento modernista, como: *Abaporu*, *Operários* e *Segunda Classe* (Lima 2007: 9).

As obras, assim como diversos outros produtos culturais da época, que foi designada como Modernismo, como o livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade, tiveram o objetivo de construir uma identidade nacional para Brasil, visão esta que ganhou força na Semana de Arte Moderna (1922), em que intelectuais constataram a necessidade de ressaltar a brasilidade, principalmente, a partir da miscigenação entre europeus, indígenas e africanos (Pinto 2003: 50-66).

Em *Abaporu*, por exemplo, nota-se que a autora ressalta a antropofa-

gia e o misticismo do homem com a terra, como um rompimento ao modelo europeu. Já a obra *Operários e Segunda Classe* evidencia que o desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiro é resultado do trabalho advindo da variedade étnica brasileira, o que também refuta o pensamento anterior de valorização dos europeus em relação aos demais povos (Lima 2007: 50-54).

Apesar de o país completar, um século do início do movimento modernista, fazendo com que o movimento seja considerado também um argumento para a defesa de que a identidade cultural se desenvolve gradual e historicamente, os exemplos citados acima demonstram como a identidade cultural também pode ser um produto construído em um determinado tempo, a partir de uma intencionalidade, e que movimentos similares a este podem voltar a modificar o paradigma atual. E, no paradigma atual, o que se destaca é o contexto de globalização e pós-modernidade que,

quando mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (Hall 2006: 75).

Considerando esses aspectos, verifica-se que a identidade cultural brasileira, na contemporaneidade, é híbrida e relativista, uma vez que seus sujeitos interagem com diferentes identidades culturais e incorporam novos aspectos. Assim, segundo Hall, à medida que a humanidade fica mais interdependente, direciona-se “ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural” (Hall 2006: 74).

Com essa fundamentação teórica, pôde-se contextualizar o impacto dos projetos culturais e das iniciativas comunitárias no fortalecimento da identidade cultural brasileira em comunidades vulneráveis. Partindo da ideia de Stuart Hall sobre a construção híbrida e dinâmica das identidades culturais, especialmente no cenário pós-moderno, é possível entender esses projetos como ferramentas de construção e fortalecimento da identidade, bem como de inclusão social e cidadania. Na segunda parte deste artigo, são

analisados estudos sobre projetos culturais implementados no Brasil, evidenciando como essas iniciativas refletem e aplicam conceitos teóricos de identidade em ações práticas. Desse modo, a análise prática desses projetos se conecta à teoria ao ilustrar como as intervenções culturais, além de responderem às necessidades locais, também se alinham às transformações identitárias e às dinâmicas de pertencimento que caracterizam a cultura pós-moderna.

Desafios e experiências exitosas no cenário da cultura brasileira pós-moderna

A análise dos projetos culturais e das iniciativas comunitárias no Brasil revela um fenômeno complexo e multifacetado, que reflete dinâmicas socio-culturais, econômicas e tecnológicas da contemporaneidade. Esses projetos, inseridos no contexto da cultura pós-moderna, têm ganhado destaque nas discussões sobre políticas culturais e planejamento urbano, tornando-se fundamentais para o desenvolvimento das cidades. Esta seção realiza uma análise crítica dos projetos que promovem a construção e a preservação da memória e identidade cultural brasileira, especialmente em comunidades vulneráveis.

Para essa análise, foram selecionados estudos científicos que representam práticas significativas em diferentes regiões do país. Entre eles estão: “Bibliotecário mediador de leitura e de práticas culturais em comunidades vulneráveis” de Maria Mary Ferreira (2014), que explora o impacto de bibliotecas comunitárias e a formação de leitores em áreas carentes; o artigo “Projetos de extensão universitária: um compromisso da universidade com a inclusão social” (2019) de Carlos Jaelso Albanese Chaves, Eloisa Paula de Oliveira, Patricia Romagnani, Candida Propheta Urbano, que examina o papel das universidades em projetos culturais para inclusão social; e o estudo “Impacto social de telecentro próximo à biblioteca comunitária sob a ótica do beneficiário: o caso Chico Mendes” (2014) de Helena de Almeida Pereira Marques e Patrícia Mallmann Souto Pereira, que investiga a percepção dos beneficiários em relação aos projetos culturais em Porto Alegre. Além disso, destaca-se o estudo “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos” (2021) de Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes e Raphaela Leticia Rozendo Pinto, que aborda a importância dos centros culturais em comunidades vulneráveis como pontos de integração social e desenvolvimento educacional. O livro *Políticas culturais no Brasil* (2007), organizado por Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho, fornece uma perspectiva histórica das políticas culturais e ressalta os desafios

enfrentados ao longo do tempo, como a falta de continuidade e recursos. Ademais, o estudo “ Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia” (2022) de Camila Irigone Ramos, Paola de Oliveira Camargo, Michele Mandagará de Oliveira, Luciane Marques Raupp e Gabriela Botelho Pereira, sobre a Cracolândia em São Paulo, explora a relevância de políticas intersectoriais em áreas de alta vulnerabilidade. Esses estudos fornecem um panorama diversificado sobre os desafios e êxitos enfrentados por projetos culturais no Brasil contemporâneo, servindo como base para a discussão sobre o papel da cultura na inclusão social.

A obra de Rubim e Barbalho examinou a trajetória das políticas culturais brasileiras com uma perspectiva crítica, enfatizando as contradições e limitações que essas políticas enfrentam, desde as primeiras iniciativas culturais e a criação do Ministério da Cultura até as políticas mais recentes, revelando uma estrutura frequentemente instável, marcada por descontinuidade e fragmentação. Os autores ressaltam que, no Brasil, a cultura tem sido, historicamente, uma área negligenciada pelo Estado e sujeita a intensas flutuações conforme mudanças políticas. O livro critica a dependência de leis de incentivo, que acabam transferindo a autonomia cultural para as mãos do mercado, limitando o acesso equitativo à produção cultural. Esse modelo é particularmente desfavorável para as iniciativas culturais em contextos de vulnerabilidade, que dependem de financiamento público para se manterem, pois os recursos tendem a se concentrar em áreas de maior retorno financeiro para o patrocinador. Tal dependência não só subverte o papel do Estado como agente regulador e promotor da cultura, mas também distancia a política cultural das reais necessidades da população brasileira, especialmente nas regiões menos favorecidas.

Além disso, Rubim e Barbalho apontam que a centralização dos recursos culturais nos grandes centros urbanos acentua as desigualdades regionais, dificultando a consolidação de uma política cultural verdadeiramente inclusiva e representativa. As análises dos autores sublinham a urgência de uma política cultural descentralizada e participativa que valorize a diversidade cultural e atenda às demandas das periferias e áreas rurais, onde as necessidades culturais são frequentemente relegadas a segundo plano. A crítica à fragmentação e à falta de continuidade das políticas culturais destaca a dificuldade de sustentar iniciativas comunitárias e culturais em longo prazo, sugerindo que uma reestruturação das políticas públicas é essencial para que esses projetos possam cumprir seu papel de transformação social.

Além das análises críticas sobre as políticas culturais e os desafios de

descentralização no Brasil, observa-se também, na prática, como a falta de investimentos públicos afeta diretamente o alcance de iniciativas culturais em comunidades vulneráveis. Um exemplo relevante é o trabalho de Ferreira, que explora o impacto de bibliotecas comunitárias na formação de leitores em áreas carentes, evidenciando a escassez de recursos direcionados à cultura e educação. No contexto do Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ferreira descreve como, durante três anos, o projeto cultural “Informação e Cidadania” buscou fomentar a identidade e o senso de pertencimento entre crianças e jovens do bairro Sá Viana, em São Luís. Essa parceria com a Casa Brasil visou articular ações de leitura, pesquisa escolar e cidadania, oferecendo à comunidade um espaço que transcendesse o mero acesso ao livro, tornando-se um ponto de apoio educacional e cultural essencial:

Foi com essa perspectiva que o Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia da UFMA (PET) desenvolveu, durante três anos, uma parceria com a Casa Brasil no bairro do Sá Viana com o projeto de extensão “informação e Cidadania: leitura e práticas de pesquisa na construção de sujeitos”, objetivando articular ações integradas no campo da leitura, pesquisa escolar e informação cidadã, e contribuir para o fortalecimento da identidade de crianças e jovens daquele bairro (Ferreira 2014: 132).

Entre os principais êxitos do projeto, ressalta-se a criação de uma biblioteca comunitária Antônio Vieira, além de “ações culturais com a perspectiva de diminuir os processos de exclusão de acesso à informação e à leitura em comunidades vulneráveis” (Ferreira 2014: 130). Assim, o projeto não só ofereceu acesso à cultura à comunidade, a informação social no convívio escolar produzindo a inclusão e associação com o conhecimento, mas também oportunizou que estudantes, pesquisadores e professores da UFMA contribuíssem para a integração entre a Universidade e a comunidade.

Há que se ressaltar que, por tratar-se de um projeto desenvolvido em uma comunidade carente, foi desenvolvido com apoio da Casa Brasil, que é uma iniciativa do Governo Federal que visa romper a reprodução da pobreza. Assim, um dos principais desafios para o desenvolvimento do projeto cultural em questão refere-se às condições precárias da localidade atendida, ainda,

Os resultados do diagnóstico apontaram que a maioria dos cidadãos da comunidade do Sá Viana não tem acesso a uma unidade de informação

na própria localidade. Observou-se também que a falta do hábito de ler é ocasionada principalmente pela ausência de espaços de leitura naquela localidade. Observou-se ainda que a comunidade enfrentava diversos problemas, como falta de saneamento básico, falta de escolas públicas de educação infantil, ausência de postos de saúde e segurança e falta de mercados ou feiras – fatos que incidem sobre a qualidade de vida dos moradores do bairro (Ferreira 2014: 138).

Se, por um lado, no estudo de Ferreira, demonstrou-se, principalmente os benefícios dos projetos culturais para a comunidade, no estudo de Chaves *et al.*, há discussões que evidenciam os êxitos dos projetos de extensão universitária para a inclusão de identidades vulneráveis e, principalmente, para as universidades que estão alcançando êxito em níveis de apresentar uma interdisciplinaridade entre os participantes e sua relação com a vulnerabilidade, que demonstrou sua capacidade de interação com os programas apresentados na pesquisa e de combater as complexidades sociais, promovendo a extensão universitária como um combate a algo que tanto atinge o estudante não dando continuidade ao seu trabalho ou investigação. Para Chaves *et al.*,

A Extensão universitária é o processo educativo e científico que tem a competência de produzir conhecimento capaz de transformar a sociedade. Tal conhecimento é instrumentalizador e integrado ao social (Serrano 2013). Para Deslandes e Arantes (2017: 179), a extensão universitária “é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social (2019: 2).

Entre os principais êxitos relatados na investigação, ressalta-se que os projetos desenvolvidos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul atingem diversas áreas, uma vez que promove a interdisciplinaridade aos acadêmicos. De acordo com o estudo, na comunidade, a universidade oportunizou desenvolvimento econômico, social e profissional ao ser incubadora de cooperativas. O principal desafio elencado pela pesquisa é garantir a continuidade dessas cooperativas, para além da etapa de incubação, pois faltam investimentos financeiros da iniciativa pública e privada nesses projetos:

Transferindo de forma acessível saberes que promovem as comunidades para sua emancipação socioeconômica, no que tange a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária (associativismo e cooperativismo), torna-se fundamental um trabalho que ultrapasse o campo da informação e realmente

solidifique-se na formação. Portanto, para ir além das informações iniciais, é necessário o trabalho de acompanhamento formativo, uma vez que o foco são comunidades vulneráveis (social e economicamente), que precisam de um aparato mais estruturante para que a atividade seja exitosa (Chaves *et al.* 2019: 15).

Outra pesquisa relevante é o estudo de Marques e Pereira, que fornece uma nova perspectiva sobre os projetos culturais e as iniciativas comunitárias, uma vez que, diferentemente dos estudos anteriores, que apresentam constatações e análises sob a ótica acadêmica, realiza entrevistas com pessoas de uma comunidade beneficiada por projetos em Porto Alegre, o que viabiliza um olhar sobre os beneficiados. Marques e Pereira constataram que os participantes dos projetos relatados na investigação percebem que: «valorizados e privilegiados por terem os ambientes tão próximos na comunidade. Conclui que o beneficiário percebe o telecentro e a biblioteca Chico Mendes como espaço de integração, socialização e inclusão social. Sugere ações a serem realizadas como o fim de integrar telecentros e bibliotecas comunitárias» (Marques e Pereira 2014: 146).

Por meio do telecentro e da biblioteca Chico Mendes, beneficiários tiveram acesso não só a livros, mas também a computadores com *internet*, além de assistência de uma equipe do projeto. Verifica-se que a vulnerabilidade social, por exemplo, em relatos de participantes que não sabiam como realizar procedimentos digitais básicos, como o envio de e-mails, e depois do projeto passaram a utilizá-lo para o trabalho e para a busca de informações: «Nessa passagem da entrevista, mais uma vez fica perceptível a autovalorização pela utilização de e-mail. Salientou também a importância do uso de computador e internet para inserção no mercado de trabalho: “[...] aquele que não tiver conhecimento da informática, da tecnologia, tá fora do mercado, né» (Marques e Pereira 2014: 157).

Observa-se que a maioria dos entrevistados relatou maiores benefícios relacionados ao telecentro, pois fornece contribuições práticas e necessárias, por exemplo, ao trabalho, sendo um consenso dos entrevistados que “tudo está na internet” (Marques e Pereira 2014: 160). Marques e Pereira não relataram desafios na realização dos projetos.

Já no artigo desenvolvido por Alcântara (2019), debate-se que “iniciativas comunitárias nos centros urbanos expressam seus valores sociais e culturais por meio de processos museológicos” (Alcântara 2019: 170), sendo que são verificadas, especialmente, iniciativas que ocorrem em espaços periféricos. Sobre os museus, Alcântara observou que:

O museu passou a atuar junto a determinados grupos sociais, inspirando a formação de outros tipos de representação do fenômeno, como os museus comunitários. Frente a essas transformações, grupos sociais excluídos de qualquer coisa que coloque em ordem o urbano passaram a desempenhar processos museológicos acreditando no poder dos museus de propiciar mudanças sociais, culturais e políticas de suas realidades. Assim, organizam-se politicamente em torno de suas memórias e de seus patrimônios a fim de provocar e estimular mudanças nas estruturas opressoras sob as quais são colocados dentro de suas cidades. Nessa pesquisa são chamados de Pontos de Memória (Alcântara 2019: 197-198).

Observa-se que o acesso à cultura por meio dos museus nas periferias, denominados Pontos de Memória, oferecem à comunidade o desenvolvimento da criticidade sobre a realidade em que estão inseridos. O principal desafio verificado, assim como em outros projetos culturais e iniciativas comunitárias discutidos neste artigo, é a falta de investimentos financeiros para o desenvolvimento de novos espaços e a manutenção dos já em funcionamento.

A análise de Ramos *et al.* (2022) complementa a discussão sobre as políticas culturais e sociais ao abordar o impacto das intervenções públicas em contextos de alta vulnerabilidade, como a Cracolândia em São Paulo. Este estudo etnográfico revela as dificuldades enfrentadas por uma população em situação de extrema marginalização e exposta ao uso de substâncias, traçando um quadro das políticas públicas implementadas e de como elas falham em responder à complexidade das demandas desse território.

Os autores argumentam que, embora a Cracolândia tenha uma presença constante do Estado por meio da segurança pública e ações higienistas, as intervenções são insuficientes, focando mais na repressão do que em estratégias de apoio e acolhimento. Isso perpetua o estigma social e intensifica a exclusão das pessoas que vivem nessa realidade. O estudo critica a falta de uma abordagem intersetorial que considere moradia, saúde e reinserção social como elementos integrados e necessários para o real cuidado dessas pessoas. Segundo Ramos *et al.*, a ineficácia das políticas públicas neste território destaca a urgência de estratégias que rompam com práticas autoritárias e implementem políticas efetivamente inclusivas.

Esse estudo reforça a relevância de políticas que não apenas visem a redução de danos, mas também promovam a autonomia e o empoderamento dos sujeitos envolvidos, valorizando seus vínculos afetivos e redes de solidariedade internas. As conclusões de Ramos *et al.* sublinham que as políticas

públicas voltadas para populações vulneráveis, assim como os projetos culturais em contextos de vulnerabilidade discutidos anteriormente, precisam ser planejadas para superar barreiras estruturais e fornecer um suporte mais humano e contínuo. Essa reflexão reforça o propósito deste artigo ao evidenciar que, para que os projetos culturais em áreas de vulnerabilidade cumpram seu papel transformador, eles devem estar apoiados por políticas públicas intersetoriais e sustentáveis. Assim como as iniciativas culturais buscam fortalecer a identidade e promover a inclusão social, é essencial que as políticas que as sustentam também considerem a complexidade dos contextos em que essas populações vivem, oferecendo não apenas acesso à cultura, mas também a condições básicas de segurança, saúde e desenvolvimento pessoal. A abordagem intersetorial apontada por Ramos et al. exemplifica o caminho necessário para que essas intervenções culturais possam ter um impacto mais duradouro e efetivo nas comunidades vulneráveis.

Já o estudo “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos” (2021) de Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes e Raphaela Leticia Rozendo Pinto examina o papel dos centros culturais como elementos essenciais para a coesão social, o desenvolvimento educacional e o fortalecimento dos laços afetivos nas comunidades vulneráveis. O artigo, com foco no Conjunto Habitacional João Domingos Netto, em Presidente Prudente (SP), destaca a carência de espaços de lazer e cultura nessa área e propõe a criação de um centro cultural com o objetivo de integrar os moradores, fomentar o senso de pertencimento e contribuir para a construção de uma identidade coletiva.

A análise de Fernandes e Pinto é especialmente relevante ao apontar que a arquitetura e o planejamento dos centros culturais desempenham um papel crítico para seu sucesso como espaços de articulação comunitária. Os autores enfatizam que esses centros não devem ser apenas locais de eventos culturais, mas sim ambientes multifuncionais que englobem atividades educativas, artísticas e de lazer, criando oportunidades para que os residentes desenvolvam habilidades e ampliem sua participação social. Essa proposta ressalta a importância de diretrizes arquitetônicas que promovam a acessibilidade, a interação e o conforto dos usuários, sugerindo que o projeto físico do espaço cultural é determinante para seu impacto social e educativo.

O artigo também aborda um desafio central: a precariedade dos investimentos em infraestrutura cultural nas periferias brasileiras. Os autores defendem que a implantação de centros culturais em áreas marginalizadas não apenas atende a uma demanda por acesso à cultura, mas também atua

como uma resposta às desigualdades sociais, oferecendo aos moradores um espaço seguro e inclusivo para a prática de atividades diversas. No entanto, sem apoio financeiro contínuo, a efetividade e a sustentabilidade de tais projetos são comprometidas, destacando a necessidade de políticas públicas que assegurem recursos e apoio institucional para iniciativas culturais em contextos de vulnerabilidade. O estudo de Fernandes e Pinto evidencia que, para além do impacto imediato, esses espaços têm o potencial de criar um legado duradouro de cidadania, inclusão e valorização cultural nas comunidades que atendem.

Ao examinar os projetos culturais em comunidades brasileiras e suas implicações na construção e fortalecimento da identidade cultural, apresentou-se, acima, uma visão descritiva sobre práticas e iniciativas de impacto social. No entanto, ao se propor a oferecer “um olhar” para essas intervenções no contexto da cultura pós-moderna, é necessário ir além da descrição e problematizar como esses projetos se entrelaçam com as complexidades da pós-modernidade e como operam em um cenário onde as identidades são continuamente híbridas, fragmentadas e fluidas. A questão essencial que emerge é: de que maneira esses projetos culturais conseguem não apenas suprir carências locais, mas também dialogar com as dinâmicas da cultura pós-moderna, onde as identidades e os valores culturais estão constantemente em transformação?

A cultura pós-moderna se caracteriza pela pluralidade e pela desterritorialização das identidades. Nesse contexto, os projetos culturais em áreas de vulnerabilidade precisam lidar com a fragmentação cultural e o consumo simbólico, elementos presentes na vida cotidiana das comunidades. Essas iniciativas, ao se integrarem nas comunidades, têm o potencial de gerar espaços de resistência e afirmação cultural, permitindo que a população marginalizada encontre uma forma de sustentar e reconfigurar suas identidades em meio a um cenário globalizado. Esse processo é complexo, pois implica não só na preservação das tradições culturais, mas também na adaptação das práticas culturais às demandas contemporâneas.

Para problematizar a questão do “olhar” no cenário pós-moderno, é importante refletir sobre como esses projetos de intervenção cultural resistem à lógica de consumo que marca a cultura globalizada. A cultura pós-moderna frequentemente promove identidades flexíveis e adaptáveis, incentivando uma interação constante com símbolos e narrativas globais. Os projetos culturais descritos neste artigo podem, em muitos casos, contrapor essa tendência ao reforçar identidades locais e criar espaços onde o pertencimento é

incentivado e cultivado. Por exemplo, ao promover práticas culturais específicas de uma região, esses projetos combatem a homogeneização cultural e oferecem às comunidades uma alternativa de engajamento e valorização da cultura local em meio à pressão do consumismo e da padronização cultural.

Outro ponto relevante é que esses projetos atuam como uma plataforma para que os indivíduos e grupos sociais ressignifiquem sua própria realidade, apropriando-se dos recursos culturais como ferramentas de empoderamento e transformação social. Em uma sociedade que valoriza a diversidade e a interconexão entre diferentes culturas, as iniciativas culturais em comunidades vulneráveis se tornam fundamentais para promover o reconhecimento e a visibilidade dessas identidades locais. A cultura pós-moderna, com sua ênfase no pluralismo e na hibridização, exige que esses projetos sejam capazes de dialogar com diversas influências externas, ao mesmo tempo em que incentivam o fortalecimento de identidades locais. Portanto, as iniciativas culturais em áreas de vulnerabilidade se tornam espaços de convergência onde elementos tradicionais e modernos podem coexistir e se potencializar.

Ademais, ao problematizar a questão da “cultura pós-moderna” no contexto dos projetos culturais, é possível compreender que a eficácia dessas iniciativas vai além da simples inclusão social. Elas se tornam instrumentos de revalorização da cultura, que respondem às necessidades da comunidade ao promover a reflexão sobre os próprios valores, mitos e tradições em um contexto que os redefine constantemente.

Considerações Finais

Por meio do desenvolvimento deste artigo, cumpriu-se com o objetivo de investigar as experiências exitosas e os desafios relacionados à adaptação de projetos de inclusão de identidades vulneráveis, no contexto cultural pós-moderno, com foco nas comunidades carentes brasileiras. Através desses estudos científicos analisados, observou-se que os projetos culturais e as iniciativas sociais promovem o desenvolvimento da autoestima e a capacitação social não só por meio do acesso à cultura, à educação e à tecnologia, mas também garante o exercício da cidadania aos seus beneficiários, como possibilidades de integração ao mercado de trabalho.

Entre os artigos de maior relevância sobre o tema, três relatam projetos idealizados e desenvolvidos por Universidades, com apoio da iniciativa público-privada, e um relata projetos desenvolvidos por uma Prefeitura Municipal, porém, também com ações da Universidade.

Nesse cenário, verifica-se a importância de as Universidades contribuírem para o desenvolvimento social, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Contudo, não se pode desconsiderar que as Universidades não possuem recursos para financiar o desenvolvimento e a manutenção de projetos como bibliotecas, museus e incubadoras de cooperativas, o que evidencia a necessidade de mais investimentos, para que os projetos não sejam encerrados e seus benefícios descontinuados por falta de recursos financeiros.

Referências bibliográficas

Alcântara, C. F. S. Moura. 2019. “Museus em periferias urbanas brasileiras”. In: *Horizontes Antropológicos*, 25. Porto Alegre: 53, 169-201.

Chaves, C. J. A., Oliveira, E. P., Romagnani, P. Ermano, C. P. 2019. “Projetos de extensão universitária: um compromisso da universidade com a inclusão social”. In: *Holos*, 35. Campo Grande: 2, 1-17.

Fernandes, F. D. C. M., Pinto, R. L. R. 2021. “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos”. In: *Colloquium Socialis*, Presidente Prudente: 5(3), 25-37.

Ferreira, M. Mary. 2014. “Bibliotecário mediador de leitura e de práticas culturais em comunidades vulneráveis”. In: *Em Questão*, 20. Porto Alegre: 2, 130-145.

Hall, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Helal, R. George. 1996. “Futebol, cultura e cidade”. In: *Logos: comunicação e universidade*, 3, Rio de Janeiro: 2, 1-3.

Lima, M. M. 2007. *Társila do Amaral – Retrato da identidade brasileira* (TCC). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Marques, H. A. P., Pereira, P. M. S. 2014. “Impacto social de telecentro próximo à biblioteca comunitária sob a ótica do beneficiário: o caso Chico Mendes”. In: *Em Questão*, 20. Rio de Janeiro: 2, 147-165.

Ramos, C. I., Camargo, P. O., Oliveira, M. M., Raupp, L. M., Pereira, G. B. 2022. “Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia”. In: *Saúde e Sociedade*, Pelotas: 31(1), 1-11.

Rother, E. Terezinha. 2007. “Revisão sistemática X revisão narrativa”. In: *Acta paul. Enferm*, 20. Porto Alegre: 2, 1-2.

Rubim, A. A. C., Barbalho, A. 2007. *Políticas culturais no Brasil*. EDUFBA.

Sovik, Liv. 2014. “Os projetos culturais e seu significado social”. In: *Galaxia*, 27. São Paulo: 172-182.

ALVÃO: UMA SERRA QUE É MAIS DO QUE RECURSOS NATURAIS

Carlos Andres Ortega García (Universidad del Valle)
Orquídea Maria Moreira Ribeiro (UTAD / CICANT / CEL)

ABSTRACT

This article aims to open a dialog about the dynamics of protection and conservation exposed in the Alvão Natural Park (PNAI), after almost 40 years of educational activities focused on generating environmental awareness and concern for the future of the human communities that inhabit the place, articulately exposing traditional cultural dynamics that are still active in the region, as well as the new proposals that motivate and adjust the way of inhabiting the territory.

The document was drawn up using the methodology of participant observation, an exercise carried out between 2023 and 2024 and complemented by a search for primary references in different information centres in Vila Real. The aim of recognizing this cultural past is to reinforce regional identity and stimulate an understanding of cultural change in the villages that make up the Park, thereby helping to generate alternatives that benefit the population.

Keywords: cultural practices; coexistence; vulnerability; habitation; migration.

RESUMO

Este artigo pretende abrir um diálogo sobre as dinâmicas de proteção e conservação expostas no Parque Natural do Alvão (PNAI), após quase 40 anos de atividades educativas focadas na geração de consciência ambiental e preocupação com o futuro das comunidades humanas que habitam o local, expondo articuladamente dinâmicas culturais tradicionais que ainda se encontram ativas na região, assim como as novas propostas que motivam e ajustam a forma de habitar o território.

A execução do documento seguiu a recolha de informação obtida através da metodologia de observação participante, exercício realizado entre 2023 e 2024, e complementada com uma pesquisa de referências primárias em diferentes centros de informação de Vila Real. O reconhecimento deste passado cultural tem como objetivo reforçar a identidade regional e estimular a compreensão da mudança cultural nas aldeias que compõem o Parque, permitindo de alguma forma, contribuir para a geração de alternativas que beneficiem a população.

Palavras-chave: práticas culturais; coexistência; vulnerabilidade; habitação; migração.

RESUMEN

Este artículo pretende abrir un diálogo sobre las dinámicas de protección y conservación expuestas en el Parque Natural do Alvão (PNAl), después de casi 40 años de actividades educativas centradas en generar conciencia ambiental y preocupación por el futuro de las comunidades humanas que habitan el lugar, articulando dinámicas culturales tradicionales que siguen activas en la región, así como nuevas propuestas que motivan y ajustan la forma de habitar el territorio.

El documento fue elaborado a partir de la metodología de la observación participante, ejercicio realizado entre 2023 y 2024, y complementado con la búsqueda de referencias

primarias en diferentes centros de información de Vila Real. El objetivo de reconocer este pasado cultural es reforzar la identidad regional y estimular la comprensión del cambio cultural en los pueblos que componen el Parque, contribuyendo así a generar alternativas que beneficien a la población.

Palabras Clave: prácticas culturales; coexistencia; vulnerabilidad; habitar; migración.

Recebido em 30 de dezembro de 2024.

Aceite em 10 de fevereiro de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.579

Introdução

Este artigo surge no decorrer da investigação para o desenvolvimento da tese de doutoramento *Transição e Adaptação de Práticas Culturais no Parque Natural do Alvão*¹ e se conjuga com a necessidade de caminhar pela serra, emoção aprendida junto do grupo de amigos liderado por António Caseiro Marques e Ramiro Fernandes, que são exemplo de força e constância para manter um ritmo de caminhadas há mais de três décadas, conhecendo os trilhos e atravessando a serra todos os domingos, sem falta. As caminhadas estão repletas de histórias, algumas nostálgicas, pois viveram em primeira mão as mudanças, crises e soluções que são formuladas em pormenor, expondo o que significa para Vila Real a proximidade da serra e tudo o que ela contém e significa. É esta presença que é necessária para continuar a usufruir da fauna e da flora autóctones e, nesse sentido, o Parque Natural do Alvão (PNAL) tem permitido pôr em marcha os projetos de proteção e conservação necessários para que as gerações futuras tenham acesso a estes recursos naturais, bem como fomentar uma relação necessária e equilibrada com as pessoas que vivem na serra ou que a veem como um local de exercício e lazer.

Identificados estes argumentos, o artigo estabelece um diálogo que circula entre a história e o presente, investigando fontes documentais primárias (atas de reuniões municipais, artigos de jornais locais e decretos-lei), recorrendo a análise de conteúdo quando possível, dado a limitada bibliografia existente (maioritariamente relatórios de estágio de licenciatura e dissertações de mestrado) sobre o Parque aqui em análise e através de uma metodologia de observação participante a identificação de tradições culturais, mudanças culturais, inconvenientes e abordagens que procuram garantir o referido equilíbrio.

A coexistência entre a natureza e a humanidade tem estado presente ao longo dos tempos, sendo necessário desenvolver a consciência do que é que esta relação implica e como este tipo de questionamento abre múltiplas opções de investigação contribui para o bem-estar de ambos.

A consulta dos documentos foi efetuada no Arquivo Municipal de Vila Real, nomeadamente através da consulta da série de Actas da Câmara Municipal, informação que dá conta das orientações administrativas que têm regido a atividade do Parque Natural do Alvão desde a sua fundação,

¹ Tese em Ciências da Cultura.

em junho de 1983. Acedeu-se também à Biblioteca Municipal de Vila Real e na sua hemeroteca foram consultados jornais regionais que têm dado cobertura a diferentes eventualidades desenvolvidas no Parque. A falta de diversidade de fontes bibliográficas foi verificada, tendo-se considerado os vários contributos de trabalhos de alunos em relatórios de licenciatura e dissertações de mestrado, especialmente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Assim, a análise documental foi orientada com o objetivo de identificar as práticas culturais valorizadas como tradicionais, assim como as novas alternativas que surgiram com a transformação do território. O exercício de observação participante centrou-se no acompanhamento do que constava das atas e dos artigos de imprensa. Esta informação regularizou muitos aspetos: arquitetura, construção de estradas, agricultura, caça, pesca, gestão do gado, até perturbações mais atuais como o uso de drones para observação e levantamentos, o uso da água e o turismo. Este trabalho tem como objetivo oferecer um reconhecimento dos aspetos que identificam o Parque, apontando as dificuldades de viver na serra e a responsabilidade que se tem para com o ambiente natural e social.

A metodologia se ajusta à preocupação de identificar no relato histórico, o que significa viver numa área protegida, entender como as pessoas encontram no lugar, uma opção que lhes permite crescer como pessoas, desenvolver os seus projetos pessoais e principalmente, manter o equilíbrio que regula a existência das espécies nativas.

Na identificação de um objetivo, propõe-se motivar o reconhecimento da transformação cultural no Parque, entendendo que este é constituído por diferentes aldeias, que cresceram de diferentes formas, com diferentes identidades e práticas culturais. Questões como a migração requerem especial atenção nesta discussão, até porque é nesta perspetiva que as dinâmicas de habitação têm sido por vezes exacerbadas.

1. A coexistência entre a natureza e as práticas culturais

Parte-se da reflexão de Milton Santos, em *Pensando o espaço do Homem* (1997), que considera a adaptabilidade da paisagem:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (Santos, 1997, p. 37).

Os laços afetivos existem entre as pessoas, os lugares e as paisagens tal como mencionado por Yi-Fu Tuan (1980) e a sua proposta de conceito de topofilia, ou a ideia de “lugares de memória” (Nora & Khoury 2012). Esta ideia é desenvolvida por Deus; Alves e Nogueira (2013) que ligam a relação da paisagem e lugar à construção da identidade cultural:

existência do homem, com as inúmeras ações entrelaçadas entre as grafias construídas da paisagem, vividas pela relação dos sentimentos e emoções em sua intensidade com o lugar, proporciona uma real comunicação de símbolos identificadores do ator com o seu espaço. A fusão da materialidade da paisagem retoma difusas simbologias para o homem na construção de seu universo, pela percepção de se sentir construtor do lugar, tornando a paisagem também um elemento material, fecundado pelas emoções vividas com gradientes de densidade, e configurando-se, assim uma formação subjetiva de experiências de vida. Essa relação de paisagem e lugar torna nítida a construção da identidade do homem com o meio, em um sentido de topofilia. (2013: 15).

Para Terry Eagleton (2000), cultura e natureza complementam-se, sendo que “A cultura não se limita a suplantar simplesmente a natureza; em vez disso, suplementa-a de uma forma simultaneamente necessária e supérflua” (2000: 128-129).

A partir da relação entre pessoas, lugares, paisagens e identidade cultural, definir paisagem permite refletir sobre a coexistência entre a natureza e as práticas culturais:

Desenvolvida por Tim Ingold [...] a noção de paisagem (*landscape*) é pensada a partir de inúmeros processos que se verificam na passagem do tempo, na forma de registros duradouros de vidas e da atividade de gerações de seres, incluídos aí seres humanos, animais e plantas, assim como ciclos geológicos e atmosféricos. Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. (Bailão 2016: s/p)

Abordando o conceito de paisagem, Bailão (2016) complementa a afirmação de Bailão (2016), acrescentando que para Ingold

cada paisagem é única, composta ao longo de sua história por texturas, contornos e elementos variados. Diferencia-se também de “natureza”, categoria que pressupõe uma realidade exterior aos seres que a compõem, e que se oporia à “cultura”, entendida como domínio das imaginações e representações. (Bailão 2016: s/p)

A antropologia da paisagem surge como uma área inter e transdisciplinar que tem como objetivo estudar as interações entre os seres humanos e os espaços que habitam, investigando como as paisagens (tanto físicas quanto simbólicas) são moldadas pelas práticas culturais e, por outro lado, como as paisagens influenciam as práticas sociais, culturais e a identidade dos indivíduos e comunidades (Hirsch e O’Hanlon 1995; Goodman 2007).

A vulnerabilidade dos recursos naturais é uma realidade em grande parte dos países, resultando na estruturação de um quadro legal de controlo da predação. Em Portugal, estão estabelecidos cuidados específicos sobre esta matéria, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 22 de 2006 pelo qual;

procede-se [...] à consolidação institucional do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente no âmbito orgânico da GNR, definindo-lhe as missões que decorrem também da atribuição do pessoal da carreira de guarda florestal oriundo da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, que, integrado no quadro de pessoal civil da Guarda, reforça a sua capacidade de vigilância e fiscalização do território nacional. (Diário da República n.º 24 2006: 785-786)

Este aumento das ações de fiscalização e de formação na área da proteção dos recursos naturais por parte dos militares responsáveis da Guarda Nacional Republicana (GNR) favorece as intenções de proteção do ambiente.

Em relação à história do Parque Natural do Alvão, o parque natural mais pequeno de Portugal, a luta pela proteção do meio ambiente é uma realidade constante. Maria José Quintela referiu a razão para o pedido de expulsão dos militares do trajeto da estrada que liga Lamas D’Olo a Borbela: “En este caso, ni la forma de actuar de los elementos del Ejército fue adecuada a la sensibilidad de la zona, ni hubo una actitud de remediación hacia las poblaciones afectadas, el paisaje o el uso del lugar con fines educativos” (1996: 7). Perceber que a sensibilização é um elemento requerido e necessário para a educação ecológica é uma prioridade.

A estrada em causa, a EN 313, era um projeto que estava em construção desde o final da década de 70; a Junta Autónoma de Estradas (JAE), dirigida por Humberto Cardoso de Carvalho, comunicou ao presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Armando Afonso Moreira, através de ofício, a construção do trecho da EN 313 entre Lamas D’Olo e Borbela (Caixa 4 - Lamas de Olo - datas extremas 1978-1993 - AIMVR).

A estrada era de grande importância para a comunidade, apresentando-se como uma opção direta para a melhoria económica regional, conforme

mencionada no jornal *A Voz de Trás-os-Montes*, sendo igualmente do domínio público que diferentes discussões ambientais tinham parado o projeto em outros momentos (Cardoso, 2010). Muitas queixas alimentaram o polémico litígio, como a do colunista Joaquim de Carvalho, que alegou danos pessoais, assegurando ter sido atropelado pelo diretor do Parque quando questionou a sua atuação contra a comunidade (Carvalho 2010).

A construção da EN 313 entre Lamas D'Olo e Borbela foi considerada uma via muito importante pela administração pública, desde logo pelo presidente da Câmara Municipal, Armando Afonso Moreira, que respondeu à referida comunicação, tendo como destinatário o presidente da JAE, garantindo que o projeto deveria ser executado nesse mesmo ano (1978), antecipando-se à construção da albufeira que iria abastecer o concelho, favorecendo assim o transporte de material (Caixa 4 - Lamas de Olo - datas extremas 1978-1993 - AIMVR).

Foi uma discussão contínua, que gerou múltiplas explicações de ambos os lados, em que se argumentavam, por um lado, os inconvenientes que a estrada causaria ao ecossistema, especialmente às fontes de água e, por outro, os benefícios que este projeto traria às aldeias e à sua projeção como comunidades.

A construção de estradas nacionais e municipais era considerada uma necessidade para favorecer a circulação entre as zonas rurais e urbanas, mas hoje já se refere a aproximação dos turistas às áreas de conservação, uma nova interação que se institui como uma alternativa económica para a região (Crespo 2015), precisamente porque as atividades económicas tradicionais estão a diminuir significativamente na região, abrindo a porta a outras opções para habitar e usufruir a Serra.

A preocupação em gerar uma consciência ambiental nos habitantes e estrangeiros motivou diferentes formas de propor uma aproximação ao Parque. Desta forma, foi organizada a realização de práticas tradicionais e práticas externas, atividades que foram reconhecidas como boas alternativas económicas como, por exemplo, campismo, ralis, pesca, competições de bicicleta, caminhadas, *trekking*, vinculados a atividades de reforestação, limpeza e campanhas de proteção da fauna e da flora.

O Parque Natural do Alvão (PNAl), é uma reserva criada pelo Decreto-Lei.º 237, de 8 de junho de 1983, (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 22 1983) que se localiza no norte de Portugal, no distrito de Vila Real, abrangendo parte do concelho de Vila Real e de Mondim de Basto¹. A

¹ Para mais informação sobre o Parque Natural do Alvão consultar em <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnalvao>.

alínea 6 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho apresenta uma definição para “Parques naturais. - São áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a proteção da paisagem e a promoção das populações rurais”. No Parque Natural aqui em análise, é importante perceber que as considerações normativas evocam uma preocupação constante com a natureza e com o ser humano que habita o contexto. A procura por construir um equilíbrio tem vindo a trabalhar no sentido de alcançar a coexistência entre a natureza e o homem, e esta preocupação em muitos casos, permite-nos compreender que o futuro implica assumir mudanças.

O PNAI engloba várias aldeias: um arranjo pensado como uma estratégia de conservação, e não sob a condição de isolamento natural. A ideia de colocar este Parque Natural ao serviço da comunidade permite compreendê-lo, valorizá-lo, protegê-lo e habitá-lo. Sublinha-se que “haverá que classificar os vários locais numa Área Protegida, pela sua maior ou menor sensibilidade, para que possam ser adequadas as visitas em tamanho e especificidade do grupo, assim como a periodicidade dessas visitas” (Quintela 1996: 5).

Diferentes documentos (jornais, projetos de investigação, relatórios, dissertações e artigos) indicam que a gestão do Parque tem promovido diferentes campanhas para proteger as dinâmicas culturais que fazem parte da sua história, bem como supervisionado o impacto que estas têm na conservação da fauna e da flora. Também tem estado atenta às mudanças na população, especialmente devido a dois fatores: a migração e o envelhecimento, que afetam a adaptação dos recursos económicos; finalmente, também avalia os projetos a realizar em benefício da comunidade e da região.

Alguns casos, pela sua complexidade, são de decisão delicada, como aconteceu com a construção da estrada dentro do Parque. O jornal *A Voz de Trás -os- Montes*, no dia 11 de fevereiro de 2010, publicou um artigo com o título: “Por causa de um quilómetro de estrada, há tantas povoações a serem prejudicadas”, (Cardoso 2010: 3) justificando-se com interesses comunitários e naturais distantes.

Figura 1. O “quilómetro do impasse” com solução ao fim de mais de 40 anos.



Fonte: Jornal *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real, 11 fevereiro de 2010.

O Parque localiza-se entre duas serras, a do Alvão e a do Marão, sendo que a vida na montanha existe dentro de uma abrangência extrema, com temperaturas muito baixas de inverno e altas de verão (Pereira, 1988), características que, somadas às limitações laborais, se tornam inconvenientes para a continuidade da habitação em algumas das aldeias que o compõem. Esta situação evidenciou fortes alterações na economia dos habitantes. A pecuária era a principal referência económica da região, mas, com a emigração em catadupa, as pessoas venderam o seu gado e instalaram-se de outra forma (Rebelo, 1999). Também o envelhecimento da população e a falta de mão de obra tiveram um impacto na diminuição da prática de criação de gado.

A pecuária, a agricultura, a apicultura, a exploração mineira e o artesanato articulam-se como as atividades tradicionais referidas e correspondem a características de cada aldeia. Estas práticas culturais transmontanas preservaram-se no tempo, com mudanças significativas e, por isso, é necessário fazer uma pesquisa histórica para se avaliar a realidade atual. Neste caso, o processo de investigação foi articulado através de uma

estrutura metodológica qualitativa, centrada em dois pontos: primeiro, uma investigação de fontes documentais primárias, começando pelas Atas da Câmara Municipal de Vila Real, as Atas do Conselho de Ministros (pertencentes à memória administrativa e política da região) e os jornais locais (informação que era popularizada na comunidade sem restrição de género ou posição sociocultural); em segundo lugar, pesquisa de outras fontes, como projetos de investigação, nos quais foram acompanhadas diferentes práticas culturais desenvolvidas no Parque (mais ativas nas décadas de 1980 e 1990).

Nos diferentes estudos identificados foram investigados pontos relacionados com os recursos naturais e antecedentes culturais presentes no Parque Natural e na Serra do Alvão, evidenciando o abandono de práticas culturais tradicionais, anulando ou modificando os ensinamentos que eram reconhecidos como identitários, tais como: a obtenção de farinha, a produção do linho, da cerâmica negra e a cria de gado. Estas alterações conduziram a uma nova utilização dos recursos naturais, bem como enfrentar questões socioculturais como a emigração.

À medida que os portugueses emigram, abre-se uma oportunidade para a chegada de migrantes estrangeiros, Portugal torna-se um destino apreciado por centenas de pessoas, que procuram iniciar um novo projeto de vida. Os padrões de (e)imigração estão ligados à crise socioeconómica. O cerne da discussão gira em torno da análise das tradições e da sua importância na estrutura histórica da comunidade.

A região transmontana identifica o vinho e o azeite como o seu principal suporte económico, embora o seu espetro de produção seja mais amplo: carnes, enchidos, legumes, frutas, mel, linho e materiais de construção, e cada uma destas alternativas corresponde a saberes ancestrais replicados ao longo dos anos (Almeida 2007).

A emigração portuguesa facilitou a entrada de mão de obra estrangeira para completar as necessidades do setor rural; “el número de extranjeros en Portugal ha estado creciendo de forma significativa” (Simões y Domínguez 2011: 236), uma situação que, no final do século XX, identificava as nacionalidades dos antigos territórios administrados por Portugal, com ênfase nos países africanos e Brasil) como os grupos de imigrantes maioritários no país (Lages *et al.*, 2006): “Neste contexto, a proximidade histórica, cultural e linguística permitiu que Portugal surgisse entre os países que, num primeiro momento (entre 1980 e 1990), exerceram maior atração por estes imigrantes” (Gaspar e Chatti 2022: 3). O fluxo migratório tem-se mantido constante apesar da crise que se iniciou na segunda metade da década de 2000.

As ofertas de emprego tornaram-se a primeira alternativa para a regularização dos cidadãos, apoiada pelo Decreto-Lei 244 de 8 de agosto de 1998, que autorizou a residência de imigrantes não legalizados (Baganha *et al.*, 2003). Portugal é sugerido em muitas plataformas como o país que oferece mais opções de legalização para os imigrantes.

A região transmontana apresenta aldeias com baixa densidade populacional, e com escassez de mão de obra para a realização de algumas atividades económicas, sobretudo no campo, situação que em algumas aldeias do PNAI é evidente, assim como é também comum a presença de residentes com segunda habitação, que habitam o local só no verão.

Estas segundas habitações são construídas com materiais diferentes dos tradicionais, e, por vezes, misturando estilos. O PNAI alberga uma grande diversidade de granito e xisto, flora e fauna, e a utilização da pedra na arquitetura regional determinou uma característica muito específica; tem sido tradição utilizar materiais oferecidos pela serra, pela comodidade de transporte ou pela dinâmica identitária que o material incorpora na cultura, como se pode ver na Figura 2.

Figura 2. Arquitetura tradicional, Ermelo, 23 maio do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

É evidente que a abertura do comércio possibilitou o acesso a novos materiais de construção, desencadeando alterações na dinâmica da construção tradicional, perdendo-se o saber popular que tal ofício implica (Guerra 1994). O contato com outras conceções arquitetónicas influenciou o despertar de propostas alheias às possibilidades construtivas conhecidas, como se pode observar em Lamas de Olo (Figura 3), Barreiro e Ermelo.

Figura 3. Nova arquitetura, Lamas de Olo, 5 abril do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

A transformação da paisagem arquitetónica é perceptível nas aldeias, embora ainda se possam observar casas tradicionais construídas em granito, como em Lamas de Olo ou no Barreiro, com telhados de colmo e/ou ardósia, como em Ermelo (Arribas 2001). Os habitantes construíram os telhados das suas casas com ardósia e as paredes com pedras porque a herança cultural assim o determinou (Pereira 2006), mas atualmente já não há casas cobertas a colmo.

A proteção da família, dos animais e dos cereais baseava-se nos blocos de granito da serra, com pormenores muito simples que serviam para construir as paredes, típicos de memórias de limitações, crises, isolamento ou condições naturais do terreno. Recorde-se que os solos da Serra do Alvão são pobres (Jorge 1996), o que indicia uma contenção na economia e, por isso, a poupança foi sempre um exercício fundamental.

Figura 4. Ermelo, 8 junho do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

A parcimónia determinou a utilização das matérias-primas presentes na região (Figura 4), sendo que o uso da pedra faz parte não só do legado cultural, mas também das dinâmicas económicas que se desenrolam no contexto.

O granito é um antecedente de reconhecimento cultural que se manteve durante diferentes períodos da história; é um elemento que se constitui como uma referência regional, de múltiplos usos, igrejas, edifícios públicos, limites de propriedade privada, esculturas e artefactos variados.

As manchas graníticas são extensas e constituem também uma grande atração, com destaque para o Arnal, situado na parte oriental do Alvão, onde se podem observar os relevos da chamada “Catedral do Arnal” (Henriques 1990) (Figura 5). As casas antigas são testemunho da passagem do tempo e as paredes espessas estabelecem um olhar mais recuado do que uma ilusão moderna. São habitações que combinam a habitação, o cuidado dos animais e a proteção dos alimentos (Salavessa 1997), casas que unificam a utilização dos recursos naturais: água, madeira e alimentos, elementos necessários à sobrevivência humana.

Figura 5. Catedral de Arnal, Arnal, 23 maio do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

O PNAI tinha uma extensão inicial de 7220 hectares, constituídos por propriedades particulares e comunitárias, pertencentes às freguesias do concelho de Mondim de Basto – aldeias nas freguesias de Bilhó e na de Ermelo (atualmente União de freguesias de Ermelo e Pardelhas) – e concelho de Vila Real (aldeias nas freguesias de Vila Marim e Lamas de Olo, atualmente União de Freguesias de Borbela e Lamas de Olo).

Robert Manners Moura (primeiro diretor do PNAI) refere que os terrenos do Parque eram muito maiores, mas a constatação das difíceis condições económicas vividas pelos habitantes da região levou a uma redução da área destinada à conservação da natureza (Moura 1999). O Parque insere-se num sistema montanhoso com elevada pluviosidade, ventos gelados e fortes nevões, condições de habitabilidade complexas no inverno (Pereira 1988).

A criação do PNAI, em 1983, foi o resultado de preocupações trabalhadas na década anterior, quando a Constituição de 1976 contemplou o direito ao ambiente como um direito fundamental (Vieira 2000). Após a criação do Parque, estabeleceu-se uma consciência de conservação e proteção da natureza.

Posteriormente, a grande diversidade e beleza do Parque foi reconhecida,

apontando a flora e fauna autóctones como um grande atrativo, bem como as suas jazidas rochosas e a sua vulnerabilidade, sendo estas rochas dos mais importantes afloramentos graníticos do país, e que se encontram em progressivo desaparecimento (Arquivo Municipal de Vila Real, Lei n.º 3 de 16 de janeiro de 1984).

Esta paisagem natural convive com o ser humano desde há muito; tradicionalmente a terra foi utilizada para o cultivo de hortaliças, grãos, frutas e pastagens para a criação de gado. A presença humana na região tem permitido a implantação de projetos sociais e culturais, que nem sempre vão ao encontro da conservação do equilíbrio estabelecido pelas diretrizes do Parque.

Estas diretivas têm estado presentes na avaliação de traçados de estradas, na construção de albufeiras e parques eólicos, bem como em programas de sensibilização da população para os incêndios, a caça e a poluição, um panorama de interesses que não se relacionam com a dinâmica de proteção dos recursos naturais. Alguns destes projetos são promovidos como uma necessidade vital; o abastecimento de água e energia são atualmente exigências básicas para a humanidade; por exemplo, a construção de uma albufeira tem um valor significativo para a comunidade, mas a morfologia da paisagem poderá nunca mais se recuperar (Portugal, 2008) e afetar drasticamente o ecossistema.

É importante reconhecer que a intervenção humana no Parque tem permitido a conservação de muitas espécies, favorecendo o acasalamento, a alimentação e a criação de habitats através do desenvolvimento de unidades ecológicas (biótopos) (Leal, 2003). Tais objetivos visam favorecer a recuperação da fauna autóctone que inclui uma abundante diversidade, entre a qual se destacam a águia-real, o javali, o corço, o texugo, a lebre, o coelho, a cobra de focinho alto, o sardão ou lagarto-de-água e a víbora.

O Parque contém comunidades e habitats caraterísticos da serra, espécies ameaçadas e endémicas que carecem de proteção, o que levou à aprovação de legislação específica como o Decreto-lei n.º 251/92 de 12 de novembro que esclarece que “com o desenrolar de estudos em curso, identificaram-se já algumas áreas especialmente sensíveis onde a caça deve ser interdita”. A exigência de estabelecer políticas de conservação estava em consonância com a designação de Parque Natural. O Conselho de Ministros, consciente da importância de estabelecer práticas de conservação para as espécies típicas da fauna serrana, elaborou regulamentação para impedir a caça e a alteração do habitat serrano:

Este projeto tem como objetivos materializar um conjunto muito relevante de ações fundamentais para assegurar a proteção e conservação de habitats naturais protegidos, gerir espaços florestais sob cogestão pública, valorizar o habitat de espécies de fauna prioritária como o lobo-ibérico e informar, sensibilizar e mobilizar a população para a conservação do património natural, em áreas relevantes do Parque Natural do Alvão (Resolução do Conselho de Ministros no. 29/2021 de 22 de março incluído no DR n.º 56 2021).

Esta decisão impulsionou o equilíbrio entre as práticas tradicionais e as riquezas naturais presentes no território, relação que é entendida como um processo milenar.

2. O abandono do território, muito mais do que um ‘até logo’

O Parque localiza-se no distrito de Vila Real, e inclui diferentes aldeias: Arnal, Assureira, Barreiro, Dornelas, Ermelo, Fervença, Lamas de Olo e Varzigueto (Vicente 1992), faltando neste grupo a aldeia de Anta. Estas populações enfrentaram fenómenos migratórios relevantes, destacando-se um declínio demográfico, capaz de articular alterações nas práticas culturais dos seus habitantes. Atualmente, esta alteração é visível nas atividades agrícolas; por outro lado, os habitantes da região envelheceram e dependem do Estado ou dos apoios dos filhos que vivem no estrangeiro (Tapada, 2005).

No início do século XXI, Adolfo Arribas (2001) identificou que o número de habitantes do Parque diminuiu; os jovens emigraram para outros países europeus em busca de melhor qualidade de vida. Este processo iniciou-se de forma regularizada a partir da década de 1960 (Sarmiento 2001). As causas prendem-se com diferentes fatores como o desinteresse em continuar a trabalhar nos ofícios tradicionais, poucas alternativas de emprego, um tecido empresarial deficiente, défices de organização e gestão (Almeida, 2007), características que favoreceram o êxodo para centros urbanos com maior movimento e oportunidades económicas.

O movimento migratório conduziu a uma desconexão das novas gerações, não só com o setor rural (Sarmiento 2001), como também com a memória e a história cultural. Na segunda metade do século XX, as pessoas emigravam para proporcionar melhores opções de vida às suas famílias, mas pensavam sempre em regressar. Agora, os jovens que partem não contemplam o regresso (Contreiras 1991), gerando uma rutura com as tradições e com a ocupação do espaço.

O abandono do território determinou transformações no uso da terra, nas relações interpessoais e na forma de habitar a serra. A pecuária e a agricultura passaram a partilhar o cenário económico regional com outras atividades como o comércio e o ecoturismo (Figura 6).

Figura 6. Parque Eólico, Serra do Alvão, 5 maio do 2024.



Fonte: Jorge Cardoso.

A melhoria das estradas não só encurtou a distância entre as aldeias, como também favoreceu a atividade comercial, permitindo a construção com novos materiais, melhorando o abastecimento alimentar e motivando a implementação do turismo como nova fonte de rendimento. Identificada a afetação da natureza, o Estado legislou com a Lei n.º 173/99, de 21 de setembro que, no seu artigo 3.º, determina a racionalização das atividades que alteram o equilíbrio natural (Lança 2001) e com ela a identificação das inconveniências que devem ser controladas para manter o equilíbrio entre a natureza e o homem.

A desflorestação, a poluição e a caça são reconhecidas como grandes inconvenientes, especialmente esta última, que faz parte da história cultural da população rural portuguesa; no entanto, a atividade não é vista hoje como uma opção alimentícia, mas como uma alternativa de lazer (Faria 2008). A caça tornou-se uma excelente opção para favorecer a economia, o reconhecimento regional e a interação entre o local e o forasteiro (Coelho 2010). Relativamente à atividade cinegética, o PNAI está completamente ordenado, com duas Zonas de Caça Municipal e uma Zona de Caça Associativa (Lamas de Olo) pelo que o exercício venatório está perfeitamente regulado, com espécies e períodos de caça definidos, zonas de refúgio e de

proteção (Henrique Pereira, comunicação pessoal, 14 de novembro de 2024).

As atividades tradicionais são utilizadas como atrativo para estimular o turismo e consequentemente a economia regional. O Alvão tem uma paisagem ideal para a exploração de atividades turísticas e recreativas, e os especialistas reconhecem estas características como um motor de desenvolvimento regional (Salavessa 2007). É evidente que os requisitos para se tornar um destino turístico exigem muito mais do que a simples promoção.

A melhoria da rede viária é um fator determinante para a concretização deste objetivo, tendo sido desenvolvidos vários projetos deste âmbito ao longo dos últimos 30 anos, com a Direção do PNAI como elemento fiscalizador destas intervenções.

Os recursos naturais oferecem à região uma possibilidade turística muito importante (s/a, 2003). No ano de 2019, foi projetada a construção de um geoparque, o Geoparque da Zona Alvão-Marão e da fratura Verin-Chaves-Régua. O Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO identifica um geoparque como um cenário que contém uma diversidade de interesses geológicos, vital para desenvolver projetos educativos, de investigação e de turismo (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 14, 2019). O projeto oferece alternativas para a proteção e conservação do ecossistema e das atividades culturais desenvolvidas no contexto.

O interesse pelos aspetos naturais regionais permitiu o amadurecimento de outros projetos, em 2020, de que é exemplo o projeto “Toda a Vista: Janelas para o Alvão”, apresentado pela Câmara Municipal e que incide na reabilitação de espaços naturais para o turismo, no quadro de um processo de desenvolvimento sustentável (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 27 2020).

A atividade turística tornou-se um pano de fundo de interesse nas últimas duas décadas; no entanto, o PNAI possui poucas infraestruturas para liderar projetos turísticos, ou sequer para apoiar outras iniciativas com maior tradição na região (Leal 2003). No início do século XXI, foram efetuados estudos para avaliar a viabilidade da construção de parques eólicos, tendo o vereador Rafael Osório Lopes Miranda defendido que estas infraestruturas eram uma garantia de sucesso, e recomendado a exploração de energias renováveis como a melhor opção de investimento para a região (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 12 2001). O aproveitamento do vento está ligado à história portuguesa, vide a implantação de moinhos de vento e a navegação, mas, ao contrário do norte da Europa, Portugal atrasou-se na implementação de energia eólica (Pérez 2004).

O projeto energético cresceu e afetou a paisagem natural, alterando a

vida das espécies autóctones, o que indica que a instalação dos aerogeradores deveria ter sido realizada com maior cuidado e responsabilidade (Rodríguez 2003).

A experiência na exploração de energias renováveis determinou o condicionamento do uso da Serra do Alvão, reconhecendo-se que a utilização dos recursos naturais deve estar sujeita a restrições específicas; assim o decidiu o município de Mondim de Basto ao “condicionar a instalação de parques eólicos nas áreas mais importantes para a espécie no nosso país; todo os parques eólicos devem ser equipados com sinalizadores anticolisão e armações de apoios seguras para aves” (Aviso n.º 436/2022, Alteração do Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto, incluído no DR n.º 5 2022). As queixas da comunidade reconhecem que foram cometidos erros graves na região relativamente ao assunto; as alterações naturais nas serras do Alvão e Marão são evidentes e ainda se acredita que o Parque pode suportar o impacto de mais geradores (Cardoso 2010a).

É uma realidade que a procura de energia implica a implementação deste tipo de projetos, embora os problemas gerados na serra devido à intervenção humana tenham uma longa história e sejam também o resultado de atividades tradicionais. Estas preocupações ambientais levaram a diferentes hipóteses: a criação de gado gera erosão devido ao pisoteio (Carvalho 1998), as áreas cultivadas deslocaram a fauna e a flora nativas, os incêndios deixaram de ser ações de limpeza para se tornarem verdadeiras ameaças à natureza.

O ano de 2005 foi particularmente anormal em termos climáticos, tendo a região sofrido múltiplos incêndios, o que levou à implementação rigorosa de protocolos para quem visita ou vive na floresta, estabelecendo a prudência como regra principal.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro desempenhou um papel importante no desenhar de estratégias de controlo e a Câmara Municipal de Vila Real manifestou interesse em apoiar práticas educativas. Os Bombeiros do concelho promoveram palestras e simulacros de incêndio com o objetivo de travar a emergência provocada por estes eventos. (Arquivo Municipal de Vila Real n.º 25 2005)

Apesar dos esforços, os desastres ecológicos repetem-se consecutivamente todos os verões; ardem pastagens e cercados secos, colocando comunidades inteiras em situações de emergência, deixando vítimas mortais e inúmeros prejuízos. A implementação de protocolos de prevenção implicou ações claras como a importância da limpeza da floresta, do controlo dos incêndios e a consciencialização para a vulnerabilidade das florestas (Ferreira 2005).

Considerações Finais

A atividade cultural no PNAI é extensa e procura constantemente sensibilizar turistas e habitantes para o facto de os recursos serem finitos e necessitarem de ser cuidados, sob pena de desaparecerem.

O alerta gerou traumas em diferentes projetos implementados nas serras do Alvão e do Marão, que correspondem a uma necessidade de manter o equilíbrio natural, uma ilusão que oferece garantias de conservação à natureza e não se desvia da utilização dos recursos pelo ser humano.

O processo de consciencialização ambiental precisa de ser implementado em toda a comunidade que se relaciona com o Parque e, da mesma forma, deve ser conduzido ao estudo da compreensão da história cultural presente nos habitantes de cada comunidade. Esta dinâmica de reconhecimento permitirá a compreensão da construção de uma identidade conjunta que matize o significado de viver numa serra e num parque natural.

As práticas quotidianas oferecem uma visão geral do legado cultural transmitido de geração em geração e evidenciam as formas de utilização dos recursos naturais, uma interação que tem sido traumática para a natureza nos últimos anos: a extinção das espécies autóctones e a poluição, ligadas com a persistente modernização do território, exige adaptações sem precedentes.

Para os seres humanos, os processos de adaptação são a prova da capacidade de sobrevivência e de gestão da natureza. Cada comunidade do PNAI viveu crises diferentes que conduziram a uma diminuição da densidade populacional, um problema complexo para a pecuária e a agricultura, principais atividades da história da região.

A migração afetou as práticas culturais porque as novas gerações deixaram de reproduzir as atividades autóctones da região com o interesse geracional a ser interrompido, com os habitantes locais a migrarem em busca de melhores oportunidades. Não é apenas um problema do Parque, é um problema global, com a maior parte da população a concentrar-se nos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, as zonas com menos oportunidades económicas acabam por ser abandonadas.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Jorge. 2007. No tempo e na vida. In: *Tribunal Douro* 37 (abril). Vila Real: Conselho Municipal de Vila Real. 52.
- Arquivo Digital Municipal de Vila Real (ADMVR). Minutas de Actas 2019. Acta N.º. 14. <https://cm-vilareal.pt/images/municipio/camara/atas/2019/ata14de17dejunho.pdf>
- Arquivo Digital Municipal de Vila Real (ADMVR). Minutas de Actas 2020. Acta N.º. 27. <https://cm-vilareal.pt/images/municipio/camara/atas/2020/ata27de14dedezembro.pdf>.
- Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Caixa 4 – Lamas de Olo – fechas extremas 1978-1993.
- Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 1990 (segundo semestre), Acta N.º. 38.
- Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 2001 (maio – agosto), Acta N.º. 12.
- Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 2005 (julho - dezembro), Acta N.º. 25.
- Arquivo Municipal de Vila Real (AMVR). Minutas de Actas 1983, (janeiro – junho). Acta N.º. 22. CMVR/B/A/002/Lv. 036
- Arquivo Municipal de Vila Real (AMVR). Minutas de Actas 1984 (janeiro – junho), Acta No. 3. Livro 137.
- Arribas, Adolfo Marco. 2001. Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza. Análise dum caso prático: Lamas de Olo e Parque Natural do Alvão. Relatório Final de Estágio Licenciatura em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.
- Baganha, María; Marques, José Carlos e Góis, Pedro. 2003. *A última vaga: migrantes de leste em Portugal*, Comunicação na Conferência Imigração de Leste – Uma Nova Realidade: Oportunidades e Desafios. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bailão, André S. 2016. “Paisagem – Tim Ingold”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>
- Contreiras, Alexandra Sofia Guerreiro. 1991. *Ermelo: uma aldeia do Parque Natural do Alvão*: relatório final de estágio. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.
- Crespo Cotrina, Nazaret. 2015. *Mortalidade no natural de anfíbios em el norte de Portugal: Parque Natural do Alvão e LIC Alvão /Marão*. Dissertação de Mestrando em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.
- Carvalho, Armando de. 1998. *Estudo fitossociológico dos Carvalhais e Vidoasis do Parque Natural do Alvão*. Relatório Final de Estágio Licenciatura em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás- os-Montes e Alto Douro.
- Deus, José Antônio Souza de; Alves, Rahyan de Carvalho; Nogueira, Marly.

2013. Homem, lugar & paisagem – topofilia e topofobia: reflexões sobre o património histórico, arquitetónico e urbanístico de Diamantina-MG. In: *Revista Caminhos da História*, v. 18, n.1, 13-26. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3223>.

Diário da República n.º 131/1983, Série I de 1983-06-08, 2065–2069. <https://files.dre.pt/1s/1983/06/13100/20652069.pdf>

Diário da República n.º 211/1993, Série I-B de 1993-09-08, 4805. <https://files.dre.pt/1s/1993/09/211b00/48054806.pdf>

Diário da República n.º 24/2006, Série I-A de 2006-02-02, 785–786. <https://files.dre.pt/1s/2006/02/024a00/07850787.pdf>

Diário da República n.º 5/2022, Série II de 2022-01-07, 871. <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/436-2022-177309028>

Diário da República n.º 56/2021, Série I de 2021-03-22, 31. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/29/2021/03/22/p/dre/pt/html>.

Diário da República n.º 174/1976, Série I de 1976-07-27. Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho, 1702–1704. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/613-430785>.

Eagleton, Terry. 2000. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP

Jiménez, Antonio. 2013. La pesadilla portuguesa en Europa. *El País Internacional*, 16 de febrero. https://elpais.com/internacional/2013/02/16/actualidad/1361038348_377210.html.

Ferreira, Cristina. 2005. As chamas sobem em fecha é o flagelo dos incêndios. In: *Tribunal Douro* 3, (junho). 23-27.

Gaspar, Sofia y Chatti, Juliana. 2022. Migración brasileña en Portugal y España: dinámicas y nuevos paradigmas. In: *Migraciones* 56. <https://doi.org/10.14422/mig.2022.025>

Guerra, Carlos. 1994. *O homem faz as casas, as casas fazem o homem, manual de recuperação e construção*, Mirandela: Parque Natural de Montesinho.

Henriques, Pedro Castro (1990): *Parques e reservas naturais de Portugal*. Lisboa: Verbo

Jorge, Luísa. 1996. *Retratos Ermelo 1196-1996*. Ermelo: Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 11 de fevereiro de 2010 (livro), Cardoso, José, 3.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 24 de junho de 2010 (livro), S/a, 2.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 25 de fevereiro de 2010 (livro), de Carvalho, Joaquim, 22.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 4 de março de 2010 (livro), Coelho, António, 12.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 7 de janeiro de 2010a (livro), Cardoso, José, 4.

Jornal *Terra Quente*, 1 de fevereiro de 2008 (livro), Faria, Pedro 12.

Jornal *Terra Quente*, 15 de agosto de 2008 (livro), Portugal, Miguel, 7

Lages, Mário; Policarpo, Verónica; Marques, José Carlos; Lopes, Paulo y Cristo João. 2006. *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas análise de duas*

sondagens. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião.

Lança, Luís Alberto. 2001. *Lei da Caça e Regulamento Anotados – legislação Complementar*. Coimbra: Almedina.

Leal, Patrícia da Conceição Gomes. 2003. *O turismo de natureza no Parque Natural do Alvão: referências e expectativas*: relatório final de estágio, Licenciatura em Recreação, Lazer e Turismo. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Moura, Robert. 1999. O alargamento do Parque Natural do Alvão segundo uma perspectiva inovadora. *Tellus, revista de cultura trasmontana e duriense*, n.º30. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real. 81-85.

Nora, P., & Aun Houry, T. Y. 2012. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

Pereira, Carla Sónia Freitas. 2006. *Ecologia e caracterização do núcleo de Gralha-de-bico-vermelho (Pyrrhocorax pyrrhocorax, Linnaeus 1758) no Parque Natural do Alvão*, relatório final de estágio. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Pereira, Henrique Fernando Moreira Soares. 1988. *Lamas de Olo uma Aldeia de Montanha, breve caracterização monográfica*. Relatório final de estágio, licenciatura em Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

Pérez López, Sergio. 2004. *Monitorización de la mortalidade de avifauna asociada al Parque eólico de Pena Suar (Serras do Marão e Alvão) y propuesta y evaluación de un índice de vulnerabilidad por estación del año (otoño, invierno y primavera)*. Relatório final de estágio, Licenciatura em Engenharia Forestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Quintela Ferreira María José. 1996. *Fisgas de Ermelo – um valor geológico e paisagístico dentro do Parque Natural do Alvão*. Trabalho de dissertação, Mestrado em Ciências do AmbienteBraga: Universidade de Minho

Rebelo, Ana Teresa Bragança. 1999. *O pastoreio no aproveitamento das áreas baldias: sua repercussão nas populações de pastores da área do P. N. Alvão e da freguesia de Alvadia*: relatório final de estágio, Licenciatura em Engenharia Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Rodríguez, João. 2003. A energia eólica e a região. In: *Tribunal Douro* 3, (junho). Vila Real: Concelho Municipal de Vila Real. 14-15.

s/a. 2003. Borbela, Prioridade à variante da EN 313 In: *Vila Real Revista Municipal* 17, (outubro). Vila Real: Concelho Municipal de Vila Real. 18-21.

Salavessa, Eunice. 1997. *Restauro e reabilitação da casa de Arnal*. Vila Real: Instituto da Conservação da Natureza Parque Natural do Alvão.

Salavessa, Maria Eunice da Costa. 2007. *Projecto de reabilitação da Casa das Pinheiras para fins de turismo em espaço rural: Ermelo de Mondim de Basto, Parque Natural do Alvão*. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Santos, Milton.1997. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.

Sarmento, Sandra Albertina da Silva Nogueira Rodrigues Vinhais. 2001. *A sustentabilidade nos sistemas tradicionais de utilização do território: ensinamentos para o*

futuro: o caso do Parque Natural do Alvão. Dissertação de Mestrando em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural: Gestão de Recursos Naturais. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Simões, Tânia Cristina y Domínguez, Inmaculada. 2011. *Imigração e sistema de pensões em Portugal en: Migrações, coesão social e governação Perspectivas euro-latino-americanas*. Andrés Malamud y Fernando Carrillo (organizadores). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Tapada, Alberto. 2007. A ruralidade e o turismo In: *Tribuna Douro* 39 (junho). Vila Real: Conselho Municipal de Vila Real. 50

TUAN, Yi-Fu. 1980. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel.

Vasconcelos, Suzette. 2005. Parque Natural de Alvão protegido pela A. A. UTAD. In: *Tribuna Douro* 20, (junho).

Vicente, António Manuel Fernandes. 1992. *Factores condicionantes da evolução das formas de ocupação do território do Parque Natural do Alvão (1947-1984)*. Relatório Final de Estágio, Licenciatura em Engenharia Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

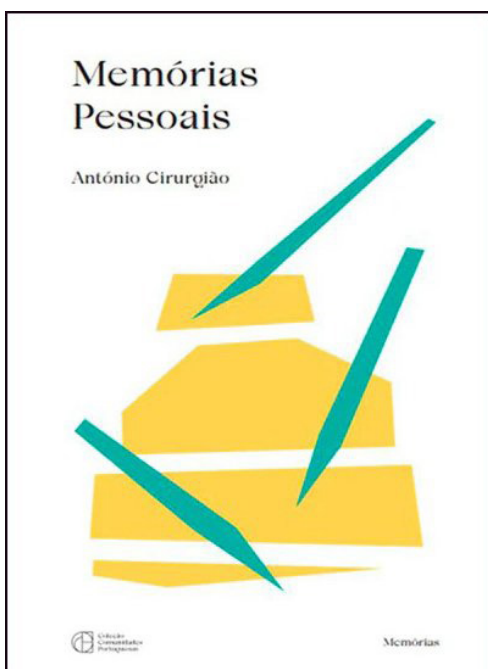
Vieira, Joaquim. 2000. *Portugal Século XX crónica em imagens 1980 – 1990*. Edição no. 4093. Lisboa: Círculo de Leitores e Autor.

RECENSÕES

António Cirurgião: Memórias Pessoais.
Lisboa: IN-CM, 2024. 366 pp.

José Barbosa Machado (UTAD / CEL)

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.551



A literatura autobiográfica foi, e ainda é, um género pouco cultivado em Portugal. As razões são conhecidas: primeiro a Inquisição (23 de maio de 1536 a 31 de março de 1821), que, sob a ameaça da prisão e da fogueira, desmotivava a escrita de memórias, refugiando-se os autores na poesia; a censura política (com os seus altos e baixos de 1821 a 1974); a obsessão dos portugueses em resguardar a sua privacidade, derivada talvez dos dois fatores anteriores; e o analfabetismo endémico. Enquanto em países como a França e a Inglaterra se conhece uma literatura autobiográfica riquíssima

(através da publicação de memórias e diários), quer por parte de escritores famosos, quer por políticos ou pessoas influentes, quer, enfim, por cidadãos comuns, em Portugal conta-se pelos dedos quem a isso se dedicou. Se quisermos saber alguma coisa acerca da vida privada de uma personagem famosa, seja das letras, seja da política ou de outra área qualquer, teremos de nos cingir à correspondência, quando ela existe (veja-se o caso do Eça de Queirós), ou ao que sobre a dita personagem escreveram ou disseram amigos e conhecidos.

Talvez pelo facto de ter vivido grande parte da sua vida fora do país (nasceu em Chaves em 1933 e tem vivido nos Estados Unidos desde 1962), António Cirurgião foi um dos poucos que arriscou publicar as suas *Memórias Pessoais*. Depois de dar conhecimento a um amigo «de uns heterogéneos e levianos textos», «confecionados à guisa de diário e em moldes mais ou me-

nos memorialistas», acabou por anuir publicá-los num blogue, «com alguma relutância» (2024: 11). Face à boa receção que os textos tiveram junto de alguns amigos, apesar de os considerar «frioieiras e prosas inqualificáveis», decidiu reuni-los em livro.

Embora o título remeta para o subgénero autobiográfico de *memórias*, é com alguma frequência que o autor se refere ao *diário*. No entanto, a estrutura, a organização do livro e o tratamento dos temas, não se coadunam com aquilo que se entende como um diário: a brevidade das entradas, o fragmentário, a incompletude, as indicações cronológicas (hora, dia, mês e até ano) e as temáticas relacionadas com o sujeito nas suas obsessões, depressões e exaltações.

No subcapítulo intitulado “Memórias tecidas à guisa de uma manta de retalhos”, António Cirurgião refere que lhe «veio à mente» o que lhe aconteceu durante o ano de noviciado. A expressão leva-o a refletir acerca do diário: «Ao fim de escrever “Veio-me à mente”, perguntei-me logo como poderia encaixar o que me veio à mente nesta entrada do meu diário, datada do dia 5 de março do ano do Senhor de 2014, sem ferir aquele mínimo de lógica interna que qualquer texto deverá ter» (2024: 69). Ou seja, o autor escreve umas memórias, mas nesse ato considera que está a escrever um diário. Um pouco mais abaixo, procura definir o que é um diário através de duas imagens, uma que releva da tecelagem: «E concluí que a coisa afinal nada tem de complicado, se me lembrar de definir o género literário diário à minha maneira: uma espécie de manta de retalhos, onde cabem todas as espécies de panos e trapos, como aquelas preciosas mantas que vi fazer no tear a minha avó materna» (2024: 69); outra que releva da culinária: «definir esse “género literário” como uma espécie de caldo de pedra onde se podem misturar os mais variados produtos alimentícios e condimentos, em que minha avó materna era também perita.» (2024: 69).

A mistura, ou pseudo-confusão entre géneros, é mais ou menos constante ao longo da obra: «eles encheram-se de rir e gargalhar, dizendo, entre outras graçolas (in)dignas de registo nas páginas castas do meu diário...» (2024: 181). A datação do que vai escrevendo, uma das características da diarística, ocorre também com alguma frequência, não a encabeçar as entradas, mas no interior do texto. A propósito de um incidente ocorrido numa homenagem a Veiga Simão, o autor escreve: «É para obedecer a essa simpática sugestão longínqua que neste dia 13 de maio do ano da graça de 2014 o dito episódio é posto em ata» (2024: 160); «respondi eu com esta carta eletrónica, que me pareceu oportuno registar no meu diário, à guisa de entrada, no dia 7 de março de 2008» (2024: 191); etc.

Que António Cirurgião, no ato da escrita, estava convencido de que redigia um diário, não restam dúvidas, tendo em conta os indícios que foi deixando ao longo da obra. No entanto, aquilo que apresenta ao público no livro impresso, e que vem refletido no próprio título, *Memórias Pessoais*, não é na verdade um diário, mas uma coleção de memórias organizadas mais ou menos cronologicamente.

A obra está dividida em capítulos e subcapítulos, cada um versando determinado tema, o tom é muitas vezes divertido ou picaresco, raramente visto na diarística (cfr. os sisudos diários de Miguel Torga, Vergílio Ferreira ou José Saramago) e o estilo é mais de um narrador de histórias, acontecimentos ou factos do que de um escritor debruçado sobre o seu próprio eu.

Depois do Proémio, os textos estão distribuídos por seis capítulos principais que inventariam textos sobre momentos ou temas correlacionados. Assim, temos um conjunto de textos acerca “Do apelido Cirurgião”, sem dúvida os mais divertidos devido às muitas situações caricatas a que tal apelido deu azo. Depois temos um conjunto de textos acerca da infância e adolescência passada em “Soutelinho da Raia”, uma aldeia flaviense próxima da fronteira espanhola. Este capítulo é, a meu ver, o mais literário da obra e faz lembrar, em muitos aspetos, *As Pequenas Memórias* de José Saramago, com exceção das cenas lúbricas. De facto, não se encontra na obra de António Cirurgião qualquer situação do foro romântico, amoroso ou sexual, por pudor ou porque simplesmente o autor não tem nada para contar que considere digno de interesse a esse respeito.

Depois destes dois capítulos, surgem mais quatro, interrelacionados e que abrangem boa parte da obra, centrando-se na vida profissional do autor nos Estados Unidos; nas viagens que fez ao Brasil, à Bolívia, à Argentina, a Marrocos, a Angola e Moçambique, onde viveu aventuras mais ou menos mirabolantes; nas vindas a Portugal como emigrante e das humilhações que sofreu; e por fim nas boas memórias relacionadas com Eusébio e a Amália Rodrigues, que conheceu pessoalmente.

É uma obra de amena leitura, que diverte e ao mesmo tempo ensina, coisa cada vez mais rara na literatura que atualmente se publica. Escrita por um português “estrangeirado”, ficará certamente como testemunho importante para se conhecer a vida dos portugueses emigrados que vivem entre dois países (Portugal profundo, religioso, aldeão, atrasado e agrícola, dos provérbios e do jogo da pedrada entre a miudagem, mas também ridículo, emproado e ignorante dos taxistas e dos vendedores da capital; e os Estados Unidos, terra de oportunidades, de dinheiro, de civilização e de futuro).

